

1) A COMPANHIA E SUAS OPERAÇÕES

a) Informações Gerais

A Telefônica Brasil S.A. ("Companhia" ou "Telefônica Brasil"), é uma sociedade por ações de capital aberto, tendo como objeto social a exploração de serviços de telecomunicações e o desenvolvimento das atividades necessárias ou úteis à execução desses serviços, em conformidade com as concessões, autorizações e permissões que lhes foram outorgadas. A Companhia tem sua sede à Avenida Engenheiro Luiz Carlos Berrini, nº 1376, na capital do Estado de São Paulo, Brasil e pertence ao Grupo Telefônica ("Grupo"), com sede na Espanha e presente em diversos países da Europa e América Latina.

Em 30 de setembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017, a Telefônica S.A. ("Telefônica"), empresa *holding* do Grupo, possuía uma participação total direta e indireta no capital social da Companhia de 73,58% (nota 22).

A Companhia é registrada na Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") como Companhia Aberta na categoria A (emissores autorizados a negociar quaisquer valores mobiliários) e tem suas ações negociadas na B3 (companhia resultante da combinação de atividades entre a BM&FBovespa e CETIP – Central de Custódia e Liquidação Financeira de Títulos). É também registrada na *Securities and Exchange Commission* ("SEC"), dos Estados Unidos da América, sendo suas *American Depositary Shares* ("ADSs") classificadas no nível II, lastreadas apenas em ações preferenciais e negociadas na Bolsa de Valores de Nova Iorque ("New York Stock Exchange" – "NYSE").

b) Operações

A Companhia atua na prestação de: (i) Serviço Telefônico Fixo Comutado ("STFC"); (ii) Serviço de Comunicação Multimídia ("SCM" - comunicação de dados, inclusive *internet* em banda larga); (iii) Serviço Móvel Pessoal ("SMP"); e (iv) Serviço de Acesso Condicionado ("SEAC" - TV por assinatura) em todo o território brasileiro, através de concessões e autorizações, conforme estabelecido no Plano Geral de Outorgas ("PGO").

As concessões e autorizações são outorgadas pela Agência Nacional de Telecomunicações ("ANATEL"), órgão responsável pela regulação do setor de telecomunicações no Brasil, nos termos da Lei Geral das Telecomunicações ("LGT"), Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, que foi alterada pelas leis nº 9.986, de 18 de julho de 2000 e nº 12.485, de 12 de setembro de 2011. Sua atuação ocorre através da edição de regulamentos e planos complementares.

De acordo com o contrato de concessão do STFC, a cada biênio, durante os 20 anos do contrato, a Companhia deverá pagar ônus equivalente a 2% da receita do STFC do ano anterior ao pagamento, líquida de impostos e contribuições sociais incidentes (nota 21). O atual contrato de concessão do STFC da Companhia tem validade até 31 de dezembro de 2025.

De acordo com os termos de autorização de uso de radiofrequências associadas ao SMP, a cada biênio, após a primeira renovação, a Companhia deverá pagar ônus equivalente a 2% da receita do SMP do ano anterior ao do pagamento, líquida de impostos e contribuições sociais incidentes (nota 21), sendo que no 15º ano a Companhia deverá pagar 1% de sua receita do ano anterior. No cálculo será considerada a receita líquida decorrente da aplicação dos Planos de Serviços Básicos e Alternativos. Estes contratos são renováveis, uma única vez, pelo prazo de 15 anos.

As informações sobre um resumo das autorizações para uso de faixas de radiofrequência para o SMP, outorgadas para a Companhia são as mesmas da nota explicativa 1b) Operações, divulgada nas demonstrações financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017.

c) Aquisição de Sociedade por Subsidiária Integral - 2017

As informações sobre o processo de aquisição da Terra Networks Brasil S.A. ("Terra Networks") pela Telefônica Data S.A. ("TData"), subsidiária integral da Companhia, ocorrido em 3 de julho de 2017, são as mesmas da nota explicativa 1.c.1) Aquisição de Sociedade por Subsidiária Integral - 2017, divulgada nas demonstrações financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017.

2) BASE DE ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

a) Declaração de Conformidade

As informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas condensadas foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) Demonstração Intermediária e com a norma internacional *IAS 34 Interim Financial Reporting*.

Todas as informações relevantes próprias das ITRs, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas na gestão da Administração da Companhia.

b) Bases de Preparação e Apresentação

As ITRs da Companhia para o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2018 são apresentadas em milhares de reais (exceto quando mencionado de outra forma), que é a moeda funcional da Companhia.

Estas ITRs comparam os trimestres findos em 30 de setembro de 2018 e 2017, exceto em relação aos balanços patrimoniais que comparam as posições em 30 de setembro de 2018 com 31 de dezembro de 2017.

As normas contábeis adotadas no Brasil requerem a apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (“DVA”), individual e consolidado, enquanto que as normas IFRS não requerem sua apresentação. Como consequência, pelas normas IFRS, a DVA está sendo apresentada como informação suplementar, sem prejuízo ao conjunto destas ITRs.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram aprovadas pelo Conselho de Administração, em reunião realizada em 26 de outubro de 2018.

Os segmentos operacionais são definidos como componentes de um empreendimento para os quais informações financeiras separadas estão disponíveis e são avaliadas de forma regular pelo principal tomador de decisões operacionais na definição sobre como alocar recursos para um segmento individual e na avaliação do desempenho do segmento. Tendo em vista que: (i) todas as decisões dos administradores e gestores são tomadas com base em relatórios consolidados; (ii) a missão da Companhia e controladas é prover seus clientes de serviços de telecomunicações com qualidade; e (iii) todas as decisões relativas a planejamento estratégico, financeiro, compras, investimentos e aplicação de recursos são efetuadas em bases consolidadas, a conclusão da Administração é de que a Companhia e controladas operam em um único segmento operacional de prestação de serviços de telecomunicações.

As informações das notas explicativas que não sofreram alterações significativas ou apresentavam divulgações irrelevantes em comparação a 31 de dezembro de 2017 não foram integralmente repetidas nessas ITRs. Entretanto, a Companhia selecionou e incluiu informações para explicar os principais eventos e transações ocorridas durante o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2018, visando possibilitar o entendimento das mudanças na posição financeira e desempenho das operações da Companhia.

Neste contexto, a Companhia indica a seguir o número das notas explicativas divulgadas nas demonstrações financeiras anuais de 31 de dezembro de 2017 e não repetidas de forma integral nessas ITRs:

- Nota 1 - A Companhia e suas Operações
- Nota 2 - Base de Elaboração e Apresentação das Demonstrações Financeiras
- Nota 3 - Resumo das Principais Práticas Contábeis
- Nota 13 - Intangível
- Nota 22 - Patrimônio Líquido
- Nota 29 - Planos de Remuneração Baseados em Ações
- Nota 30 - Planos de Previdência e Outros Benefícios Pós-Emprego

As ITRs foram elaboradas segundo os princípios, práticas e critérios contábeis consistentes com aqueles adotados na elaboração das demonstrações financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 (nota explicativa 3) Resumo das Principais Práticas Contábeis) e devem ser analisadas em conjunto com essas demonstrações financeiras, exceto pelas mudanças exigidas pelos novos pronunciamentos, interpretações e alterações, que entraram em vigor a partir 1º de janeiro de 2018, conforme segue:

Normas e Emendas a Normas	
IFRS 9	Instrumentos Financeiros
IFRS15	Receita de Contratos com Clientes
Esclarecimentos à IFRS 15	Receita de Contratos com Clientes, emitida em 12 de abril de 2016
Alterações na IFRS 2	Classificação e Mensuração de Pagamentos Baseados em Ações
Alterações na IFRS 4	Adoção da IFRS 9 Instrumentos Financeiros com a IFRS 4 Contratos de Seguros
Alterações no IAS 40	Transferências de Propriedades de Investimento
IFRIC 22	Transações em Moeda Estrangeira e Contraprestações Antecipadas
Melhorias anuais nas IFRS	Ciclo 2014-2016

A adoção de muitas dessas normas, alterações e interpretações não tiveram um impacto significativo na posição financeira da Companhia e suas controladas no período de aplicação inicial. No entanto, para a IFRS 9 e IFRS 15, houve um impacto significativo na posição financeira consolidada no momento da sua adoção e prospectivamente.

IFRS 9 - Instrumentos Financeiros

A IFRS 9 simplificou o modelo de mensuração atual para ativos financeiros e estabeleceu três categorias principais: (i) custo amortizado; (ii) valor justo por meio do resultado; e (iii) valor justo por meio do Outros Resultados Abrangentes (OCI), dependendo do modelo de negócios e as características dos fluxos de caixa contratuais. No que diz respeito ao reconhecimento e mensuração de passivos financeiros, não houve mudanças significativas em relação aos critérios atuais, exceto pelo reconhecimento de mudanças no risco de crédito próprio em OCI para aqueles passivos designados ao valor justo por meio do resultado.

A IFRS 9 introduziu um novo modelo de perda por redução ao valor recuperável em ativos financeiros, ou seja, o modelo de perda de crédito esperado. A Companhia aplicou a abordagem simplificada e registrou perdas esperadas durante toda a vida em todos os créditos comerciais. Consequentemente, a aplicação dos novos requisitos ocasionou uma aceleração no reconhecimento de perdas por redução ao valor recuperável em seus ativos financeiros, principalmente contas a receber de clientes.

A IFRS 9 introduziu um modelo contábil novo e menos restritivo de *hedge*, exigindo uma relação econômica entre o item coberto e o instrumento de *hedge* e que o índice de cobertura seja o mesmo que aplicado pela entidade para a gestão de risco, além de modificar os critérios de documentação de relacionamentos de *hedge*.

As principais mudanças estão relacionadas com a documentação de políticas e estratégias de *hedge*, bem como a estimativa e o cronograma de reconhecimento de perdas esperadas em recebíveis de clientes. A Companhia decidiu aplicar a opção que permite não reapresentar os períodos comparativos a serem apresentados no ano da adoção inicial.

A partir da análise realizada nas transações do exercício de 2017, a Companhia reconheceu, em 1º de janeiro de 2018, uma redução dos lucros acumulados em R\$364 milhões, antes dos tributos diferidos, decorrente do aumento dos saldos de abertura das provisões por inadimplências de recebíveis de clientes.

Além dos efeitos nas provisões por inadimplências de recebíveis de clientes mencionados acima, a adoção da IFRS 9 teve impacto na classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros, conforme segue:

	Classificação por categoria	
	Classificação de acordo com o IAS 39	Classificação de acordo com a IFRS 9
Ativos Financeiros		
Aplicações financeiras (equivalentes de caixa)	Custo amortizado	Mensurado a valor justo por meio do resultado
Contas a receber	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Instrumentos financeiros derivativos	<i>Hedge (econômico)</i>	Mensurado a valor justo através do resultado abrangente
Aplicações financeiras em garantia	Custo amortizado	Mensurado a valor justo por meio do resultado
Passivos Financeiros		
Instrumentos financeiros derivativos	<i>Hedge (econômico)</i>	Mensurado a valor justo através do resultado abrangente

As informações completas dos ativos e passivos financeiros da Companhia estão divulgadas na nota 30 destas ITRs.

IFRS 15 - Receitas de Contratos com Clientes

Com a adoção da IFRS 15, para os pacotes que combinam vários produtos ou serviços de rede fixa, móvel, dados, *internet* ou televisão, a receita total passou a ser alocada a cada obrigação de desempenho com base em seus preços de venda independentes em relação à contraprestação total do pacote e reconhecida quando (ou assim que) a obrigação for satisfeita, independentemente de haver itens não entregues. Consequentemente, quando os pacotes incluem um desconto no equipamento, há um aumento das receitas reconhecidas pela venda de celulares e outros equipamentos, em detrimento da receita do serviço em curso ao longo de períodos subsequentes. Na medida em que os pacotes são comercializados com desconto, a diferença entre a receita da venda de equipamentos e a contraprestação recebida do cliente antecipadamente é reconhecida como um ativo contratual na demonstração da posição financeira.

Todos os custos incrementais para obter um contrato (comissões de vendas e outros custos de aquisição de terceiros) são contabilizados como despesas antecipadas (ativo) e amortizados no mesmo período que a receita associada a esse ativo. Da mesma forma, certos custos de cumprimento do contrato, também são diferidos na medida em que eles se relacionem com obrigações de desempenho que estão satisfeitas ao longo do tempo.

A receita da venda de aparelhos aos *dealers* é contabilizada no momento da sua entrega e não no momento de sua venda ao cliente final.

Certas modificações do contrato foram contabilizadas como uma alteração retrospectiva (ou seja, como continuação do contrato original), enquanto outras modificações devem ser consideradas prospectivamente como contratos separados, como o final do contrato original e a criação de um novo.

A Companhia adotou o método retrospectivo modificado com o efeito cumulativo da aplicação inicial reconhecido como um ajuste ao saldo de abertura dos lucros acumulados na data da adoção inicial. Sendo assim, os comparativos dos períodos anteriores não serão reapresentados. Para facilitar o entendimento e a comparabilidade das informações, a Companhia divulga na nota 33 a demonstração dos resultados consolidados do período de nove meses findo em 30 de setembro de 2018, excluindo os efeitos da adoção da IFRS 15.

Os principais expedientes práticos adotados pela Companhia foram: (i) contratos concluídos: a norma não foi aplicada de forma retrospectiva aos contratos concluídos em 1º de janeiro de 2018; (ii) abordagem do portfólio: foram aplicados os requisitos da norma para grupos de contratos com características semelhantes, uma vez que, para os grupos identificados, os efeitos não diferem significativamente de uma aplicação em contrato por contrato; (iii) componente financeiro: não foi considerado significativo quando o período entre o momento em que o bem ou o serviço prometido é transferido para um cliente e o momento em que o cliente paga esse bem ou serviço é de um ano ou menos; e (iv) custos para obter um contrato: esses custos serão reconhecidos como uma despesa quando incorridos se o período de amortização do ativo que a entidade reconheceria de outra forma é de um ano ou menos.

O processo de implementação dos novos requisitos envolveu a introdução de modificações nos sistemas de informação atuais, a implementação de novas ferramentas de TI e mudanças nos processos e controles de todo o ciclo de receita na Companhia. Este processo de implementação implicou um alto grau de complexidade devido a fatores como grande número de contratos, inúmeros sistemas de fontes de dados, bem como a necessidade de fazer estimativas complexas.

A partir da análise realizada nas transações do exercício de 2017, considerando as ofertas comerciais, bem como o volume de contratos afetados, a Companhia reconheceu em 1º de janeiro de 2018 um aumento nos lucros acumulados de R\$156 milhões, antes dos tributos diferidos, referentes ao primeiro reconhecimento de ativos contratuais que levam ao reconhecimento antecipado de receita de venda de bens e a ativação e diferimento dos custos incrementais relacionados à obtenção de contratos e custos de cumprimento do contrato que resultam no reconhecimento posterior dos custos de aquisição de clientes e outras despesas de vendas.

A seguir, apresentamos as movimentações dos ativos e passivos contratuais e dos custos incrementais da Companhia (excluindo os tributos sobre as receitas e o imposto de renda e contribuição social), para o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2018.

	Ativos contratuais (1)			Passivos contratuais (3)			Custos incrementais (2)
	Ativo contratual, bruto	Provisão para perdas	Ativo contratual, líquido	Passivos contratuais	Reclassificações (nota 19)	Total de Passivos contratuais	
Adoção inicial em 01.01.18	193.675	(33.196)	160.479	(178.897)	-	(178.897)	183.645
Reclassificações em 01.01.18	-	-	-	-	(383.688)	(383.688)	-
Altas	460.903	(7.523)	453.380	(162.138)	(5.353.375)	(5.515.513)	186.361
Baixas	(417.941)	-	(417.941)	152.059	5.388.551	5.540.610	(138.440)
Saldos em 30.09.18	236.637	(40.719)	195.918	(188.976)	(348.512)	(537.488)	231.566
Circulante	236.637	(40.719)	195.918	(27.211)	(332.764)	(359.975)	73.267
Não circulante	-	-	-	(161.765)	(15.748)	(177.513)	158.299

Os montantes da tabela acima estão classificados nos balanços patrimoniais em: (1) Contas a receber (nota 4); (2) Despesas antecipadas (nota 9); e (3) Receitas diferidas (nota 19).

Novos pronunciamentos do IFRS, emissões, alterações e interpretações do IASB, aplicáveis ao CPC

Na data de elaboração destas ITRs, as seguintes emissões e alterações nas IFRS haviam sido publicadas, porém não eram de aplicação obrigatória. A Companhia não adotou antecipadamente qualquer pronunciamento ou interpretação que tenha sido emitido, cuja aplicação não é obrigatória.

Normas e Emendas a Normas		Aplicação obrigatória: períodos anuais com início em ou após:
Melhorias anuais nas IFRS	Ciclo 2015-2017	1º de janeiro de 2019
IFRS 16	Arrendamentos	1º de janeiro de 2019
IFRIC23	Incertezas sobre Tratamentos de Imposto de renda	1º de janeiro de 2019
Alterações na IFRS 9	Recursos de pré-pagamento com Compensação Negativa	1º de janeiro de 2019
Alterações no IAS 28	Participações de Longo Prazo em Coligadas e Joint Ventures	1º de janeiro de 2019
Alterações na IFRS 10 e IAS 28	Venda ou Constituição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Joint Venture	1º de janeiro de 2019
IFRS 17	Contratos de Seguro	1º de janeiro de 2021

Com base nas análises realizadas até o momento, a Companhia estima que a adoção dessas normas, alterações e interpretações não terá um impacto significativo nas ITRs consolidadas no período inicial de adoção. No entanto, para a IFRS 16 - Arrendamentos, existe a expectativa de um impacto significativo na posição financeira consolidada no momento da sua adoção e prospectivamente.

IFRS 16 - Arrendamentos

A IFRS 16 exige que os arrendatários reconheçam os ativos e passivos decorrentes de todos os arrendamentos (exceto arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor) na demonstração financeira.

A Companhia atua como arrendatária em um número muito significativo de contratos de arrendamento sobre diferentes ativos, como torres de terceiros, circuitos, escritórios, lojas e terrenos onde as torres estão localizadas, principalmente. Uma parcela significativa desses contratos é contabilizada como arrendamento operacional de acordo com o atual padrão de arrendamento, sendo os pagamentos de locação geralmente reconhecidos de forma linear ao longo do prazo do contrato.

A Companhia está atualmente no processo de estimar o impacto dessa nova norma em tais contratos. Esta análise inclui uma estimativa do prazo de arrendamento, com base no período não cancelável e os períodos cobertos por opções para estender o contrato de arrendamento, quando o exercício depende apenas da Telefônica e onde esse exercício é razoavelmente certo. Isso dependerá, em grande medida, dos fatos e circunstâncias específicos por classe de ativos no setor de telecomunicações (tecnologia, regulamentação, concorrência, modelo de negócios, entre outros). Além disso, a Companhia adotará premissas para calcular a taxa de desconto, que será principalmente baseada na taxa incremental de juros para o prazo estimado. Por outro lado, a Companhia está considerando não reconhecer separadamente os componentes de não arrendamento de componentes de arrendamento para as classes de ativos em que os componentes de não arrendamento não são relevantes em relação ao valor total do arrendamento.

Além das estimativas mencionadas, a norma permite dois métodos de transição: retrospectivamente para todos os períodos apresentados, ou usando uma abordagem retrospectiva modificada, onde o efeito cumulativo da adoção é reconhecido na data da aplicação inicial. A Companhia decidiu preliminarmente adotar o último método de transição; portanto, a Companhia reconhecerá o efeito cumulativo da aplicação inicial como um ajuste aos lucros acumulados no ano da adoção inicial da IFRS 16. Além disso, certos expedientes práticos estão disponíveis na primeira aplicação em conexão com o direito de uso, mensuração de ativos, taxas de desconto, *impairment*, arrendamentos que terminam dentro dos doze meses subsequentes à data da primeira adoção, custos iniciais diretos e prazo do contrato de arrendamento. A Companhia está avaliando quais desses expedientes práticos serão adotados. A esse respeito, a Companhia está considerando optar pelo expediente prático que permite não reavaliar se um contrato é ou contém um contrato de arrendamento na data da adoção inicial da IFRS 16, mas para aplicar diretamente os novos requisitos a todos os contratos que, nos termos da norma atual, foram identificados como arrendamento.

Devido às diferentes alternativas disponíveis, juntamente com a complexidade das estimativas e o número significativo de contratos de arrendamento, a Companhia ainda não completou o processo de implementação, pelo que atualmente não é possível fazer uma estimativa razoável do impacto da aplicação inicial dos novos requisitos. No entanto, com base no volume de contratos afetados, bem como na magnitude dos compromissos de arrendamentos futuros, conforme divulgado na Nota 31, a Companhia espera que as mudanças introduzidas pela IFRS 16 tenham um impacto significativo nas suas demonstrações financeiras a partir da data da sua adoção, incluindo o reconhecimento no balanço dos ativos de direito de uso e suas correspondentes obrigações de arrendamento em conexão com a maioria dos contratos que são classificados como arrendamentos operacionais de acordo com as normas atuais. Além disso, a amortização dos ativos de direito de uso e o reconhecimento de custos de juros sobre a obrigação de arrendamento nas demonstrações do resultado substituirão os valores reconhecidos como despesas de locação de acordo com as normas de arrendamento atuais. A classificação dos pagamentos de arrendamentos na demonstração dos fluxos de caixa também será afetada pelos requisitos da nova norma de arrendamento. Por outro lado, as Demonstrações Financeiras da Companhia incluirão divulgações mais amplas com informações relevantes sobre os contratos de arrendamento.

c) Bases de Consolidação

As participações societárias em sociedades controladas ou de controle conjunto estão avaliadas pelo método da equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras individuais. Nas demonstrações financeiras consolidadas o investimento e todos os saldos de ativos e passivos, receitas e despesas decorrentes de transações e participação do patrimônio líquido nas controladas são eliminados integralmente. Os investimentos em sociedades de controle conjunto são mantidos pela equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras consolidadas.

A Companhia detinha as seguintes participações societárias diretas em 30 de setembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017:

Investidas	Tipo de investimento	Participação	País (Sede)	Atividade principal
Telefônica Data S.A. ("TData") (1)	Controlada integral	100,00%	Brasil	Telecomunicações
POP Internet Ltda ("POP") (2)	Controlada integral	100,00%	Brasil	Internet
Aliança Atlântica Holding B.V. ("Aliança")	Controlada em conjunto	50,00%	Holanda	Holding, atuando no setor de telecomunicações
Companhia AIX de Participações ("AIX")	Controlada em conjunto	50,00%	Brasil	Exploração de rede subterrâneas de telecomunicações
Companhia ACT de Participações ("ACT")	Controlada em conjunto	50,00%	Brasil	Assessoria técnica em redes de telecomunicações

(1) A TData é a controladora integral da Terra Networks e da Telefônica Transportes e Logística Ltda ("TGLog").

(2) A POP é a controladora integral da Innoweb Ltda ("Innoweb").

Em 10 de setembro de 2018, a Companhia comunicou ao mercado que serão iniciados estudos referentes a uma possível operação de incorporação de sua subsidiária integral – TData ("Incorporação"). Caso implementada, a Incorporação não afetará a estrutura acionária da Companhia, dado que o patrimônio líquido da TData já está refletido no da Companhia. Os estudos da possível Incorporação considerarão a necessária simplificação da estrutura societária e a concentração da prestação de serviços da Companhia, como parte de um processo contínuo de simplificação e promoção de um ambiente de convergência no relacionamento da Companhia com seus clientes.

Tão logo os estudos sejam concluídos, serão apresentados ao Conselho de Administração e, em havendo decisão em relação à efetivação da Incorporação, será divulgado Fato Relevante contendo os detalhes a respeito dos termos e condições da Incorporação (na forma do disposto na Instrução CVM 565/15), bem como convocada a competente assembleia geral extraordinária da Companhia para deliberar sobre a Incorporação.

d) Reclassificação de cifras comparativas

A Companhia reclassificou o montante de R\$655.084 nas demonstrações dos fluxos de caixa do período de nove meses findo em 30 de setembro de 2017, referente ao valor principal do pagamento efetuado em 31 de janeiro de 2017 à Entidade Administradora do Processo de Redistribuição e Digitalização de Canais de TV e RTV (EAD) da 2ª e 3ª parcelas do leilão de faixas de frequência de 700 MHz para a prestação do SMP. Esta reclassificação, foi efetuada entre o "Fluxo de caixa das atividades operacionais – Outros Passivos" e o "Fluxo de caixa das atividades de investimentos - Aquisições de imobilizado e intangível".

3) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	30.09.18	31.12.17	30.09.18	31.12.17
Caixa e contas bancárias	113.099	114.556	113.070	117.799
Aplicações financeiras	3.236.593	3.566.617	3.600.684	3.932.539
Total	3.349.692	3.681.173	3.713.754	4.050.338

As aplicações financeiras de curto prazo são compostas principalmente por Certificados de Depósitos Bancários ("CDBs") e Operações Compromissadas mantidas junto a instituições financeiras de primeira linha, baseados na variação da taxa dos Certificados de Depósitos Interbancários ("CDI") com liquidez imediata, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor. As receitas geradas por estas aplicações financeiras são registradas como receitas financeiras.

4) CONTAS A RECEBER

	Controladora		Consolidado	
	30.09.18	31.12.17	30.09.18	31.12.17
Valores faturados	6.234.751	6.033.164	6.993.486	6.753.621
Valores a faturar	2.209.809	2.117.422	2.456.142	2.481.364
Valores de interconexão	877.302	835.085	898.661	859.819
Valores com partes relacionadas (nota 27)	670.871	804.783	209.355	201.021
Contas a receber bruto	9.992.733	9.790.454	10.557.644	10.295.825
Perdas estimadas para redução ao valor recuperável	(1.252.152)	(1.209.369)	(1.556.056)	(1.433.471)
Total	8.740.581	8.581.085	9.001.588	8.862.354
Circulante	8.566.785	8.413.403	8.670.107	8.588.466
Não circulante	173.796	167.682	331.481	273.888

Os saldos consolidados não circulante das contas a receber incluem:

- Em 30 de setembro de 2018, R\$126.319 (R\$122.651 em 31 de dezembro de 2017), referente ao modelo de negócios de revenda de mercadorias para pessoa jurídica, com prazo de recebimento até 24 meses. Em 30 de setembro de 2018, o impacto do ajuste a valor presente era de R\$15.236 (R\$16.011 em 31 de dezembro de 2017).
- Em 30 de setembro de 2018, R\$47.477 (R\$45.031 em 31 de dezembro de 2017), referente a parcela das contas a receber decorrente de negociações relativas ao processo de recuperação judicial das empresas do Grupo OI. Em 30 de setembro de 2018, o impacto do ajuste a valor presente era de R\$13.088 (R\$15.535 em 31 de dezembro de 2017).
- Em 30 de setembro de 2018, R\$157.685 (R\$106.206 em 31 de dezembro de 2017), corresponde ao produto “Soluciona TI”, comercializado pela TData, que consiste na locação de equipamentos de informática ao segmento de pequenas e médias empresas e o recebimento de parcelas fixas pelo prazo contratual. Considerando os termos contratuais, esse produto foi classificado como arrendamento mercantil financeiro. Em 30 de setembro de 2018, o impacto do ajuste a valor presente era de R\$48.229 (R\$33.614 em 31 de dezembro de 2017).

Os saldos das contas a receber, relativos ao produto “Soluciona TI”, contemplam os seguintes efeitos:

	Consolidado	
	30.09.18	31.12.17
Valor nominal a receber	533.796	434.743
Receita financeira não realizada	(48.229)	(33.614)
Valor presente a receber	485.567	401.129
Perdas estimadas para redução ao valor recuperável	(169.784)	(154.666)
Valor líquido a receber	315.783	246.463
Circulante	158.098	140.257
Não circulante	157.685	106.206

O cronograma de vencimentos das contas a receber brutas do produto “Soluciona TI” em 30 de setembro de 2018 era:

	Consolidado	
	Valor nominal a receber	Valor presente a receber
A vencer até um ano	266.227	254.949
A vencer acima de um ano e até seis anos	267.569	230.618
Total	533.796	485.567

Não existem valores residuais não garantidos que resultem em benefícios ao arrendador e nem pagamentos contingentes reconhecidos como receita durante o exercício.

A seguir, apresentamos os valores a receber, líquidos das perdas estimadas para redução ao valor recuperável das contas a receber, por idade de vencimento:

	Controladora		Consolidado	
	30.09.18	31.12.17	30.09.18	31.12.17
A vencer	6.171.022	6.557.992	6.523.835	6.635.125
Vencidas – 1 a 30 dias	1.285.440	1.016.172	1.187.273	1.132.008
Vencidas – 31 a 60 dias	410.904	342.779	317.881	375.176
Vencidas – 61 a 90 dias	177.166	224.597	207.804	232.648
Vencidas – 91 a 120 dias	204.926	96.586	215.371	105.342
Vencidas – mais de 120 dias	491.123	342.959	549.424	382.055
Total	8.740.581	8.581.085	9.001.588	8.862.354

Não havia cliente que representasse mais de 10% das contas a receber líquidas em 30 de setembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017.

A seguir, apresentamos as movimentações das perdas estimadas para redução ao valor recuperável das contas a receber:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31.12.16	(1.004.512)	(1.399.895)
Ingressos das perdas estimadas, líquidos de reversões (nota 24)	(1.037.677)	(1.108.925)
Baixa pela utilização	865.843	895.128
Combinação de negócios (nota 1.c)	-	(8.719)
Saldo em 30.09.17	(1.176.346)	(1.622.411)
Ingressos das perdas estimadas, líquidos de reversões	(367.408)	(372.090)
Baixa pela utilização	334.385	561.030
Saldo em 31.12.17	(1.209.369)	(1.433.471)
Adoção inicial IFRS 9 em 01.01.18	(332.127)	(364.456)
Ingressos das perdas estimadas, líquidos de reversões (nota 24)	(1.011.896)	(1.168.936)
Baixa pela utilização	1.301.240	1.410.807
Saldo em 30.09.18	(1.252.152)	(1.556.056)

5) ESTOQUES

	Controladora		Consolidado	
	30.09.18	31.12.17	30.09.18	31.12.17
Materiais para revenda (1)	366.785	302.235	404.040	325.850
Materiais para consumo	88.107	55.448	89.411	57.740
Outros estoques	7.911	7.822	7.911	7.822
Total bruto	462.803	365.505	501.362	391.412
Perdas estimadas para redução ao valor realizável e obsolescência (2)	(40.867)	(40.794)	(42.049)	(42.657)
Total	421.936	324.711	459.313	348.755

(1) Inclui estoque de aparelhos celulares, *simcards* e equipamentos de informática, entre outros.

(2) Os valores das adições e reversões das perdas estimadas para redução ao valor realizável e obsolescência dos estoques estão incluídos nos custos das mercadorias vendidas (nota 24).

6) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Imposto de renda e contribuição social a recuperar

Os saldos de Imposto de Renda ("IRPJ") e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido ("CSLL") a recuperar, referem-se aos créditos por antecipações de imposto de renda e contribuição social, as quais serão compensadas com tributos federais a serem apurados futuramente.

	Controladora		Consolidado	
	30.09.18	31.12.17	30.09.18	31.12.17
Imposto de renda ("IRPJ")	244.408	348.113	244.943	428.524
Contribuição social a recuperar ("CSLL")	28.441	53.146	28.621	77.011
Total	272.849	401.259	273.564	505.535

b) Imposto de renda e contribuição social a recolher

	Consolidado	
	30.09.18	31.12.17
Imposto de renda ("IRPJ")	59.828	3.267
Contribuição social a recuperar ("CSLL")	22.634	1.212
Total	82.462	4.479

c) Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são constituídos, considerando a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, os quais foram fundamentados em estudo técnico de viabilidade, aprovado pelo Conselho de Administração.

Os principais componentes do imposto de renda e da contribuição social diferidos são apresentados a seguir:

Controladora											
	Saldos em 31.12.16	Demonstração dos resultados	Resultados Abrangentes	Saldos em 30.09.17	Demonstração dos resultados	Resultados Abrangentes	Saldos em 31.12.17	Demonstração dos resultados	Resultados Abrangentes (4)	Saldos em 30.09.18	
Ativo (passivo) diferido											
IR sobre prejuízos fiscais e CS sobre base negativa (1)	1.376	176.306	-	177.682	411.068	-	588.750	436.544	-	1.025.294	
IR e CS sobre diferenças temporárias (2)	(90.071)	(907.363)	236	(997.198)	(356.828)	55.951	(1.298.075)	(1.937.372)	60.767	(3.174.680)	
Provisões para demandas judiciais trabalhistas, tributárias, cíveis e regulatórias	2.221.055	(6.770)	-	2.214.285	40.802	-	2.255.087	(327.562)	-	1.927.525	
Fornecedores e outras provisões	608.158	60.148	-	668.306	(80.012)	-	588.294	(92.674)	-	495.620	
Carteira de clientes e marcas	313.091	(41.220)	-	271.871	(17.454)	-	254.417	(52.360)	-	202.057	
Perdas estimadas para redução ao valor recuperável das contas a receber	341.535	58.424	-	399.959	11.228	-	411.187	(98.378)	112.923	425.732	
Perdas estimadas de modens e outros ativos imobilizados	282.267	(73.195)	-	209.072	(9.638)	-	199.434	(5.537)	-	193.897	
Planos de previdência e outros benefícios pós-emprego	108.403	10.407	-	118.810	91	55.480	174.381	14.440	-	188.821	
Participação nos resultados	123.911	(33.565)	-	90.346	10.297	-	100.643	(29.449)	-	71.194	
Licença	(1.420.556)	(162.247)	-	(1.582.803)	(54.083)	-	(1.636.886)	(162.246)	-	(1.799.132)	
Efeitos dos ágios gerados na incorporação da Vivo Part.	(864.320)	(5.461)	-	(869.781)	-	-	(869.781)	-	-	(869.781)	
Ágio da Spanish e Navtree	(337.535)	-	-	(337.535)	-	-	(337.535)	-	-	(337.535)	
Ágio da Vivo Part.	(1.005.120)	(125.402)	-	(1.130.522)	(41.801)	-	(1.172.323)	(125.402)	-	(1.297.725)	
Ágio da GVTPart.	(522.228)	(522.228)	-	(1.044.456)	(174.077)	-	(1.218.533)	(591.859)	-	(1.810.392)	
Lei da Inovação tecnológica	(140.940)	30.612	-	(110.328)	12.795	-	(97.533)	40.558	-	(56.975)	
Bens do ativo imobilizado de pequeno valor	-	-	-	-	-	-	-	(461.765)	-	(461.765)	
IR e CS sobre outras diferenças temporárias (3)	202.208	(96.866)	236	105.578	(54.976)	471	51.073	(45.138)	(52.156)	(46.221)	
Total do ativo (passivo) líquido, não circulante	(88.695)	(731.057)	236	(819.516)	54.240	55.951	(709.325)	(1.500.828)	60.767	(2.149.386)	
Ativo fiscal diferido	4.425.658			4.530.418			4.916.768			4.924.634	
Passivo fiscal diferido	(4.514.353)			(5.349.934)			(5.626.093)			(7.074.020)	
Ativo (passivo) fiscal diferido, líquido	(88.695)			(819.516)			(709.325)			(2.149.386)	
Representado no balanço patrimonial da seguinte forma:											
Ativo fiscal diferido	-			-			-			-	
Passivo fiscal diferido	(88.695)			(819.516)			(709.325)			(2.149.386)	

Consolidado													
	Saldos em 31.12.16	Demonstração dos resultados	Resultados Abrangentes	Combinação de negócios (nota 1.c)	Outros	Saldos em 30.09.17	Demonstração dos resultados	Resultados Abrangentes	Outros	Saldos em 31.12.17	Demonstração dos resultados	Resultados Abrangentes (4)	Saldos em 30.09.18
Ativo (passivo) diferido													
IR sobre prejuízos fiscais e CS sobre base negativa (1)	14.071	303.726	-	69.451	-	387.248	406.685	-	-	793.933	404.177	-	1.198.110
IR e CS sobre diferenças temporárias (2)	13.426	(904.422)	236	48.434	(87)	(842.413)	(347.394)	57.956	1	(1.131.850)	(1.898.827)	70.821	(2.959.856)
Provisões para demandas judiciais trabalhistas, tributárias, cíveis e regulatórias	2.230.336	32.805	-	-	-	2.263.141	35.594	-	-	2.298.735	(322.609)	-	1.976.126
Fornecedores e outras provisões	677.123	51.661	-	-	-	728.784	(77.367)	-	-	651.417	(70.123)	-	581.294
Perdas estimadas para redução ao valor recuperável das contas a receber	358.805	64.601	-	-	-	423.406	11.554	-	-	434.960	(87.592)	122.977	470.345
Carteira de clientes e marcas	313.092	(41.220)	-	-	-	271.872	(17.454)	-	-	254.418	(52.361)	-	202.057
Perdas estimadas de modens e outros ativos imobilizados	284.677	(73.835)	-	-	-	210.842	(9.901)	-	-	200.941	(7.014)	-	193.927
Planos de previdência e outros benefícios pós-emprego	108.419	10.407	-	-	-	118.826	(1.777)	57.485	-	174.534	17.529	-	192.063
Participação nos resultados	125.256	(32.391)	-	-	-	92.865	17.181	-	-	110.046	(30.858)	-	79.188
Licença	(1.420.556)	(162.247)	-	-	-	(1.582.803)	(54.083)	-	-	(1.636.886)	(162.246)	-	(1.799.132)
Efeitos dos ágios gerados na incorporação da Vivo Part.	(864.320)	(5.461)	-	-	-	(869.781)	-	-	-	(869.781)	-	-	(869.781)
Ágio da Spanish e Navtree	(337.535)	-	-	-	-	(337.535)	-	-	-	(337.535)	-	-	(337.535)
Ágio da Vivo Part.	(1.005.120)	(125.402)	-	-	-	(1.130.522)	(41.801)	-	-	(1.172.323)	(125.402)	-	(1.297.725)
Ágio da GVTPart.	(522.228)	(522.228)	-	-	-	(1.044.456)	(174.077)	-	-	(1.218.533)	(591.859)	-	(1.810.392)
Lei da Inovação tecnológica	(140.940)	30.612	-	-	-	(110.328)	12.795	-	-	(97.533)	40.558	-	(56.975)
Bens do ativo imobilizado de pequeno valor	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(461.765)	-	(461.765)
IR e CS sobre outras diferenças temporárias (3)	206.417	(131.724)	236	48.434	(87)	123.276	(48.058)	471	1	75.690	(45.085)	(52.156)	(21.551)
Total do passivo diferido	27.497	(600.696)	236	117.885	(87)	(455.165)	59.291	57.956	1	(337.917)	(1.494.650)	70.821	(1.761.746)
Ativo fiscal diferido	4.541.952					4.894.879				5.288.176			5.312.274
Passivo fiscal diferido	(4.514.455)					(5.350.044)				(5.626.093)			(7.074.020)
Ativo (passivo) fiscal diferido, líquido	27.497					(455.165)				(337.917)			(1.761.746)
Representado no balanço patrimonial da seguinte forma:													
Ativo fiscal diferido	27.497					364.351				371.408			387.640
Passivo fiscal diferido	-					(819.516)				(709.325)			(2.149.386)

- (1) Refere-se aos montantes registrados, que conforme a legislação tributária brasileira, poderão ser compensados no limite de 30% das bases apuradas nos próximos exercícios sem prazo de prescrição. Em 2017, foram registrados acréscimos de R\$587.374 na controladora e R\$779.862 consolidado, composto por R\$587.374 da Companhia e R\$192.488 da Terra Networks e POP.
- (2) A realização ocorrerá por ocasião do pagamento das provisões, da efetiva perda estimada para redução ao valor recuperável das contas a receber ou da realização dos estoques, bem como pela reversão de outras provisões.
- (3) Referem-se a tributos diferidos decorrentes de outras diferenças temporárias, tais como: programa de fidelização, depreciação acelerada contábil, perdas estimadas para redução ao valor realizável dos estoques, instrumentos financeiros derivativos, receitas diferidas, ônus de renovação de licenças, subsídio na venda de aparelhos celulares, entre outras.
- (4) Inclui os montantes do imposto de renda de contribuição social diferidos sobre a adoção das IFRS 9 e 15.

Em 30 de setembro de 2018, não foram reconhecidos créditos diferidos ativos (IR sobre prejuízos fiscais e CS sobre base negativa) no livro contábil das controladas indiretas (Innoweb e TGLog) no montante de R\$12.715 (R\$11.938 em 31 de dezembro de 2017), pois não é provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para utilização dos mesmos.

d) Reconciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social

A Companhia e controladas provisionam as parcelas para imposto de renda e contribuição social sobre o lucro mensalmente, obedecendo ao regime de competência, recolhendo os tributos por estimativa, com base em balancete de suspensão ou redução. As parcelas dos tributos calculadas sobre o lucro até o mês das demonstrações financeiras são registradas no passivo ou no ativo, conforme o caso.

O quadro a seguir é uma reconciliação da despesa tributária apresentada no resultado e o valor calculado pela aplicação da alíquota tributária nominal de 34% (25% de imposto de renda e 9% de contribuição social sobre o lucro) para os períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2018 e 2017.

	Controladora			
	Períodos de três meses findos em		Períodos de nove meses findos em	
	30.09.18	30.09.17	30.09.18	30.09.17
Lucro antes dos tributos	3.263.789	1.411.579	8.942.617	3.776.670
Despesa referente ao imposto de renda e contribuição social sobre o lucro a alíquota de 34%	(1.109.688)	(479.937)	(3.040.490)	(1.284.068)
Diferenças permanentes				
Equivalência patrimonial, líquida dos efeitos dos juros sobre o capital próprio recebidos (nota 11)	80.784	222.481	470.703	366.908
Juros sobre o capital próprio prescritos	-	-	(14.426)	(10.319)
Despesas indedutíveis, brindes e incentivos	(10.565)	(32.527)	(31.972)	(70.761)
Benefício fiscal relacionado aos juros sobre o capital próprio destinados	952.000	103.700	1.088.000	316.200
Outras (adições) exclusões	944	(2.580)	27.148	(2.795)
Total	(86.525)	(188.863)	(1.501.037)	(684.835)
Taxa efetiva	2,7%	13,4%	16,8%	18,1%
IRPJ e CSLL corrente	32.978	48.385	(209)	46.222
IRPJ e CSLL diferido	(119.503)	(237.248)	(1.500.828)	(731.057)

	Consolidado			
	Períodos de três meses findos em		Períodos de nove meses findos em	
	30.09.18	30.09.17	30.09.18	30.09.17
Lucro antes dos tributos	3.394.095	1.544.449	9.679.819	4.132.616
Despesa referente ao imposto de renda e contribuição social sobre o lucro a alíquota de 34%	(1.153.992)	(525.112)	(3.291.138)	(1.405.089)
Diferenças permanentes				
Equivalência patrimonial, líquida dos efeitos dos juros sobre o capital próprio recebidos (nota 11)	(1.884)	4	(1.671)	463
Juros sobre o capital próprio prescritos	-	-	(14.426)	(10.319)
Diferenças temporárias de subsidiárias	(8)	1.999	(8)	1.999
Despesas indedutíveis, brindes e incentivos	(12.904)	(32.527)	(50.958)	(72.695)
Tributos diferidos reconhecidos nas subsidiárias sobre prejuízo fiscal, base negativa e diferenças temporárias referente a exercícios anteriores	-	132.080	-	132.080
Benefício fiscal relacionado aos juros sobre o capital próprio destinados	952.000	103.700	1.088.000	316.200
Outras (adições) exclusões	(43)	(1.877)	31.962	(3.420)
Total	(216.831)	(321.733)	(2.238.239)	(1.040.781)
Taxa efetiva	6,4%	20,8%	23,1%	25,2%
IRPJ e CSLL corrente	(80.176)	(196.389)	(743.589)	(440.085)
IRPJ e CSLL diferido	(136.655)	(125.344)	(1.494.650)	(600.696)

7) IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR

	Controladora		Consolidado	
	30.09.18	31.12.17	30.09.18	31.12.17
ICMS (1)	2.523.808	2.438.272	2.526.053	2.450.856
Impostos e contribuições retidos na fonte (2)	91.997	212.264	97.937	238.355
PIS e COFINS	5.748.114	66.335	5.751.633	85.098
INSS, ISS e outros tributos	20.792	8.232	21.759	27.431
Total	8.384.711	2.725.103	8.397.382	2.801.740
Circulante	3.244.830	1.984.999	3.257.501	2.058.455
Não circulante	5.139.881	740.104	5.139.881	743.285

(1) Refere-se aos créditos de ICMS gerados na aquisição de bens do ativo imobilizado (cuja compensação ocorre em 48 meses); em pedidos de ressarcimento do ICMS pago para faturas que foram posteriormente canceladas; pela prestação de serviços; por substituição tributária; por diferencial de alíquota, entre outros. Os montantes não circulantes consolidados incluem créditos gerados na aquisição de bens do ativo imobilizado de R\$478.555 e R\$423.588 em 30 de setembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017, respectivamente.

(2) Refere-se a créditos de imposto de renda retido na fonte sobre aplicações financeiras, juros sobre o capital próprio e outros, que são utilizados como dedução nas operações do período e contribuição social retida na fonte sobre serviços prestados a órgãos públicos.

Os saldos da controladora e consolidado de PIS e COFINS de 30 de setembro de 2018, incluem os créditos fiscais atualizados monetariamente pela SELIC, no montante de R\$5.618.679, oriundos dos processos judiciais transitados em julgado em 17 de maio de 2018 e 28 de agosto de 2018, a favor da Companhia e de sua controlada TData, que reconheceu o direito da exclusão do ICMS da base de cálculo das contribuições ao PIS e COFINS para os períodos compreendidos entre setembro de 2003 a junho de 2017 e julho de 2004 a junho de 2013, respectivamente (vide notas 25 e 26).

A Receita Federal iniciou processo de fiscalização, nos termos da Lei 13.670/18, com o objetivo de homologar os créditos de PIS e COFINS resultado da disputa que tratou da exclusão do ICMS das bases destas contribuições.

A Companhia tem envidado todos os esforços para atender de forma tempestiva as solicitações deste procedimento fiscalizatório e assim continuar compensando seus referidos créditos tributários.

A Companhia possui outros três processos judiciais de mesma natureza em andamento (incluindo processos das sociedades que já foram incorporadas - GVT e Telemig), considerados como ativos contingentes, que abrangem diversos períodos entre dezembro de 2001 e junho de 2017, cujos intervalos de valores estimamos entre R\$1.700 milhões a R\$2.200 milhões.

8) DEPÓSITOS E BLOQUEIOS JUDICIAIS

Em algumas situações, por exigência legal ou para suspensão da exigibilidade do crédito tributário são efetuados depósitos judiciais para garantir a continuidade dos processos em discussão. Esses depósitos judiciais podem ser exigidos para processos cuja probabilidade de perda foi analisada pela Companhia e controladas, fundamentada na opinião de seus assessores jurídicos como provável, possível ou remota.

	Controladora		Consolidado	
	30.09.18	31.12.17	30.09.18	31.12.17
Depósitos judiciais				
Tributário	1.821.260	4.074.517	1.982.144	4.230.917
Trabalhista	520.802	864.022	538.542	885.338
Cível	1.173.907	1.203.297	1.175.900	1.205.807
Regulatório	206.487	200.627	208.711	200.627
Total	3.722.456	6.342.463	3.905.297	6.522.689
Bloqueios judiciais	100.858	137.823	103.750	141.116
Total	3.823.314	6.480.286	4.009.047	6.663.805
Circulante	317.266	324.465	317.612	324.638
Não circulante	3.506.048	6.155.821	3.691.435	6.339.167

Em 30 de junho de 2018, a Companhia registrou uma baixa como perda do resultado do período de R\$232 milhões decorrente da conclusão de processo de conciliação de depósitos judiciais, com apoio de empresa especializada, no qual foram obtidas informações junto a bancos e judiciário e conciliadas com os registros contábeis da Companhia.

Em 30 de setembro de 2018, a Companhia e suas controladas mantinham diversos depósitos judiciais tributários, perfazendo o montante consolidado de R\$1.982.144 (R\$4.230.917 em 31 de dezembro de 2017). Na nota 18, apresentamos maiores detalhes sobre os assuntos que originaram os depósitos judiciais mais significativos.

A seguir, apresentamos a composição dos saldos consolidados em 30 de setembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017 dos depósitos judiciais tributários (segregados e sumarizados por tributo).

	30.09.18	31.12.17
Contribuição à Empresa Brasil de Comunicação ("EBC")	-	1.238.068
Fundo de Fiscalização das Telecomunicações ("FISTEL")	44.417	1.161.061
Imposto de Renda de Pessoa Jurídica ("IRPJ") e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido ("CSLL")	546.839	518.474
Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações ("FUST")	496.781	484.649
Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico ("CIDE")	276.760	270.612
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação ("ICMS")	303.165	273.264
Contribuição Previdenciária, Seguro Acidente de Trabalho ("SAT") e Verbas para Terceiros ("INSS")	141.118	134.688
Imposto de Renda Retido na Fonte ("IRRF")	47.044	45.846
Programa de Integração Social ("PIS") e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social ("COFINS")	43.713	37.965
Outros impostos, taxas e contribuições	82.307	66.290
Total	1.982.144	4.230.917

A seguir, apresentamos uma breve descrição dos principais depósitos judiciais tributários:

- Contribuição à Empresa Brasil de Comunicação ("EBC")

O Sindicato das Empresas de Telefonia e de Serviço Móvel Celular e Pessoal ("Sinditelebrasil") discute judicialmente, em nome das associadas, a Contribuição ao Fomento da Radiodifusão Pública à EBC, criada pela Lei nº 11.652/08. A Companhia e a TData, como associadas ao sindicato, efetuaram depósitos judiciais dos valores relativos à referida contribuição.

No terceiro trimestre de 2018, a Companhia e a TData tiveram seus pedidos aceitos de conversão em renda dos valores depositados judicialmente no montante de R\$1.378.170, com a manutenção da discussão em andamento. Diante disso, a Companhia e a TData efetuaram as baixas dos depósitos judiciais em contrapartida aos valores provisionados (nota 19).

- Fundo de Fiscalização das Telecomunicações ("FISTEL")

A Companhia possui discussões judiciais que envolvem a cobrança realizada pela ANATEL da Taxa de Fiscalização de Instalação ("TFI") sobre a renovação da validade da licença.

No segundo trimestre de 2018, a discussão judicial relativa a exclusão da base de cálculo da Taxa de Fiscalização de Instalação ("TFI") e Taxa de Fiscalização e Funcionamento ("TFF") das estações móveis (celulares) que não são de propriedade da Companhia se encerrou desfavoravelmente, após desistência pela Companhia do recurso interposto, com a conversão em renda para a ANATEL dos valores depositados judicialmente no montante de R\$1.126.810.

9) DESPESAS ANTECIPADAS

	Controladora		Consolidado	
	30.09.18	31.12.17	30.09.18	31.12.17
Taxa fistel (1)	268.295	-	268.295	-
Propaganda e publicidade	100.732	335.700	100.732	336.295
Seguros	33.991	36.672	34.265	36.941
Aluguéis	42.728	29.713	42.728	29.713
Manutenção de <i>software</i> e redes	42.729	7.422	47.001	12.375
Custos incrementais - IFRS 15 (2)	231.566	-	231.566	-
Tributos, encargos financeiros, pessoal e outras despesas antecipadas	97.321	37.475	112.925	54.231
Total	817.362	446.982	837.512	469.555
Circulante	698.575	425.298	714.710	446.439
Não circulante	118.787	21.684	122.802	23.116

(1) Refere-se a parcela remanescente dos valores de Taxa de Fiscalização e Funcionamento, pagos em março e abril de 2018, tendo como base o exercício de 2017, que serão amortizados para o resultado até o final do exercício.

(2) Refere-se aos custos incrementais decorrentes da adoção da IFRS 15 (nota 2.b).

10) OUTROS ATIVOS

	Controladora		Consolidado	
	30.09.18	31.12.17	30.09.18	31.12.17
Adiantamentos a empregados e fornecedores	88.087	53.103	97.466	58.456
Créditos com partes relacionadas (nota 27)	245.569	557.211	140.268	166.733
Crédito com fornecedores	93.832	114.015	93.837	114.015
<i>Superávit</i> de planos de benefícios pós-emprego (nota 29)	10.007	9.616	10.242	9.833
Outros valores a realizar	41.805	54.282	43.026	61.295
Total	479.300	788.227	384.839	410.332
Circulante	432.962	701.882	337.673	321.397
Não circulante	46.338	86.345	47.166	88.935

11) INVESTIMENTOS

a) Informações das Investidas

As informações relativas às investidas são as mesmas da nota explicativa 11) Investimentos, divulgada nas demonstrações financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017.

A seguir, demonstramos um sumário dos dados financeiros relevantes das investidas nas quais a Companhia possui participação direta.

	30.09.18					31.12.17				
	Controladas integrais consolidadas		Controladas em Conjunto			Controladas integrais consolidadas		Controladas em Conjunto		
	TData	POP	Aliança	Cia AIX	Cia ACT	TData	POP	Aliança	Cia AIX	Cia ACT
Participação no patrimônio líquido	100,00%	100,00%	50,00%	50,00%	50,00%	100,00%	100,00%	50,00%	50,00%	50,00%
Resumo do Balanço Patrimonial:										
Ativo circulante	2.494.140	47.542	195.758	26.742	20	2.928.721	33.566	167.540	22.431	17
Ativo não circulante	800.838	52.481	-	12.171	-	749.694	52.761	-	13.410	-
Total do ativo	3.294.978	100.023	195.758	38.913	20	3.678.415	86.327	167.540	35.841	17
Passivo circulante	1.418.765	49.586	106	6.303	4	1.893.271	47.337	58	4.084	1
Passivo não circulante	184.778	-	-	15.390	-	185.794	24	-	4.811	-
Patrimônio líquido	1.691.435	50.437	195.652	17.220	16	1.599.350	38.966	167.482	26.946	16
Total do passivo e patrimônio líquido	3.294.978	100.023	195.758	38.913	20	3.678.415	86.327	167.540	35.841	17
Valor contábil do investimento	1.691.435	50.437	97.826	8.610	8	1.599.350	38.966	83.741	13.473	8

	Períodos de nove meses findos em									
	30.09.18					30.09.17				
	Controladas integrais consolidadas		Controladas em Conjunto			Controladas integrais consolidadas		Controladas em Conjunto		
Resumo da Demonstração de Resultados:	TData	POP	Aliança	Cia AIX	Cia ACT	TData	POP	Aliança	Cia AIX	Cia ACT
Receita operacional líquida	4.846.284	23.243	-	34.175	62	2.515.027	22.014	-	34.146	62
Custos e despesas operacionais	(2.821.107)	(5.951)	(129)	(44.434)	(62)	(1.160.069)	(12.236)	(14)	(31.886)	(62)
Receitas (despesas) financeiras, líquidas	83.377	690	27	819	-	67.862	1.127	18	1.019	-
Imposto de renda e contribuição social	(730.787)	(6.416)	-	(286)	-	(351.749)	(4.197)	-	(559)	-
Lucro líquido (prejuízo) do período	1.377.767	11.566	(102)	(9.726)	-	1.071.071	6.708	4	2.720	-
Resultado de equivalência patrimonial	1.377.767	11.566	(51)	(4.863)	-	1.071.071	6.708	2	1.360	-

b) Movimentação dos Investimentos

	TData Consolidada	POP Consolidada	Aliança	AIX	ACT	Ágios (1)	Outros investimentos (2)	Total de investimentos na controladora	Eliminações	Total de investimentos no consolidado
Saldo em 31.12.16	1.079.464	29.888	72.510	11.886	7	212.058	1.342	1.407.155	(1.321.410)	85.745
Resultado de equivalência patrimonial	1.071.071	6.708	2	1.360	-	-	-	1.079.141	(1.077.779)	1.362
Transações de capital	(59.029)	-	-	-	-	-	-	(59.029)	59.029	-
Dividendos e juros sobre o capital próprio	(384.588)	-	-	-	-	-	-	(384.588)	384.588	-
Outros resultados abrangentes	-	-	6.493	-	-	-	400	6.893	-	6.893
Saldo em 30.09.17	1.706.918	36.596	79.005	13.246	7	212.058	1.742	2.049.572	(1.955.572)	94.000
Resultado de equivalência patrimonial	221.755	2.370	(10)	227	1	-	-	224.343	(224.125)	218
Dividendos e juros sobre o capital próprio	(323.206)	-	-	-	-	-	-	(323.206)	323.206	-
Outros resultados abrangentes	(6.117)	-	4.746	-	-	-	(62)	(1.433)	6.117	4.684
Saldo em 31.12.17	1.599.350	38.966	83.741	13.473	8	212.058	1.680	1.949.276	(1.850.374)	98.902
Resultado de equivalência patrimonial	1.377.767	11.566	(51)	(4.863)	-	-	-	1.384.419	(1.389.333)	(4.914)
Dividendos e juros sobre o capital próprio	(1.263.503)	-	-	-	-	-	-	(1.263.503)	1.263.503	-
Outros resultados abrangentes	(22.179)	(95)	14.136	-	-	-	(408)	(8.546)	22.274	13.728
Provisão para perdas em investimentos	-	-	-	-	-	-	(701)	(701)	-	(701)
Saldo em 30.09.18	1.691.435	50.437	97.826	8.610	8	212.058	571	2.060.945	(1.953.930)	107.015

(1) Ágio oriundo da cisão parcial da empresa Spanish e Figueira que foi vertido para a Companhia em virtude da incorporação da Telefônica Data Brasil Holding S.A. (TDBH) em 2006.

(2) Os valores de outros investimentos (incentivos fiscais e participações acionárias) estão avaliados pelo valor justo.

12) IMOBILIZADO

a) Composição, Movimentação e Taxas de Depreciação

	Controladora							Total
	Equipamentos de comutação e transmissão	Equipamentos terminais / modems	Infraestrutura	Terrenos	Outros ativos imobilizados	Perdas estimadas (1)	Bens e instalações em andamento	
Taxa anual de depreciação (%)	2,50 a 25,00	6,67 a 66,67	2,50 a 66,67		10,00 a 25,00			
Saldos e movimentações:								
Saldo em 31.12.16	22.231.625	2.581.179	3.715.494	315.719	778.048	(485.386)	2.700.870	31.837.549
Adições	26.974	93.740	59.964	550	157.492	(30.317)	4.141.241	4.449.644
Baixas líquidas	(71.969)	(5.740)	(6.481)	(1.914)	(1.842)	63.880	(12.832)	(36.898)
Transferências líquidas	2.532.112	1.003.391	398.917	-	3.834	132.579	(4.063.776)	7.057
Depreciação (nota 24)	(2.231.790)	(1.049.402)	(407.043)	-	(236.992)	-	-	(3.925.227)
Saldo em 30.09.17	22.486.952	2.623.168	3.760.851	314.355	700.540	(319.244)	2.765.503	32.332.125
Adições	16.023	47.392	31.196	-	81.497	(6.961)	1.921.411	2.090.558
Baixas líquidas	(16.795)	(1.862)	(210)	(2)	(729)	98.344	(4.695)	74.051
Transferências líquidas	1.102.181	468.040	220.091	-	11.619	(1)	(1.828.196)	(26.266)
Depreciação	(779.388)	(417.057)	(134.246)	-	(27.245)	-	-	(1.357.936)
Saldo em 31.12.17	22.808.973	2.719.681	3.877.682	314.353	765.682	(227.862)	2.854.023	33.112.532
Adições	10.092	110.362	58.795	550	100.931	(8.565)	4.863.234	5.135.399
Baixas líquidas	(16.941)	(236)	(7.385)	-	(1.639)	18.352	(21.582)	(29.431)
Transferências líquidas	3.866.505	402.320	293.151	-	92.639	-	(4.703.145)	(48.530)
Depreciação (nota 24)	(2.426.082)	(1.047.136)	(430.341)	-	(229.131)	-	-	(4.132.690)
Saldo em 30.09.18	24.242.547	2.184.991	3.791.902	314.903	728.482	(218.075)	2.992.530	34.037.280
Em 31.12.17								
Custo	74.092.109	16.797.604	15.628.384	314.353	4.404.945	(227.862)	2.854.023	113.863.556
Depreciação acumulada	(51.283.136)	(14.077.923)	(11.750.702)	-	(3.639.263)	-	-	(80.751.024)
Total	22.808.973	2.719.681	3.877.682	314.353	765.682	(227.862)	2.854.023	33.112.532
Em 30.09.18								
Custo	77.827.871	17.139.414	15.876.668	314.903	4.590.915	(218.075)	2.992.530	118.524.226
Depreciação acumulada	(53.585.324)	(14.954.423)	(12.084.766)	-	(3.862.433)	-	-	(84.486.946)
Total	24.242.547	2.184.991	3.791.902	314.903	728.482	(218.075)	2.992.530	34.037.280

	Consolidado							Total
	Equipamentos de comutação e transmissão	Equipamentos terminais / modems	Infraestrutura	Terrenos	Outros ativos imobilizados	Perdas estimadas (1)	Bens e instalações em andamento	
Taxa anual de depreciação (%)	2,50 a 25,00	6,67 a 66,67	2,50 a 66,67		10,00 a 25,00			
Saldos e movimentações:								
Saldo em 31.12.16	22.231.874	2.588.307	3.725.207	315.719	819.356	(485.575)	2.730.030	31.924.918
Adições	26.974	93.740	59.964	550	168.027	(30.399)	4.141.825	4.460.681
Baixas líquidas	(71.969)	(5.740)	(6.757)	(1.914)	(1.793)	63.961	(13.386)	(37.598)
Transferências líquidas	2.532.112	1.003.391	398.917	-	22.470	132.579	(4.082.412)	7.057
Depreciação (nota 24)	(2.231.876)	(1.051.483)	(409.354)	-	(252.353)	-	-	(3.945.066)
Combinação de negócios (nota 1.c)	-	-	1.342	-	4.888	-	817	7.047
Saldo em 30.09.17	22.487.115	2.628.215	3.769.319	314.355	760.595	(319.434)	2.776.874	32.417.039
Adições	16.025	47.392	31.196	-	91.593	(6.975)	1.943.662	2.122.893
Baixas líquidas	(16.797)	(1.862)	(209)	(2)	(729)	98.358	(5.511)	73.248
Transferências líquidas	1.102.181	468.040	220.091	-	11.623	(1)	(1.828.200)	(26.266)
Depreciação	(779.415)	(417.453)	(135.100)	-	(32.630)	-	-	(1.364.598)
Saldo em 31.12.17	22.809.109	2.724.332	3.885.297	314.353	830.452	(228.052)	2.886.825	33.222.316
Adições	10.092	110.852	58.795	550	126.015	(8.565)	4.849.348	5.147.087
Baixas líquidas	(16.939)	(236)	(7.513)	-	(1.938)	18.455	(21.582)	(29.753)
Transferências líquidas	3.866.505	402.320	293.890	-	91.838	-	(4.703.157)	(48.604)
Depreciação (nota 24)	(2.426.138)	(1.047.754)	(432.850)	-	(248.906)	-	-	(4.155.648)
Saldo em 30.09.18	24.242.629	2.189.514	3.797.619	314.903	797.461	(218.162)	3.011.434	34.135.398
Em 31.12.17								
Custo	74.100.056	16.845.903	15.728.808	314.353	4.687.395	(228.052)	2.886.825	114.335.288
Depreciação acumulada	(51.290.947)	(14.121.571)	(11.843.511)	-	(3.856.943)	-	-	(81.112.972)
Total	22.809.109	2.724.332	3.885.297	314.353	830.452	(228.052)	2.886.825	33.222.316
Em 30.09.18								
Custo	77.835.758	17.187.711	15.976.791	314.903	4.896.051	(218.162)	3.011.434	119.004.486
Depreciação acumulada	(53.593.129)	(14.998.197)	(12.179.172)	-	(4.098.590)	-	-	(84.869.088)
Total	24.242.629	2.189.514	3.797.619	314.903	797.461	(218.162)	3.011.434	34.135.398

(1) A Companhia e controladas reconheceram perdas estimadas para possível obsolescência de materiais utilizados para manutenção do imobilizado fundamentada nos patamares de uso histórico e expectativa de utilização futura.

b) Bens do Imobilizado em Garantia

Em 30 de setembro de 2018, os montantes consolidados de bens do ativo imobilizado dados em garantia em processos judiciais eram de R\$156.375 (R\$176.591 em 31 de dezembro de 2017).

c) Bens Reversíveis

O contrato de concessão do STFC da Companhia prevê que os bens pertencentes ao patrimônio da Companhia e que sejam indispensáveis à prestação dos serviços descritos no referido contrato são considerados reversíveis. Em 30 de setembro de 2018, o saldo residual dos bens reversíveis era estimado em R\$8.685.750 (R\$8.763.355 em 31 de dezembro de 2017), composto por equipamentos de comutação, transmissão e terminais de uso público, equipamentos de rede externa, equipamentos de energia e equipamentos de sistemas e suporte à operação.

d) Arrendamento Financeiro

Em 30 de setembro de 2018, as classes de equipamentos de comutação e transmissão, infraestrutura e outros ativos imobilizados incluíam os valores residuais líquidos de R\$271.418 (R\$280.103 em 31 de dezembro de 2017), em que a Companhia é arrendatária de operações *leasing* financeiro.

13) INTANGÍVEL

a) Composição, Movimentação e Taxas de Amortização

	Controladora								
	Vida útil indefinida	Vida útil definida							
	Ágio (1)	Softwares	Carteira de clientes	Marcas	Licenças	Outros ativos intangíveis	Perdas estimadas para softwares	Softwares em andamento	Total
Taxa anual de amortização (%)		20,00	11,76	5,13	3,60 a 6,67	20,00			
Saldos e movimentações:									
Saldo em 31.12.16	22.850.363	2.693.207	2.561.220	1.157.820	14.897.968	50.698	(4.581)	63.425	44.270.120
Adições	-	186.591	-	-	-	179	-	655.012	841.782
Baixas líquidas	-	(7.428)	-	-	-	-	4.052	-	(3.376)
Transferências líquidas	-	454.824	-	-	-	(24.265)	31	(437.647)	(7.057)
Amortização (nota 24)	-	(709.686)	(444.960)	(63.154)	(696.272)	(4.364)	-	-	(1.918.436)
Saldo em 30.09.17	22.850.363	2.617.508	2.116.260	1.094.666	14.201.696	22.248	(498)	280.790	43.183.033
Adições	-	74.186	-	-	-	28	-	445.773	519.987
Baixas líquidas	-	3	-	-	-	-	(1)	-	2
Transferências líquidas	-	246.721	-	-	-	(32)	-	(220.423)	26.266
Amortização	-	(234.018)	(137.397)	(21.051)	(232.090)	(1.296)	-	-	(625.852)
Saldo em 31.12.17	22.850.363	2.704.400	1.978.863	1.073.615	13.969.606	20.948	(499)	506.140	43.103.436
Adições	-	249.825	-	-	-	-	-	668.707	918.532
Baixas líquidas	-	(14)	-	-	-	-	-	-	(14)
Transferências líquidas	-	357.981	-	-	-	-	-	(309.451)	48.530
Amortização (nota 24)	-	(718.507)	(412.191)	(63.154)	(690.058)	(3.092)	-	-	(1.887.002)
Saldo em 30.09.18	22.850.363	2.593.685	1.566.672	1.010.461	13.279.548	17.856	(499)	865.396	42.183.482
Em 31.12.17									
Custo	22.850.363	14.966.763	4.513.278	1.658.897	20.237.572	238.193	(499)	506.140	64.970.707
Amortização acumulada	-	(12.262.363)	(2.534.415)	(585.282)	(6.267.966)	(217.245)	-	-	(21.867.271)
Total	22.850.363	2.704.400	1.978.863	1.073.615	13.969.606	20.948	(499)	506.140	43.103.436
Em 30.09.18									
Custo	22.850.363	15.565.460	4.513.278	1.658.897	20.237.572	238.193	(499)	865.396	65.928.660
Amortização acumulada	-	(12.971.775)	(2.946.606)	(648.436)	(6.958.024)	(220.337)	-	-	(23.745.178)
Total	22.850.363	2.593.685	1.566.672	1.010.461	13.279.548	17.856	(499)	865.396	42.183.482

	Consolidado								
	Vida útil indefinida	Vida útil definida							Total
	Ágio (1)	Softwares	Carteira de clientes	Marcas	Licenças	Outros ativos intangíveis	Perdas estimadas para softwares	Softwares em andamento	
Taxa anual de amortização (%)		20,00 a 50,00	11,76 a 12,85	5,13 a 66,67	3,60 a 6,67	6,67 a 20,00			
Saldos e movimentações:									
Saldo em 31.12.16	23.062.421	2.694.521	2.561.220	1.157.820	14.897.968	50.702	(4.581)	63.425	44.483.496
Adições	-	187.368	-	-	-	179	-	655.012	842.559
Baixas líquidas	-	(7.428)	-	-	-	-	4.052	-	(3.376)
Transferências líquidas	-	454.824	-	-	-	(24.265)	31	(437.647)	(7.057)
Amortização (nota 24)	-	(710.256)	(444.960)	(63.154)	(696.272)	(4.367)	-	-	(1.919.009)
Combinação de negócios (nota 1.c)	-	530	-	-	-	-	-	-	530
Saldo em 30.09.17	23.062.421	2.619.559	2.116.260	1.094.666	14.201.696	22.249	(498)	280.790	43.397.143
Adições	-	89.022	-	-	-	28	-	445.773	534.823
Baixas líquidas	-	1	-	-	-	-	(1)	-	-
Transferências líquidas	-	246.721	-	-	-	(32)	-	(220.423)	26.266
Amortização	-	(234.497)	(137.397)	(21.051)	(232.090)	(1.293)	-	-	(626.328)
Saldo em 31.12.17	23.062.421	2.720.806	1.978.863	1.073.615	13.969.606	20.952	(499)	506.140	43.331.904
Adições	-	255.554	-	-	-	-	-	668.707	924.261
Baixas líquidas	-	(14)	-	-	-	-	-	-	(14)
Transferências líquidas	-	357.981	-	-	-	74	-	(309.451)	48.604
Amortização (nota 24)	-	(721.773)	(412.191)	(63.154)	(690.058)	(3.092)	-	-	(1.890.268)
Saldo em 30.09.18	23.062.421	2.612.554	1.566.672	1.010.461	13.279.548	17.934	(499)	865.396	42.414.487
Em 31.12.17									
Custo	23.062.421	15.125.532	4.513.278	1.658.897	20.237.572	238.201	(499)	506.140	65.341.542
Amortização acumulada	-	(12.404.726)	(2.534.415)	(585.282)	(6.267.966)	(217.249)	-	-	(22.009.638)
Total	23.062.421	2.720.806	1.978.863	1.073.615	13.969.606	20.952	(499)	506.140	43.331.904
Em 30.09.18									
Custo	23.062.421	15.729.880	4.513.278	1.658.897	20.237.572	238.275	(499)	865.396	66.305.220
Amortização acumulada	-	(13.117.326)	(2.946.606)	(648.436)	(6.958.024)	(220.341)	-	-	(23.890.733)
Total	23.062.421	2.612.554	1.566.672	1.010.461	13.279.548	17.934	(499)	865.396	42.414.487

- (1) As informações sobre os ágios dos quadros acima são as mesmas da nota explicativa 13.b) Intangível – Composição dos ágios, divulgada nas demonstrações financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017.

14) PESSOAL, ENCARGOS E BENEFÍCIOS SOCIAIS

	Controladora		Consolidado	
	30.09.18	31.12.17	30.09.18	31.12.17
Salários e remunerações	35.496	37.070	38.149	40.171
Encargos e benefícios sociais	470.367	354.467	529.078	399.229
Participação de empregados nos resultados	164.753	247.501	184.314	273.384
Planos de remuneração baseados em ações (nota 28)	31.793	31.567	34.984	33.880
Total	702.409	670.605	786.525	746.664
Circulante	687.651	648.957	769.869	723.380
Não circulante	14.758	21.648	16.656	23.284

15) FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	30.09.18	31.12.17	30.09.18	31.12.17
Fornecedores diversos (Opex, Capex, Serviços e Mercadorias)	6.757.267	6.380.614	7.185.505	6.683.503
Valores a repassar (operadoras, cobilling)	656.369	183.250	221.563	187.976
Interconexão / interligação	295.884	224.777	295.884	224.777
Partes relacionadas (nota 27)	1.345.153	1.772.203	406.728	350.844
Total	9.054.673	8.560.844	8.109.680	7.447.100

16) IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	Controladora		Consolidado	
	30.09.18	31.12.17	30.09.18	31.12.17
ICMS	1.078.183	1.106.507	1.126.694	1.149.137
PIS e COFINS	411.086	385.501	485.166	419.589
Fust e Funttel	88.890	93.869	88.890	93.869
Fistel, ISS, CIDE e outros tributos	87.637	102.327	115.509	113.689
Total	1.665.796	1.688.204	1.816.259	1.776.284

Circulante	1.649.084	1.669.741	1.779.952	1.726.836
Não circulante	16.712	18.463	36.307	49.448

17) DIVIDENDOS E JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO (JSCP)**a) Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio a Receber**

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia tinha R\$323.206 a receber da TData.

	Controladora
Saldo em 31.12.17	323.206
Dividendos complementares de 2017 da TData	963.503
Dividendos intermediários de 2018 da TData	300.000
Recebimento de dividendos da TData	(1.586.709)
Saldo em 30.09.18	-

Para a demonstração dos fluxos de caixa, os juros sobre o capital próprio e dividendos recebidos de Controlada estão sendo alocados no grupo de "Atividades de Investimentos".

b) Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio a Pagar

b.1) Composição:

	Controladora / Consolidado	
	30.09.18	31.12.17
Telefônica Latinoamérica Holding, S.L.	1.209.350	505.750
Telefônica	1.456.247	609.003
SP Telecomunicações Participações	918.060	383.933
Telefônica Chile	2.559	1.070
Acionistas não controladores	1.644.378	896.360
Total	5.230.594	2.396.116

b.2) Movimentação:

	Controladora / Consolidado
Saldo em 31.12.17	2.396.116
Dividendos complementares de 2017	2.191.864
JSCP intermediários (líquidos de IRRF)	2.720.000
Prescrição de dividendos e JSCP	(76.520)
Pagamentos de dividendos e JSCP	(2.003.224)
IRRF sobre acionistas isentos/imunes de JSCP	2.358
Saldo em 30.09.18	5.230.594

Em 12 de abril de 2018, a AGO da Companhia aprovou, por unanimidade, a proposta para a destinação dos juros sobre o capital próprio e dividendos do exercício findo em 31 de dezembro de 2017. Em 23 de abril de 2018, a Diretoria da Companhia informou aos acionistas as datas para os pagamentos destes juros sobre o capital próprio e dividendos, conforme segue:

Natureza	Datas			Valor Bruto			Valor Líquido			Valor por Ação (1)	
	Aprovação	Crédito	Início do Pagamento	Ordinárias	Preferenciais (2)	Total	Ordinárias	Preferenciais (2)	Total	Ordinárias	Preferenciais (2)
JSCP	13/02/17	24/02/17	21/08/18	56.916	123.084	180.000	48.379	104.621	153.000	0,08497033323	0,09346736655
JSCP	20/03/17	31/03/17	21/08/18	110.669	239.331	350.000	94.069	203.431	297.500	0,16522009240	0,18174210164
JSCP	19/06/17	30/06/17	21/08/18	30.039	64.961	95.000	25.533	55.217	80.750	0,04484545365	0,04932999901
JSCP	18/09/17	29/09/17	21/08/18	96.440	208.560	305.000	81.974	177.276	259.250	0,14397756723	0,15837532395
JSCP	14/12/17	26/12/17	21/08/18	470.072	1.016.567	1.486.639	399.561	864.082	1.263.643	0,70177917518	0,77195709270
Dividendos	12/04/18	12/04/18	11/12/18	693.062	1.498.802	2.191.864	693.062	1.498.802	2.191.864	1,21727748174	1,33900522992
Total		Total		1.457.198	3.151.305	4.608.503	1.342.578	2.903.429	4.246.007		

(1) Os valores dos juros sobre o capital próprio estão calculados e apresentados líquidos de imposto de renda retido na fonte (IRRF). Os acionistas imunes receberam os juros sobre o capital próprio integral, sem retenção de imposto de renda na fonte.

(2) Os valores brutos e líquidos referentes às ações preferenciais são 10% maiores que os atribuídos a cada ação ordinária, conforme artigo 7º do Estatuto Social da Companhia.

Para a demonstração dos fluxos de caixa, os juros sobre o capital próprio e dividendos pagos aos seus acionistas estão sendo alocados no grupo de “Atividades de Financiamentos”.

Os juros sobre o capital próprio e dividendos não reclamados pelos acionistas prescrevem em 3 anos, contados a partir da data do início do pagamento. Caso ocorra a prescrição de dividendos e juros sobre o capital próprio, os montantes são contabilizados em contrapartida a lucros acumulados, para posterior distribuição.

18) PROVISÕES E CONTINGÊNCIAS

A Companhia e controladas respondem por processos administrativos e judiciais de naturezas trabalhistas, tributárias e cíveis perante diferentes tribunais. A Administração da Companhia e controladas, baseada na opinião de seus consultores jurídicos, constituiu provisão para aquelas causas cujo desfecho desfavorável é considerado provável.

A seguir, apresentamos os quadros com a composição e movimentação das provisões, cujo desfecho desfavorável é considerado provável, além do passivo contingente e provisão para desmantelamento.

Controladora							
	Provisões para demandas judiciais				Passivo contingente (PPA) (1)	Provisão para desmantelamento (2)	Total
	Trabalhista	Tributária	Cível	Regulatório			
Saldo em 31.12.16	1.374.570	3.109.806	1.038.230	828.934	881.745	541.831	7.775.116
Ingressos (reversões), líquidos (nota 25)	209.282	144.776	353.563	20.216	(87.454)	-	640.383
Outros ingressos (reversões) (4)	-	100.252	(1.129)	-	-	14.912	114.035
Baixas por pagamento	(664.263)	(146.094)	(418.812)	(4.556)	-	-	(1.233.725)
Baixas por compensação de tributos (3)	-	(66.027)	-	-	-	-	(66.027)
Atualização monetária	116.148	307.422	94.765	78.838	45.347	11.331	653.851
Saldo em 30.09.17	1.035.737	3.450.135	1.066.617	923.432	839.638	568.074	7.883.633
Ingressos (reversões), líquidos	87.394	1.954	84.687	178.128	(1.776)	-	350.387
Outros ingressos (reversões) (4)	-	-	31	-	-	5.853	5.884
Baixas por pagamento	(196.435)	(12.689)	(129.709)	(2.317)	-	-	(341.150)
Atualização monetária	27.623	35.500	25.809	4.549	7.934	798	102.213
Saldo em 31.12.17	954.319	3.474.900	1.047.435	1.103.792	845.796	574.725	8.000.967
Ingressos (reversões), líquidos (nota 25)	262.226	450.035	341.099	(45.555)	(24.129)	(7.497)	976.179
Outros ingressos (reversões) (4)	(104.504)	(2.402.509)	(11.554)	-	-	11.843	(2.506.724)
Baixas por pagamento	(429.076)	(31.393)	(442.665)	(117.000)	-	-	(1.020.134)
Atualização monetária	99.812	398.366	109.280	31.273	(4.727)	13.502	647.506
Saldo em 30.09.18	782.777	1.889.399	1.043.595	972.510	816.940	592.573	6.097.794
Em 31.12.17							
Circulante	239.229	-	201.673	994.009	-	-	1.434.911
Não circulante	715.090	3.474.900	845.762	109.783	845.796	574.725	6.566.056
Em 30.09.18							
Circulante	265.149	-	143.526	862.171	-	-	1.270.846
Não circulante	517.628	1.889.399	900.069	110.339	816.940	592.573	4.826.948

Consolidado							
	Provisões para demandas judiciais				Passivo contingente (PPA) (1)	Provisão para desmantelamento (2)	Total
	Trabalhista	Tributária	Cível	Regulatório			
Saldo em 31.12.16	1.382.957	3.129.681	1.039.357	828.934	881.745	546.587	7.809.261
Ingressos (reversões), líquidos (nota 25)	210.238	152.768	354.886	20.216	(87.454)	-	650.654
Outros ingressos (reversões) (4)	(116)	100.252	(1.129)	-	-	14.912	113.919
Baixas por pagamento	(666.264)	(155.750)	(419.566)	(4.556)	-	-	(1.246.136)
Baixas por compensação de tributos (3)	-	(66.027)	-	-	-	-	(66.027)
Atualização monetária	117.040	311.947	95.073	78.838	45.347	11.331	659.576
Combinação de negócios (nota 1.c)	19.282	87.531	6.061	-	-	-	112.874
Saldo em 30.09.17	1.063.137	3.560.402	1.074.682	923.432	839.638	572.830	8.034.121
Ingressos (reversões), líquidos	86.933	1.673	83.807	178.128	(1.776)	-	348.765
Outros ingressos (reversões) (4)	(376)	(6.656)	1.336	-	-	5.853	157
Baixas por pagamento	(199.392)	(12.657)	(132.362)	(2.317)	-	-	(346.728)
Atualização monetária	30.294	36.446	28.414	4.549	7.934	798	108.435
Saldo em 31.12.17	980.596	3.579.208	1.055.877	1.103.792	845.796	579.481	8.144.750
Ingressos (reversões), líquidos (nota 25)	270.786	450.298	344.295	(45.555)	(24.129)	(7.497)	988.198
Outros ingressos (reversões) (4)	(99.582)	(2.402.612)	(13.099)	-	-	11.843	(2.503.450)
Baixas por pagamento	(438.559)	(31.941)	(444.774)	(117.000)	-	-	(1.032.274)
Atualização monetária	102.294	400.735	110.096	31.273	(4.727)	13.502	653.173
Saldo em 30.09.18	815.535	1.995.688	1.052.395	972.510	816.940	597.329	6.250.397
Em 31.12.17							
Circulante	239.229	-	201.673	994.009	-	-	1.434.911
Não circulante	741.367	3.579.208	854.204	109.783	845.796	579.481	6.709.839
Em 30.09.18							
Circulante	265.149	-	143.543	862.171	-	-	1.270.863
Não circulante	550.386	1.995.688	908.852	110.339	816.940	597.329	4.979.534

(1) Refere-se aos valores do passivo contingente decorrente do *Purchase Price Allocation* (PPA) gerados na aquisição do controle da Vivo Participações em 2011 e da GVTPart em 2015.

- (2) Referem-se aos custos a serem incorridos quando da devolução aos proprietários os sites (localidades destinadas a instalações de torres, equipamentos e imóveis) nas mesmas condições em que se encontravam quando da assinatura do contrato inicial de locação.
- (3) Refere-se aos valores de tributos sobre prejuízos fiscais utilizados na compensação de provisões tributárias, decorrentes da adesão ao Programa Especial de Regularização Tributária (PERT) pela Companhia.
- (4) Refere-se principalmente aos valores de ingressos e baixas realizados em contrapartida a depósitos judiciais (nota 8).

a) Provisões e Contingências Trabalhistas

	Valores envolvidos			
	Controladora		Consolidado	
<u>Natureza/Grau de Risco</u>	<u>30.09.18</u>	<u>31.12.17</u>	<u>30.09.18</u>	<u>31.12.17</u>
Provisões prováveis	782.777	954.319	815.535	980.596
Contingências possíveis	162.057	210.211	198.832	261.876

As provisões e contingências trabalhistas envolvem diversas reclamações trabalhistas de ex-empregados e de empregados terceirizados (estes alegando responsabilidade subsidiária ou solidária), que reivindicam, entre outros: falta de pagamento de horas extraordinárias, equiparação salarial, complementos salariais de aposentadoria, remuneração por insalubridade, periculosidade e questionamentos referentes à terceirização. A Companhia finalizou um trabalho de aprimoramento no cálculo da estimativa do valor da provisão trabalhista, para os casos de solidariedade junto a sociedades terceiras, evoluindo de um cálculo baseado na média histórica de pagamentos para uma avaliação da perda esperada de forma individualizada para cada processo, ocasionando um incremento na provisão de R\$116 milhões.

A Companhia também figura no polo passivo de reclamações trabalhistas ajuizadas por ex-empregados aposentados, vinculados ao Plano de Assistência Médica aos Aposentados ("PAMA"), que requerem dentre outros pontos a anulação da alteração ocorrida no plano médico dos aposentados. As ações, em sua maioria, aguardam pronunciamento do Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo e do Tribunal Superior do Trabalho. A Administração da Companhia, baseada na opinião de seus consultores jurídicos e nas recentes prestações jurisdicionais, considera esta ação como sendo de risco possível. Não foi atribuído valor referente a essas ações, pois, neste momento, na hipótese de perda, não há como estimar o prejuízo para a Companhia.

Adicionalmente, a Companhia é parte em Ações Cíveis Públicas promovidas pelo Ministério Público do Trabalho cujos objetos versam essencialmente sobre a determinação à Companhia de deixar de contratar empresa interposta para execução das atividades fim da empresa. Em agosto de 2018, a maioria dos Ministros do STF julgaram pela legalidade da terceirização irrestrita, inclusive da atividade fim, resguardada a responsabilidade subsidiária do tomador de serviço. Contudo, aguarda-se a publicação da referida decisão e possíveis embargos de declaração para aclarar acerca da abrangência da referida decisão, inclusive para os casos já transitados em julgado, oportunidade em que será avaliada a aplicação da referida decisão em cada um dos processos em que se discute o tema. Diante de tais considerações, ainda não há condições de estimar valores ou eventuais prejuízos para a Companhia.

b) Provisões e Contingências Tributárias

	Valores envolvidos			
	Controladora		Consolidado	
<u>Natureza/Grau de Risco</u>	<u>30.09.18</u>	<u>31.12.17</u>	<u>30.09.18</u>	<u>31.12.17</u>
Provisões prováveis	1.889.399	3.474.900	1.995.688	3.579.208
Federais	433.077	420.128	516.886	502.153
Estaduais	968.612	231.667	968.612	231.998
Municipais	33.549	32.054	33.549	32.054
FUST, FISTEL e EBC	454.161	2.791.051	476.641	2.813.003
Contingências possíveis	30.386.893	34.029.094	31.736.983	35.388.910
Federais	7.808.156	7.936.925	8.139.237	8.226.374
Estaduais	14.504.520	18.015.683	15.339.533	18.968.349
Municipais	601.816	542.084	608.289	548.014
FUST, FUNTEL e FISTEL	7.472.401	7.534.402	7.649.924	7.646.173

b.1) Provisões tributárias prováveis

No entendimento da Administração e de seus consultores jurídicos, são prováveis as chances de perda nos processos de âmbito federal, estadual, municipal e regulatórios, descritos a seguir:

Tributos Federais

A Companhia e/ou controladas mantêm discussões administrativas e judiciais, sendo as mais relevantes: (i) manifestações de inconformidade decorrente de não homologação de pedidos de compensações e pedidos de restituição formulados; (ii) CIDE incidente sobre a remessa de valores ao exterior relativos a serviços técnicos e de assistência administrativa e semelhantes, bem como sobre *royalties*; (iii) IRRF sobre juros sobre o capital próprio; (iv) compensação de FINSOCIAL; e (v) majoração da base de cálculo do PIS e da COFINS, bem como majoração da alíquota da COFINS, exigidas por meio da Lei nº 9.718/98.

Em 30 de setembro de 2018, os montantes consolidados provisionados totalizavam R\$516.886 (R\$502.153 em 31 de dezembro de 2017).

Tributos Estaduais

A Companhia e/ou controladas mantêm discussões tanto na esfera administrativa como na esfera judicial, relativas a ICMS, sendo: (i) glosa de créditos; (ii) não tributação de serviços de telecomunicações; (iii) créditos do imposto relativo a impugnações/contestações sobre serviços de telecomunicação não prestados ou equivocadamente cobrados (Convênio 39/01); (iv) diferencial de alíquota; (v) locação de infraestrutura necessária aos serviços de *internet* (dados); (vi) saídas de mercadorias com preços inferiores aos de aquisição; e (vii) não tributação de valores concedidos a título de descontos aos clientes.

Em 30 de setembro de 2018, os montantes consolidados provisionados totalizavam R\$968.612 (R\$231.998 em 31 de dezembro de 2017).

Tributos Municipais

A Companhia e/ou controladas mantêm diversas ações tributárias no âmbito municipal, na esfera judicial, relativas a: (i) IPTU; (ii) ISS incidente sobre: (a) serviços de locação de bens móveis e atividades-meio e suplementares; e (b) retenção sobre serviços de empreitada.

Em 30 de setembro de 2018, os montantes consolidados provisionados totalizavam R\$33.549 (R\$32.054 em 31 de dezembro de 2017).

FUST, FISTEL e EBC

A Companhia e/ou controladas mantêm discussões administrativas e judiciais, relativas à não inclusão das despesas de interconexão e exploração industrial de linha dedicada na base de cálculo do FUST.

No segundo trimestre de 2018, a discussão relativa a exclusão da base de cálculo da Taxa de Fiscalização de Instalação ("TFI") e Taxa de Fiscalização e Funcionamento ("TFF") das estações móveis (celulares) que não são de propriedade da Companhia se encerrou desfavoravelmente após desistência pela Companhia do recurso interposto, com a conversão em renda para a ANATEL dos valores depositados judicialmente. (nota 8).

No terceiro trimestre de 2018, a Companhia e a TData tiveram seus pedidos aceitos de conversão em renda dos valores depositados judicialmente, referentes às taxas EBC, com a manutenção da discussão em andamento. Diante disso, a Companhia e a TData efetuaram as baixas dos valores provisionados em contrapartida aos valores depositados judicialmente. (nota 8).

Em 30 de setembro de 2018, os montantes consolidados provisionados totalizavam R\$476.641 (R\$2.813.003 em 31 de dezembro de 2017).

b.2) Contingências tributárias possíveis

No entendimento da Administração e de seus consultores jurídicos, são possíveis as chances de perda nos processos de âmbito federal, estadual, municipal e outros tributos (FUST, FUNTTEL e FISTEL), descritos a seguir:

Tributos Federais

A Companhia e/ou controladas mantêm diversas ações administrativas e judiciais em âmbito federal, as quais aguardam julgamentos nas mais variadas instâncias.

Dentre as ações relevantes, destacam-se: (i) manifestações de inconformidade decorrentes de não homologação de pedidos de compensações formulados pela Companhia; (ii) INSS sobre: (a) remuneração decorrente da reposição de perdas salariais originadas do "Plano Verão" e "Plano Bresser"; (b) SAT, Seguro Social e de valores devidos a terceiros (INCRA e SEBRAE); (c) retenção de 11% (cessão de mão de obra); e (d) *Stock Options* exigência de contribuições previdenciárias sobre as parcelas pagas pelas empresas do grupo aos seus empregados por meio de plano de compra de ações; (iii) IRRF e CIDE sobre a remessa de valores ao exterior relativos a serviços técnicos e de assistência administrativa e semelhantes, bem como *royalties*; (iv) IRPJ e CSLL sobre (a) glosa de custos e despesas diversas não comprovadas; e (b) glosa das despesas relacionadas ao ágio da reestruturação societária da Terra Networks e da Vivo S.A. e do ágio decorrente das operações de incorporação da Navytreet, TDBH, VivoPart e GVTPart; (v) deduções da COFINS de perda com operações de *swap*; (vi) PIS e COFINS sobre (a) regime de competência versus regime de caixa; (b) sobre serviços de valor agregado; e (c) serviço de assinatura mensal; (vii) IRPJ - FINOR, FINAN ou FUNRES; (viii) ex-tarifário, revogação do benefício da Resolução CAMEX nº. 6, aumento da tarifa de importação de 4% para 28%; (ix) IPI na saída do estabelecimento da Companhia dos equipamentos conhecidos como "*Fixed access unit*" (unidade de acesso fixo); (x) IOF, exigência relativa as operações de mútuo, *intercompany* e operações de crédito; e (xi) glosa de despesas operacionais supostamente não dedutíveis e relacionadas às perdas estimadas para o valor recuperável das contas a receber.

Em 30 de setembro de 2018, os montantes consolidados envolvidos totalizavam R\$8.139.237 (R\$8.226.374 em 31 de dezembro de 2017).

Tributos Estaduais

A Companhia e/ou controladas mantêm diversas ações administrativas e judiciais em âmbito estadual, relacionadas ao ICMS, as quais aguardam julgamento nas mais variadas instâncias, sendo: (i) locação de bens móveis; (ii) ligações internacionais (DDI); (iii) estorno de crédito relativo à obtenção de bens destinados ao ativo imobilizado e cobrança na transferência interestadual de bens de ativo imobilizado entre as filiais; (iv) estorno de créditos extemporâneos; (v) prestação de serviço fora de São Paulo com recolhimento para o Estado de São Paulo; (vi) *co-billing*; (vii) substituição tributária com base de cálculo fictícia (pauta fiscal); (viii) aproveitamento de créditos provenientes da aquisição de energia elétrica; (ix) atividades meio, serviços de valor adicionado e suplementares; (x) créditos do imposto relativo a impugnações/contestações sobre serviços de telecomunicação não prestados ou equivocadamente cobrados (Convênio 39/01); (xi) cobrança diferida referente a interconexão (Detraf); (xii) créditos advindos de benefícios fiscais concedidos por outros entes federados; (xiii) glosa de incentivos fiscais relativos a projetos culturais; (xiv) transferências de bens do ativo imobilizado entre estabelecimentos próprios; (xv) créditos do imposto sobre serviços de comunicação utilizados na prestação de serviços da mesma natureza; (xvi) doação de cartões para ativação no serviço pré-pago; (xvii) estorno de crédito decorrente de operação de comodato, em cessão de redes (consumo próprio e isenção de órgãos públicos); (xviii) multa Detraf; (xix) consumo próprio; (xx) isenção de órgãos públicos; (xxi) valores dados a título de descontos; (xxii) reescrituração de livro fiscal sem autorização prévia do fisco; (xxiii) serviços de publicidade; (xxiv) serviços não medidos; e (xxv) assinatura mensal, que se encontra no Superior Tribunal Federal ("STF") com embargos de declaração e a Companhia aguarda o julgamento sobre o pedido de modulação.

Em 30 de setembro de 2018, os montantes consolidados envolvidos totalizavam R\$15.339.533 (R\$18.968.349 em 31 de dezembro de 2017).

Tributos Municipais

A Companhia e/ou controladas mantêm diversas ações administrativas e judiciais em âmbito municipal, as quais aguardam julgamentos nas mais variadas instâncias.

Dentre as ações relevantes, destacam-se: (i) ISS sobre (a) atividade meio, serviço de valor adicionado e suplementar; (b) retenção na fonte; (c) prestação de serviço de identificador de chamadas e habilitação de celular; (d) prestação de serviços contínuos, provisões, estornos e notas fiscais canceladas; (e) processamento de dados e congêneres antivírus; (f) tarifa de uso da rede móvel e locação de infraestrutura; (g) serviços de publicidade; (h) serviços prestados por terceiros; e (i) serviços de consultoria em áreas de gestão empresarial prestados pela Telefônica Latino America Holding; (ii) IPTU; (iii) taxa de uso do solo; e (iv) diversas taxas municipais.

Em 30 de setembro de 2018, os montantes consolidados envolvidos totalizavam R\$608.289 (R\$548.014 em 31 de dezembro de 2017).

FUST, FUNTTEL e FISTEL

Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações ("FUST")

Mandados de Segurança impetrados para reconhecimento do direito de não inclusão das receitas de interconexão e exploração industrial de linha dedicada ("EILD") na base de cálculo do FUST, conforme disposição da Súmula nº 7, de 15 de dezembro de 2005, por estar em desacordo com as disposições contidas no parágrafo único do artigo 6º da Lei nº 9.998/00, os quais aguardam julgamento pelos Tribunais Superiores.

Diversas notificações de lançamento de débito lavradas pela ANATEL em âmbito administrativo para constituição do crédito tributário relativo à interconexão, EILD e demais receitas que não são oriundas da prestação de serviços de telecomunicação.

Em 30 de setembro de 2018, os montantes consolidados envolvidos totalizavam R\$4.487.812 (R\$4.316.571 em 31 de dezembro de 2017).

Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações ("FUNTTEL")

Mandados de Segurança impetrados para reconhecimento do direito de não inclusão das receitas de interconexão e quaisquer outras decorrentes do uso de recursos integrantes de suas redes na base de cálculo do FUNTTEL, conforme determina a Lei nº 10.052/00 e o Decreto nº 3.737/01, afastando-se assim a aplicação indevida do artigo 4º, §5º, da Resolução nº 95/13.

Diversas notificações de lançamento de débito lavradas pelo Ministério das Comunicações em âmbito administrativo para constituição do crédito tributário relativo à interconexão, recursos integrantes da rede e demais receitas que não são oriundas da prestação de serviços de telecomunicação.

Em 30 de setembro de 2018, os montantes consolidados envolvidos totalizavam R\$569.623 (R\$493.867 em 31 de dezembro de 2017).

Fundo de Fiscalização das Telecomunicações ("FISTEL")

Ações judiciais para cobrança da TFI sobre: (i) prorrogações do prazo de vigência das licenças para utilização das centrais telefônicas associadas à exploração do serviço telefônico fixo comutado; e (ii) prorrogações do prazo de vigência do direito de uso de radiofrequência associadas à exploração do serviço móvel pessoal.

Em 30 de setembro de 2018, os valores consolidados envolvidos totalizavam R\$2.592.489 (R\$2.835.735 em 31 de dezembro de 2017).

c) Provisões e Contingências Cíveis

	Valores envolvidos			
	Controladora		Consolidado	
<u>Natureza/Grau de Risco</u>	<u>30.09.18</u>	<u>31.12.17</u>	<u>30.09.18</u>	<u>31.12.17</u>
Provisões prováveis	1.043.595	1.047.435	1.052.395	1.055.877
Contingências possíveis	3.513.127	2.840.894	3.529.070	2.858.796

c.1) Provisões cíveis prováveis

No entendimento da Administração e de seus consultores jurídicos, são prováveis as chances de perda nos processos cíveis, descritos a seguir:

- A Companhia e/ou controladas estão envolvidas em ações que versam sobre direitos ao recebimento complementar de ações calculadas em relação aos planos de expansão da rede após 1996 (processos de complementação de ações). Tais processos encontram-se em diversas fases: 1º grau, Tribunal de Justiça e Superior Tribunal de Justiça. Em 30 de setembro de 2018 o montante consolidado provisionado era de R\$322.855 (R\$324.232 em 31 de dezembro de 2017).
- A Companhia e/ou controladas são parte em diversas demandas cíveis de natureza consumidor nas esferas administrativa e judicial, que tem como objeto a não prestação dos serviços e/ou produtos vendidos. Em 30 de setembro de 2018 o montante consolidado provisionado era de R\$372.976 (R\$296.169 em 31 de dezembro de 2017).
- A Companhia e/ou controladas são parte em diversas demandas cíveis de naturezas não consumerista nas esferas administrativa e judicial, todas relacionadas ao curso normal do negócio. Em 30 de setembro de 2018, o montante consolidado provisionado era de R\$356.564 (R\$435.476 em 31 de dezembro de 2017).

c.2) Contingências cíveis possíveis

No entendimento da Administração e de seus consultores jurídicos, são possíveis as chances de perda nos processos cíveis, descritos a seguir:

- Ação Coletiva movida pela Associação dos Participantes da SISTEL (“ASTEL”) no Estado de São Paulo, pela qual os participantes associados da Sistel no Estado de São Paulo questionam as mudanças realizadas no Plano de Assistência Médica dos Aposentados da Companhia (“PAMA”) e em síntese, restabelecimento ao “*status quo*” anterior. O processo está ainda em fase recursal, aguardando julgamento de Agravo de Instrumento interposto pela Companhia contra decisão de admissibilidade dos seus Recursos Especial e Extraordinário interpostos em face da decisão de 2º grau, que reformou a sentença de improcedência. O valor é inestimável e os pedidos não tem como serem liquidados pela sua inexequibilidade, tendo em vista que envolve retorno as condições do plano anterior.
- Ações Cíveis Públicas propostas pela ASTEL no Estado de São Paulo e pela Federação Nacional das Associações de Aposentados, Pensionistas e Participantes em Fundos de Pensão do Setor de Telecomunicação (“FENAPAS”), ambas as propostas contra a Sistel, a Companhia e outras operadoras, visando à anulação da cisão de plano previdenciário PBS, alegando em síntese o “*desmonte do sistema de previdência complementar da Fundação Sistel*”, que originou diversos planos específicos PBS espelhos, e correspondentes alocações de recursos provenientes de *superávit* técnico e contingência fiscal existente à época da cisão. O valor é inestimável e os pedidos não tem como serem liquidados pela sua inexequibilidade, tendo em vista que envolve retorno a acervo cindido da Sistel relativo às operadoras de telecomunicações do antigo Sistema Telebrás.
- A Companhia é parte em ações judiciais cíveis, em diversas esferas que tem por objeto direitos relacionados à prestação dos serviços e são movidas por consumidores individuais, associações cíveis que representam os direitos dos consumidores ou pelo Programa de Proteção e Defesa do Consumidor (“PROCON”), bem como Ministérios Públicos Estadual e Federal, assim como, também é parte em outras ações que têm por objeto discussões de naturezas diversas relacionadas ao curso normal do negócio. Em 30 de setembro de 2018, o montante consolidado era de R\$3.499.218 (R\$2.827.071 em 31 de dezembro de 2017).
- A Terra Networks (empresa controlada pela TData) é parte em: (i) ação movida por fornecedor referente a transmissão de eventos; (ii) multa do PROCON (ação anulatória); (iii) ação indenizatória relativa ao uso de conteúdo; (iv) ação ECAD relativa a cobrança de direitos autorais; e (v) ações reclamatórias movidas por ex-assinantes relativas a cobrança não reconhecida, cobrança de valor indevido e descumprimento contratual. Em 30 de setembro de 2018 o montante era de R\$15.645 (R\$17.518 em 31 de dezembro de 2017).
- A Companhia vem recebendo autuações referentes ao descumprimento do Decreto do Serviço de Atendimento ao Consumidor (“SAC”). Atualmente temos algumas ações (processos administrativos e judiciais). Em 30 de setembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017 o montante era de R\$14.207.
- Propriedade Intelectual: Lune Projetos Especiais Telecomunicação Comércio e Ind. Ltda (“Lune”), empresa brasileira, propôs ação judicial em 20 de novembro de 2001 contra 23 operadoras de telecomunicações de serviço móvel alegando ser possuidora da patente do identificador de chamadas, bem como ser titular do registro da marca “Bina”. Pretende a interrupção da prestação desse serviço pelas operadoras e indenização equivalente à quantidade paga pelos consumidores pela utilização do serviço.

Houve sentença desfavorável para determinar que a Companhia se abstenha de comercializar telefones celulares com serviço de identificação de chamadas (“Bina”), com multa diária de R\$10.000,00 (Dez mil reais) em caso de descumprimento. Além disso, a sentença condena a Companhia ao pagamento de indenização por *royalties*, a ser apurado em liquidação de sentença. Opostos Embargos de Declaração por todas as partes, sendo acolhidos os embargos de declaração da Lune no sentido de entender cabível a apreciação da tutela antecipada nesta fase processual. Interposto Recurso de Agravo de Instrumento em face da presente decisão, que concedeu efeito suspensivo a tutela antecipada tornando sem efeito a decisão desfavorável até julgamento final do Agravo. Interposto Recurso de Apelação em face da sentença, que foi provido no dia 30 de junho de 2016 pela 4ª Câmara do Tribunal de Justiça do Distrito Federal, para anular a sentença de primeiro grau e remeter o processo para a primeira instância para realização de uma nova perícia. Interpusemos Recurso Especial contra o referido acórdão para que seja reconhecida a ilegitimidade ativa da Lune e determinada a extinção do processo, sendo que, tal recurso aguarda julgamento perante o Superior Tribunal de Justiça (“STJ”). Não há como determinar neste momento a extensão das responsabilidades potenciais com relação a esta reivindicação.

- A Companhia, em conjunto com outras operadoras de telecomunicações sem fio, são réis em várias ações movidas pelo Ministério Público e associações de defesa do consumidor que contestam a imposição de prazo para utilização de minutos pré-pagos. Os demandantes alegam que os minutos pré-pagos não devem expirar após prazo específico. Decisões conflitantes foram proferidas pelos tribunais sobre a matéria, apesar de acreditarmos que os nossos critérios para a imposição do prazo estão em conformidade com as normas da ANATEL.

d) Provisões e Contingências Regulatórias

	Valores envolvidos			
	Controladora		Consolidado	
<u>Natureza/Grau de Risco</u>	<u>30.09.18</u>	<u>31.12.17</u>	<u>30.09.18</u>	<u>31.12.17</u>
Provisões prováveis	972.510	1.103.792	972.510	1.103.792
Contingências possíveis	5.469.580	5.065.907	5.469.580	5.065.907

d.1) Provisões regulatórias prováveis

No entendimento da Administração e de seus consultores jurídicos, são prováveis as chances de perda nos processos envolvendo matéria regulatória, descritos a seguir:

A Companhia figura como parte em processos administrativos perante a ANATEL, os quais foram instaurados sob o fundamento de alegado descumprimento de obrigações estabelecidas na regulamentação setorial, bem como em processos judiciais que discutem sanções aplicadas pela ANATEL na esfera administrativa. Em 30 de setembro de 2018, o montante consolidado provisionado era de R\$972.510 (R\$1.103.792 em 31 de dezembro de 2017).

d.2) Contingências regulatórias possíveis

No entendimento da Administração e de seus consultores jurídicos, são possíveis as chances de perda nos processos envolvendo matéria regulatória, descritos a seguir:

- A Companhia mantém processos administrativos instaurados pela ANATEL com fundamento em alegado descumprimento de obrigações estabelecidas na regulamentação setorial, bem como processos judiciais que discutem sanções aplicadas pela ANATEL na esfera administrativa. Em 30 de setembro de 2018 o montante consolidado era de R\$5.469.580 (R\$5.065.907 em 31 de dezembro de 2017).
- Processos administrativos e judiciais que discutem o pagamento do ônus de 2% sobre parte de suas receitas em decorrência da prorrogação das radiofrequências associadas ao SMP. De acordo com a cláusula 1.7 dos Termos de Autorização que outorgaram o direito de uso de radiofrequências associadas ao SMP, a prorrogação do uso destas radiofrequências implica o pagamento, a cada biênio, durante o período de prorrogação (15 anos), de um ônus correspondente a 2% da receita líquida decorrente da aplicação dos Planos de Serviço, Básico e Alternativos da prestadora, apurada no ano anterior ao do pagamento.

Contudo, a ANATEL determinou que o ônus correspondente a 2% deveria contemplar, além das receitas decorrentes da aplicação dos Planos de Serviço, também as receitas de interconexão e outras receitas operacionais, o que não está previsto na cláusula 1.7 dos referidos Termos de Autorização.

Por considerar, com base no disposto nos Termos de Autorização, que as receitas de interconexão e outras receitas operacionais não devem integrar a base de cálculo da onerosidade de 2% na prorrogação do direito de uso das radiofrequências, a Companhia, no âmbito administrativo e judicial, impugnou todos esses lançamentos, recorrendo do posicionamento da ANATEL.

e) Garantias

A Companhia e controladas concederam garantias aos processos de natureza tributária, cível e trabalhista, como segue:

	Consolidado					
	30.09.18			31.12.17		
	Imóveis e equipamentos	Depósitos e bloqueios judiciais	Cartas fiança	Imóveis e equipamentos	Depósitos e bloqueios judiciais	Cartas fiança
Cíveis, trabalhistas e tributárias	156.375	4.009.047	1.512.486	176.591	6.663.805	1.669.476
Total	156.375	4.009.047	1.512.486	176.591	6.663.805	1.669.476

Em 30 de setembro de 2018, além das garantias citadas no quadro anterior, a Companhia e controladas possuíam valores de aplicações financeiras bloqueadas judicialmente (exceto as aplicações relacionadas a empréstimos), no montante consolidado de R\$67.668 (R\$69.764 em 31 de dezembro de 2017).

19) RECEITAS DIFERIDAS

	Controladora		Consolidado	
	30.09.18	31.12.17	30.09.18	31.12.17
Serviços e mercadorias (1)	-	301.292	-	301.292
Alienação de ativos imobilizados (2)	164.874	165.162	164.874	165.162
Receita de habilitação (3)	-	7.477	-	7.959
Programa de fidelização (4)	-	50.354	-	50.354
Subvenções governamentais (5)	99.566	115.379	99.566	115.379
Passivos contratuais - IFRS 15 (6)	536.326	-	537.488	-
Outras (7)	58.869	81.466	58.869	83.052
Total	859.635	721.130	860.797	723.198
Circulante	514.919	370.493	516.081	372.561
Não circulante	344.716	350.637	344.716	350.637

- (1) Refere-se principalmente aos saldos de recargas de pré-pagos, que são apropriados ao resultado à medida que os serviços são prestados aos clientes. Inclui também, o saldo do contrato que a Companhia celebrou para a exploração industrial de rede móvel, de sua propriedade, por outra operadora do SMP nas Regiões I, II e III do plano geral de autorizações, a qual se destina, exclusivamente, à prestação do SMP pela operadora a seus clientes.
- (2) Inclui os saldos líquidos dos valores residuais da alienação de torres e *rooftops* não estratégicos, que são transferidos ao resultado quando do cumprimento das condições para reconhecimento contábil.
- (3) Refere-se ao diferimento da receita de habilitação (fixa) reconhecida no resultado ao longo do período estimado de permanência do cliente na base.
- (4) Refere-se ao programa de pontos por fidelidade que a Companhia mantém, que permite aos clientes acumular pontos ao efetuar o pagamento das faturas referentes à utilização dos serviços oferecidos. O saldo representa a estimativa da Companhia para troca por pontos, por parte dos clientes, por mercadorias e/ou serviços no futuro.
- (5) Refere-se aos valores de: i) subvenção governamental decorrentes de recursos obtidos de linha de financiamento junto ao BNDES, utilizados para a aquisição de equipamentos nacionais, que estão sendo amortizados pelos prazos de vida útil dos equipamentos e; ii) subvenções decorrentes de projetos relativos a tributos estaduais, que estão sendo amortizados pelos prazos contratuais.
- (6) Refere-se ao saldo dos passivos contratuais decorrente da adoção da IFRS 15 (nota 2.b) e os montantes relacionados a contratos com clientes (serviços e mercadorias, habilitação e programa de fidelização) foram reclassificados para a linha de "Passivos contratuais – IFRS 15". Os montantes em 30 de setembro de 2018 eram de R\$348.512, sendo: (i) Serviços e Mercadorias R\$294.008; (ii) Receita de Habilitação R\$2.351 e (iii) Programa de fidelização R\$52.153.
- (7) Inclui os saldos do processo de ressarcimento pelos custos de desocupação das subfaixas de radiofrequência 2.500MHz a 2.690MHz em decorrência da desativação do Serviço de Distribuição Multiponto Multicanal (MMDS).

20) EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

a) Empréstimos e Financiamentos

Em 30 de setembro de 2018, as condições contratuais dos empréstimos e financiamentos são as mesmas da nota explicativa 20) Empréstimos, Financiamentos e Debêntures, divulgada nas demonstrações financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017.

Controladora / Consolidado										
Informações em 30 de setembro de 2018					30.09.18			31.12.17		
	Moeda	Taxa de juros anual	Vencimento	Garantias	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Moeda Local					1.299.168	1.705.192	3.004.360	1.478.656	2.237.192	3.715.848
Instituições Financeiras (a.1)					756.965	925.889	1.682.854	820.468	1.456.624	2.277.092
BNDDES FINEM	URTJLP	TJLP+ 0 a 4,08%	15/07/19	(1)	306.020	-	306.020	371.946	213.958	585.904
BNDDES FINEM	URTJLP	TJLP+ 0 a 3,38%	15/08/20	(3)	183.324	169.283	352.607	184.007	303.560	487.567
BNDDES FINEM	R\$	5,00%	15/11/19	(3)	14.624	2.432	17.056	14.654	13.377	28.031
BNDDES FINEM	URTJLP	TJLP+ 0 a 3,12%	15/01/23	(3)	103.080	339.139	442.219	101.879	413.552	515.431
BNDDES FINEM	R\$	4,00% a 6,00%	15/01/23	(3)	37.835	103.910	141.745	37.061	132.092	169.153
BNDDES FINEM	R\$	Selic Acum. D-2 + 2,32%	15/01/23	(3)	78.818	261.797	340.615	70.426	305.952	376.378
BNDDES PSI	R\$	2,5% a 5,5%	15/01/23	(2)	18.212	5.801	24.013	25.405	19.413	44.818
BNB	R\$	7,06% a 10%	18/08/22	(4)	15.052	43.527	58.579	15.090	54.720	69.810
Fornecedores (a.2)	R\$	103,3% a 111,3% do CDI	30/09/19		483.961	-	483.961	607.152	-	607.152
Arrendamento Financeiro (a.3)	R\$	IPCA e IGP-M	31/08/33		58.242	318.277	376.519	51.036	334.424	385.460
Contraprestação Contingente (a.4)	R\$	Selic			-	461.026	461.026	-	446.144	446.144
Moeda Estrangeira					142.631	-	142.631	142.299	82.955	225.254
Instituições Financeiras (a.1)					142.631	-	142.631	142.299	82.955	225.254
BNDDES FINEM	UMBND	ECM + 2,38%	15/07/19	(1)	142.631	-	142.631	142.299	82.955	225.254
Total					1.441.799	1.705.192	3.146.991	1.620.955	2.320.147	3.941.102

Garantias

- (1) Garantia em recebíveis correspondente a 15% do saldo devedor ou quatro vezes o valor da maior prestação, o que for superior.
- (2) Alienação dos ativos financiados.
- (3) Cessão de recebíveis correspondente a 20% do saldo devedor ou 1 vez a última prestação do subcrédito "A" (UMIPCA) acrescida de 5 vezes a última prestação de cada um dos demais subcréditos, o que for superior.
- (4) Fiança bancária equivalente a 100% do saldo devedor do financiamento e constituição de um fundo de liquidez representado por aplicações financeiras no montante equivalente a três parcelas de amortização, referenciada pela prestação média pós-carência. Em 30 de setembro de 2018, o saldo deste fundo de liquidez era de R\$12.285 (R\$11.722 em 31 de dezembro de 2017).

a.1) Empréstimos e Financiamentos

Alguns contratos de financiamento firmados com o BNDES, possuem taxas de juros inferiores às taxas praticadas no mercado. Estas operações enquadram-se no escopo do IAS 20 / CPC 7 e, dessa forma, as subvenções concedidas pelo BNDES foram ajustadas a valor presente e diferidas de acordo com a vida útil dos ativos financiados, resultando em um saldo até 30 de setembro de 2018 de R\$24.070 (R\$32.155 em 31 de dezembro de 2017), nota 19.

a.2) Financiamento - Fornecedores

A Companhia mediante acordos bilaterais com fornecedores obteve extensão de prazos de pagamento a um custo baseado na taxa CDI pré-fixada para os respectivos períodos, com o custo líquido equivalente entre 103,3% a 111,3% do CDI (entre 101,4% a 109,4% do CDI em 31 de dezembro de 2017).

a.3) Arrendamento Financeiro

A Companhia possui contratos classificados como arrendamento mercantil financeiro na condição arrendatária, referentes a: (i) aluguel de torres e *rooftops*, decorrentes de operações de venda e *leaseback* financeiro; (ii) aluguel de *sites* construídos na modalidade *Built to Suit* ("BTS") para instalação de antenas e outros equipamentos e meios de transmissão; (iii) aluguel de equipamentos de informática e; (iv) aluguel de infraestrutura e meios de transmissão. O valor residual dos ativos mencionados foi mantido inalterado até momento da venda, sendo reconhecido um passivo correspondente ao valor presente das parcelas mínimas obrigatórias do contrato.

Os montantes registrados no ativo imobilizado são depreciados pelo menor prazo entre a vida útil estimada dos bens e a duração prevista do contrato de arrendamento.

Os saldos dos valores a pagar referente às transações descritas acima, contemplam os seguintes efeitos:

	Controladora / Consolidado	
	30.09.18	31.12.17
Valor nominal a pagar	766.076	787.147
Despesa financeira não realizada	(389.557)	(401.687)
Valor presente a pagar	376.519	385.460
Circulante	58.242	51.036
Não circulante	318.277	334.424

A seguir, apresentamos o cronograma dos valores a pagar do arrendamento mercantil em 30 de setembro de 2018:

	Controladora / Consolidado	
	Valor nominal a pagar	Valor presente a pagar
Até um ano	65.789	58.242
Mais de um ano até cinco anos	206.290	144.663
Mais de cinco anos	493.997	173.614
Total	766.076	376.519

Não existem valores residuais não garantidos que resultem em benefícios ao arrendador e nem pagamentos contingentes reconhecidos como receita em 30 de setembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017.

a.4) Contraprestação Contingente

Como parte do Contrato de Compra e Venda e Outras Avenças assinado entre a Companhia e a Vivendi para a aquisição da totalidade das ações de emissão da GVTPart., foi acordada uma contraprestação contingente relativa ao depósito judicial efetuado pela GVT pelas parcelas mensais do imposto de renda e contribuição social diferidos sobre a amortização do ágio, decorrente do processo de reestruturação societária concluído pela GVT em 2013. Caso ocorra êxito em levantar (reembolsar, restituir, compensar) este recurso, o mesmo será devolvido à Vivendi, desde que seja decorrente de uma decisão não apelável (trânsito em julgado). O prazo para essa devolução é de até 15 anos e este montante está sujeito à atualização monetária mensalmente, utilizando o índice SELIC.

b) Debêntures

As condições contratuais relativas a debêntures são as mesmas da nota explicativa 20) Empréstimos, Financiamentos e Debêntures, divulgada nas demonstrações financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017.

Em 25 de abril de 2018 houve a liquidação integral das debêntures da 4ª emissão. O montante pago na liquidação totalizou R\$1.347.257.

Em 5 de julho de 2018 houve a amortização das debêntures da 1ª emissão (origem Telemig). O montante pago na liquidação totalizou R\$25.805, sendo que R\$3.012 correspondente à 1ª série, R\$8.285 à 2ª série e R\$14.508 à 3ª série.

A seguir apresentamos algumas informações das debêntures vigentes em 30 de setembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017.

Controladora / Consolidado									
Informações em 30 de Setembro de 2018				30.09.18			31.12.17		
Emissão	Data de emissão	Data de vencimento	Remuneração a.a.	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
4ª emissão – Série 3	15/10/09	15/10/19	IPCA+4,00%	1.537	40.699	42.236	312	40.010	40.322
1ª emissão – Minas Comunica	17/12/07	05/07/21	IPCA+0,50%	26.250	52.499	78.749	24.088	72.264	96.352
4ª emissão	25/04/13	25/04/18	100% do CDI + 0,68%	-	-	-	1.317.513	-	1.317.513
5ª emissão	08/02/17	08/02/22	108,25% do CDI	18.142	1.997.417	2.015.559	64.397	1.996.517	2.060.914
6ª emissão	27/11/17	27/11/20	100% do CDI + 0,24%	22.419	999.683	1.022.102	6.176	999.462	1.005.638
Total				68.348	3.090.298	3.158.646	1.412.486	3.108.253	4.520.739

Os custos de transação associados a 4ª, 5ª e 6ª emissões, cujo montante em 30 de setembro de 2018 era de R\$4.301 (R\$5.422 em 31 de dezembro de 2017, 4ª, 5ª e 6ª emissões), foram apropriados em conta redutora do passivo como custos a incorrer e estão sendo reconhecidos como despesas financeiras, conforme os prazos contratuais desta emissão.

c) Cronograma de Pagamentos

Os montantes não circulantes de empréstimos, financiamentos, arrendamento financeiro, debêntures e contraprestação contingente em 30 de setembro de 2018, tem a seguinte composição por ano de vencimento:

Ano	Controladora / Consolidado				
	Empréstimos e financiamentos	Debêntures	Arrendamento financeiro	Contraprestação contingente	Total
2019	110.850	40.699	42.757	-	194.306
2020	358.218	1.026.250	35.634	-	1.420.102
2021	230.319	1.026.250	33.951	-	1.290.520
2022	208.503	997.099	32.322	-	1.237.924
2023 em diante	17.999	-	173.613	461.026	652.638
Total	925.889	3.090.298	318.277	461.026	4.795.490

d) Cláusulas Restritivas

Os financiamentos contratados junto ao BNDES e as debêntures possuem cláusulas específicas para penalidade em caso de quebra de contrato. A quebra de contrato prevista nos acordos efetuados com as instituições é caracterizada por descumprimento de *covenants* (apurados trimestralmente, semestralmente ou anualmente), descumprimento de cláusula contratual, resultando na liquidação antecipada do contrato.

Em 30 de setembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017 todos os índices econômicos e financeiros previstos nos contratos vigentes foram atingidos.

e) Movimentações

A seguir, apresentamos a movimentação dos empréstimos, financiamentos, debêntures, arrendamento financeiro e contraprestação contingente.

	Controladora / Consolidado					Total
	Empréstimos e financiamentos	Debêntures	Arrendamento financeiro	Financiamento Fornecedores	Contraprestação contingente	
Saldo em 31.12.16	4.158.015	3.554.307	374.428	722.591	414.733	9.224.074
Ingressos	39.878	2.000.000	9.061	280.019	-	2.328.958
Encargos financeiros (nota 26)	241.654	418.536	41.355	48.226	25.663	775.434
Custos de emissão	-	(4.443)	-	-	-	(4.443)
Variação cambial (nota 26)	(20.133)	-	-	-	-	(20.133)
Baixas (pagamentos)	(1.153.153)	(2.446.309)	(36.652)	(611.153)	-	(4.247.267)
Saldo em 30.09.17	3.266.261	3.522.091	388.192	439.683	440.396	8.056.623
Ingressos	15.998	1.000.000	4.401	291.425	-	1.311.824
Subvenção governamental (nota 19)	(1.581)	-	-	-	-	(1.581)
Encargos financeiros	58.499	66.759	3.910	22.377	5.748	157.293
Custos de emissão	-	(483)	-	-	-	(483)
Variação cambial	35.979	-	-	-	-	35.979
Baixas (pagamentos)	(872.810)	(67.628)	(11.043)	(146.333)	-	(1.097.814)
Saldo em 31.12.17	2.502.346	4.520.739	385.460	607.152	446.144	8.461.841
Ingressos	-	-	13.453	349.715	-	363.168
Subvenção governamental (nota 19)	(40)	-	-	-	-	(40)
Encargos financeiros (nota 26)	132.257	193.211	15.255	24.766	14.882	380.371
Custos de emissão	-	1.121	-	-	-	1.121
Variação cambial (nota 26)	34.062	-	-	-	-	34.062
Baixas (pagamentos)	(843.140)	(1.556.425)	(37.649)	(497.672)	-	(2.934.886)
Saldo em 30.09.18	1.825.485	3.158.646	376.519	483.961	461.026	6.305.637

A seguir, apresentamos um resumo dos pagamentos ocorridos durante o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2018.

	Captações	Pagamentos		
		Principal	Encargos	Total
Empréstimos e financiamentos	-	(716.414)	(126.726)	(843.140)
BNDES	-	(705.221)	(123.472)	(828.693)
BNB	-	(11.193)	(3.254)	(14.447)
Debêntures	-	(1.324.723)	(231.702)	(1.556.425)
1ª emissão – Minas Comunica	-	(24.723)	(1.082)	(25.805)
4ª emissão	-	(1.300.000)	(47.257)	(1.347.257)
5ª emissão	-	-	(149.795)	(149.795)
6ª emissão	-	-	(33.568)	(33.568)
Fornecedores	349.715	(455.940)	(41.732)	(497.672)
Arrendamento financeiro	13.453	(27.224)	(10.425)	(37.649)
Total	363.168	(2.524.301)	(410.585)	(2.934.886)

21) OUTROS PASSIVOS

	Controladora		Consolidado	
	30.09.18	31.12.17	30.09.18	31.12.17
Licenças de autorização (1)	123.007	258.742	123.007	258.742
Obrigações com partes relacionadas (nota 27)	115.788	139.173	142.642	125.987
Ônus de renovação de licenças (2)	205.370	167.536	205.370	167.536
Retenções de terceiros (3)	91.827	126.361	102.557	144.593
Planos de previdência e outros benefícios pós-emprego (nota 29)	558.482	522.498	569.207	531.938
Valores a restituir a assinantes	43.763	187.826	44.854	189.380
Outras obrigações	96.067	70.108	71.825	72.893
Total	1.234.304	1.472.244	1.259.462	1.491.069
Circulante	425.421	700.251	440.530	718.468
Não circulante	808.883	771.993	818.932	772.601

(1) Em 31 de dezembro de 2017, inclui a parcela de responsabilidade da Companhia decorrente do contrato assinado junto à ANATEL, onde as operadoras vencedoras do leilão das licenças de 4G constituíram a Entidade Administradora do Processo de Redistribuição e Digitalização de Canais de TV e RTV (EAD), empresa responsável pela operacionalização de forma isonômica de todos os procedimentos de redistribuição de canais de TV e RTV e das soluções para os problemas de interferência prejudicial nos sistemas de radiocomunicação, além de outras operações em que as operadoras vencedoras possuem obrigações, conforme definido no contrato. Em 31 de janeiro de 2018, a Companhia efetuou o pagamento no montante de R\$142.862 à EAD, referente a 4ª parcela do leilão de faixas de frequência de 700 MHz nacionais para a prestação do SMP, realizado pela ANATEL em 30 de setembro de 2014.

(2) Refere-se ao ônus para a renovação das licenças do STFC e SMP.

(3) Refere-se às retenções sobre folha de pagamento e de tributos retidos na fonte sobre juros sobre o capital próprio e sobre prestação de serviços.

22) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

Segundo o Estatuto Social, a Companhia está autorizada a aumentar seu capital social até o limite de 1.850.000.000 ações ordinárias ou preferenciais. O Conselho de Administração é o órgão competente para deliberar sobre o aumento e a consequente emissão de novas ações, dentro do limite do capital autorizado.

A Lei das Sociedades Anônimas (Lei nº 6.404/76, artigo 166, inciso IV) estabelece que o capital social pode ser aumentado por deliberação da Assembleia Geral Extraordinária convocada para decidir sobre a reforma do Estatuto Social, caso a autorização para o aumento esteja esgotada.

Não há obrigatoriedade, nos aumentos de capital, de se guardar proporção entre o número de ações de cada espécie, observando-se, entretanto, que o número de ações preferenciais, sem direito a voto ou com voto restrito, não poderá ultrapassar 2/3 das ações emitidas.

As ações preferenciais não têm direito a voto, exceto nas hipóteses previstas nos artigos 9 e 10 do Estatuto Social, sendo a elas assegurada prioridade no reembolso do capital, sem prêmio e no recebimento de dividendo 10% maior que o atribuído a cada ação ordinária, conforme disposto no artigo 7º do Estatuto Social da Companhia e no inciso II do parágrafo 1º do artigo 17 da Lei nº 6.404/76.

Ainda é concedido às ações preferenciais direito de voto pleno, quando a Companhia deixar de pagar os dividendos mínimos a que fazem jus, por 3 exercícios sociais consecutivos, direito que conservarão até o seu pagamento.

O capital social subscrito e integralizado em 30 de setembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017 era de R\$63.571.416, representado por ações sem valor nominal, assim distribuído:

	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais		Total Geral	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Acionistas						
Grupo Controlador	540.033.264	94,47%	704.207.855	62,91%	1.244.241.119	73,58%
Telefônica Latinoamérica Holding, S.L.	46.746.635	8,18%	360.532.578	32,21%	407.279.213	24,09%
Telefônica	198.207.608	34,67%	305.122.195	27,26%	503.329.803	29,76%
SP Telecomunicações Participações	294.158.155	51,46%	38.537.435	3,44%	332.695.590	19,67%
Telefônica Chile	920.866	0,16%	15.647	0,00%	936.513	0,06%
Outros acionistas	29.320.789	5,13%	415.131.868	37,09%	444.452.657	26,28%
Ações em tesouraria	2.290.164	0,40%	983	0,00%	2.291.147	0,14%
Total de ações emitidas	571.644.217	100,00%	1.119.340.706	100,00%	1.690.984.923	100,00%
Ações em tesouraria	(2.290.164)		(983)		(2.291.147)	
Total de ações em circulação	569.354.053		1.119.339.723		1.688.693.776	

b) Reservas de Capital

b.1) Reserva Especial de Ágio

Representa o benefício fiscal gerado pela incorporação da Telefônica Data do Brasil Ltda. que será capitalizado em favor do acionista controlador (SPTE Participações Ltda) após a realização do crédito fiscal, nos termos da Instrução CVM 319/99.

b.2) Outras Reservas de Capital

As informações detalhadas das outras reservas de capital são as mesmas da nota explicativa 22) Patrimônio Líquido, item b.2 - Outras Reservas de Capital, divulgada nas demonstrações financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017.

b.3) Ações em Tesouraria

Representam as ações da Companhia mantidas em tesouraria, cujo saldo é resultante (i) do exercício do direito de recesso dos acionistas titulares de ações ordinárias e preferenciais da Companhia que manifestaram a sua dissidência com relação à aquisição da GVTPart.; (ii) das aquisições de ações preferenciais no mercado financeiro de acordo com o Programa de Recompra de Ações vigente ao tempo da operação (nota 22.f); e (iii) das transferências de ações preferenciais, referente ao cumprimento de decisões de processos judiciais no qual a Companhia está envolvida que versa sobre direitos ao recebimento complementar de ações calculadas em relação a planos de expansão da rede após 1996.

c) Reservas de Lucro

c.1) Reserva Legal

Esta reserva é constituída obrigatoriamente pela Companhia à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social integralizado. A Reserva Legal somente poderá ser utilizada para aumento do capital social e para compensar prejuízos acumulados.

c.2) Reserva para Expansão e Modernização

Em conformidade com o artigo nº 196 da Lei nº 6.404/76 e, baseado em orçamento de capital, submetido e aprovado na Assembleia Geral Ordinária ("AGO") de 12 de abril de 2018, a Companhia reverteu a reserva especial para expansão e modernização constituída para o exercício de 2017 no montante de R\$550.000 e constituiu uma nova reserva especial para expansão e modernização no montante de R\$297.000, a qual será utilizada para o custeio parcial do orçamento de capital para o exercício de 2018.

c.3) Incentivos Fiscais

A Companhia possui benefícios fiscais relativos ao ICMS nos estados de Minas Gerais e Espírito Santo, referente a créditos outorgados junto aos órgãos competentes dos referidos estados, vinculados a investimentos na instalação de equipamentos de suporte ao SMP, em pleno funcionamento e operação, de acordo com as normas em vigor, que assegurem que as localidades relacionadas no edital, sejam inseridas na área de cobertura do SMP. A parcela destes benefícios fiscais foi excluída do cálculo dos dividendos, podendo vir a ser utilizada somente nos casos de aumento de capital ou de absorção de prejuízos.

d) Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio

d.1) Juros sobre o Capital Próprio Intermediários de 2018

Em reuniões do Conselho de Administração da Companhia foram aprovadas, *ad referendum* da Assembleia Geral de Acionistas, as destinações de juros sobre o capital próprio intermediários, relativo ao exercício social de 2018, nos termos do artigo 28 do Estatuto Social da Companhia, do artigo 9º da Lei nº 9.249/95 e da Deliberação CVM nº 638/12, os quais serão imputados ao dividendo mínimo obrigatório do exercício social de 2018, conforme segue:

Datas			Valor Bruto			Valor Líquido			Valor por Ação (1)	
Aprovação	Crédito	Início do Pagamento	Ordinárias	Preferenciais (2)	Total	Ordinárias	Preferenciais (2)	Total	Ordinárias	Preferenciais (2)
18/06/18	29/06/18	Até 31/12/19	126.479	273.521	400.000	107.507	232.493	340.000	0,18882303703	0,20770534073
05/09/18	17/09/18	Até 31/12/19	885.353	1.914.647	2.800.000	752.550	1.627.450	2.380.000	1,32176125923	1,45393738515
Total			1.011.832	2.188.168	3.200.000	860.057	1.859.943	2.720.000		

- (1) Os valores dos juros sobre o capital próprio estão calculados e apresentados líquidos de imposto de renda retido na fonte (IRRF). Os acionistas imunes receberam os juros sobre o capital próprio integral, sem retenção de imposto de renda na fonte.
- (2) Os valores brutos e líquidos referentes às ações preferenciais são 10% maiores que os atribuídos a cada ação ordinária, conforme artigo 7º do Estatuto Social da Companhia.

d.2) Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Prescritos

Conforme o artigo nº 287, inciso II, item “a” da Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976, os dividendos e juros sobre o capital próprio não reclamados pelos acionistas prescrevem em 3 anos, contados a partir da data do início de pagamento. A Companhia reverte o valor de dividendos e juros sobre o capital próprio prescritos ao patrimônio líquido no momento de sua prescrição.

Durante o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2018, a Companhia reverteu o valor de dividendos e juros sobre o capital próprio prescritos no montante de R\$76.520.

e) Outros Resultados Abrangentes, líquidos

Instrumentos financeiros disponíveis para venda: Refere-se às variações de valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda.

Instrumentos financeiros derivativos: Refere-se à parte eficaz dos *hedges* de fluxo de caixa até a data do balanço.

Efeitos da conversão de investimentos no exterior: Refere-se às diferenças cambiais oriundas da conversão das demonstrações financeiras da Aliança (controlada em conjunto).

A seguir, apresentamos a movimentação de outros resultados abrangentes, líquidos dos tributos:

	Consolidado			Total
	Instrumentos financeiros disponíveis para venda	Instrumentos financeiros derivativos	Efeitos da conversão de investimentos no exterior	
Saldos em 31.12.16	(8.881)	3.549	16.793	11.461
Ganhos com conversão	-	-	6.493	6.493
Perdas de contratos futuros	-	(723)	-	(723)
Ganhos em ativos financeiros disponíveis para venda	264	-	-	264
Saldos em 30.09.17	(8.617)	2.826	23.286	17.495
Ganhos com conversão	-	-	4.746	4.746
Perdas de contratos futuros	-	(872)	-	(872)
Ganhos em ativos financeiros disponíveis para venda	(41)	-	-	(41)
Saldos em 31.12.17	(8.658)	1.954	28.032	21.328
Ganhos com conversão	-	-	14.136	14.136
Perdas de contratos futuros	-	(1.302)	-	(1.302)
Perdas em ativos financeiros disponíveis para venda	(269)	-	-	(269)
Saldos em 30.09.18	(8.927)	652	42.168	33.893

f) Programa de Recompra de Ações da Companhia

Em reunião realizada em 9 de junho de 2017, o Conselho de Administração da Companhia, em conformidade com o artigo nº 17, inciso XV do Estatuto Social, aprovou o programa de recompra de ações ordinárias e preferenciais de emissão da própria Companhia, nos termos da instrução CVM nº 567, de 17 de setembro de 2015, que tem como objetivo a aquisição de ações ordinárias e preferenciais de emissão da Companhia para posterior cancelamento, alienação ou manutenção em tesouraria, sem redução do capital social, para incrementar o valor aos acionistas pela aplicação eficiente dos recursos disponíveis em caixa e otimizar a alocação de capital da Companhia.

A recompra será efetuada mediante a utilização do saldo de reserva de capital constante no balanço patrimonial de 31 de março de 2017, excluídas as reservas referidas no artigo 7º, parágrafo 1º, da instrução CVM nº 567, de 17 de setembro de 2015.

Este programa tem vigência até 8 de dezembro de 2018, sendo as aquisições realizadas na B3, a preços de mercado, observando os limites legais e regulamentares, sendo as quantidades máximas a serem adquiridas de 870.781 ações ordinárias e 41.510.761 ações preferenciais.

Em 1º de junho de 2017 e em 5 de julho de 2017, a Companhia adquiriu no mercado financeiro 45 e 661 ações preferenciais de sua emissão a um preço médio unitário de R\$47,31 e R\$45,26, respectivamente, totalizando R\$32.

g) Resultado por Ação

O resultado básico e diluído por ação foi calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia pela quantidade média ponderada das ações ordinárias e preferenciais em circulação no exercício.

O quadro a seguir apresenta o cálculo do lucro por ação para os períodos de três e nove meses findos em 30 de setembro de 2018 e 2017:

	Controladora			
	Períodos de três meses findos em		Períodos de nove meses findos em	
	30.09.18	30.09.17	30.09.18	30.09.17
Lucro líquido do período atribuído aos acionistas detentores de ações:	3.177.264	1.222.716	7.441.580	3.091.835
Ordinárias	1.004.643	386.619	2.353.009	977.630
Preferenciais	2.172.621	836.097	5.088.571	2.114.205
Número de ações, em milhares:	1.688.694	1.688.694	1.688.694	1.688.694
Média ponderada das ações ordinárias em circulação	569.354	569.354	569.354	569.354
Média ponderada das ações preferenciais em circulação	1.119.340	1.119.340	1.119.340	1.119.340
Resultado básico e diluído por ação:				
Ações ordinárias (R\$)	1,76	0,68	4,13	1,72
Ações preferenciais (R\$)	1,94	0,75	4,55	1,89

23) RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	Controladora			
	Períodos de três meses findos em		Períodos de nove meses findos em	
	30.09.18	30.09.17	30.09.18	30.09.17
Receita operacional bruta (1)	14.982.372	15.174.130	43.753.520	46.978.442
Deduções da receita operacional bruta	(5.400.293)	(5.542.636)	(16.009.152)	(17.212.722)
Tributos	(3.377.629)	(3.829.002)	(10.320.152)	(12.029.914)
Descontos e devoluções	(2.022.664)	(1.713.634)	(5.689.000)	(5.182.808)
Receita operacional líquida	9.582.079	9.631.494	27.744.368	29.765.720
	Consolidado			
	Períodos de três meses findos em		Períodos de nove meses findos em	
	30.09.18	30.09.17	30.09.18	30.09.17
Receita operacional bruta (1)	16.328.913	16.582.845	49.007.165	49.706.431
Deduções da receita operacional bruta	(5.564.011)	(5.696.896)	(16.629.904)	(17.533.139)
Tributos	(3.539.756)	(3.979.585)	(10.935.469)	(12.342.050)
Descontos e devoluções	(2.024.255)	(1.717.311)	(5.694.435)	(5.191.089)
Receita operacional líquida	10.764.902	10.885.949	32.377.261	32.173.292

(1) Inclui serviços de telecomunicações, uso de rede e interconexão, serviços de dados e SVAs, TV por assinatura, outros serviços e venda de mercadorias (aparelhos celulares, *simcards* e acessórios).

Não há cliente que tenha contribuído com mais de 10% da receita operacional bruta para os períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2018 e 2017.

Todos os valores que compõem as receitas líquidas integram a base para o cálculo de imposto de renda e contribuição social.

As informações para o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2018 contemplam os efeitos da adoção da IFRS 15. Para facilitar o entendimento e a comparabilidade das informações, a Companhia apresenta na nota 33 a demonstração dos resultados consolidados do período de nove meses findo em 30 de setembro de 2018, excluindo os efeitos da adoção da IFRS 15.

24) CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

Controladora								
Períodos de três meses findos em								
	30.09.18				30.09.17			
	Custo dos serviços prestados e mercadorias vendidas	Despesas com comercialização	Despesas gerais e administrativas	Total	Custo dos serviços prestados e mercadorias vendidas	Despesas com comercialização	Despesas gerais e administrativas	Total
Pessoal	(180.682)	(540.965)	(86.196)	(807.843)	(169.596)	(494.849)	(123.948)	(788.393)
Serviços de terceiros	(1.144.550)	(1.417.688)	(329.947)	(2.892.185)	(1.208.455)	(1.620.191)	(301.535)	(3.130.181)
Interconexão e uso de rede	(317.734)	-	-	(317.734)	(351.916)	-	-	(351.916)
Publicidade e propaganda	-	(214.480)	-	(214.480)	-	(274.061)	-	(274.061)
Aluguéis, seguros, condomínios e meios de conexão	(695.513)	(30.743)	(43.013)	(769.269)	(665.136)	(34.433)	(44.803)	(744.372)
Impostos, taxas e contribuições	(363.293)	(7.206)	(7.873)	(378.372)	(442.724)	(9.233)	(13.901)	(465.858)
Perdas estimadas para redução ao valor recuperável das contas a receber (nota 4)	-	(347.161)	-	(347.161)	-	(354.877)	-	(354.877)
Depreciação e amortização (1)	(1.555.085)	(337.906)	(132.854)	(2.025.845)	(1.481.349)	(360.434)	(113.507)	(1.955.290)
Custo das mercadorias vendidas	(527.903)	-	-	(527.903)	(420.877)	-	-	(420.877)
Materiais e outros custos e despesas operacionais	(1.337)	(19.937)	(3.451)	(24.725)	(11.791)	(50.938)	(3.718)	(66.447)
Total	(4.786.097)	(2.916.086)	(603.334)	(8.305.517)	(4.751.844)	(3.199.016)	(601.412)	(8.552.272)

Controladora								
Períodos de nove meses findos em								
	30.09.18				30.09.17			
	Custo dos serviços prestados e mercadorias vendidas	Despesas com comercialização	Despesas gerais e administrativas	Total	Custo dos serviços prestados e mercadorias vendidas	Despesas com comercialização	Despesas gerais e administrativas	Total
Pessoal	(565.082)	(1.664.521)	(305.595)	(2.535.198)	(565.844)	(1.655.559)	(368.901)	(2.590.304)
Serviços de terceiros	(3.416.105)	(4.406.268)	(959.720)	(8.782.093)	(3.628.775)	(4.863.846)	(914.417)	(9.407.038)
Interconexão e uso de rede	(992.971)	-	-	(992.971)	(1.069.564)	-	-	(1.069.564)
Publicidade e propaganda	-	(629.974)	-	(629.974)	-	(732.023)	-	(732.023)
Aluguéis, seguros, condomínios e meios de conexão	(2.150.009)	(105.241)	(135.227)	(2.390.477)	(1.957.270)	(110.806)	(135.438)	(2.203.514)
Impostos, taxas e contribuições	(1.185.447)	(22.015)	(27.542)	(1.235.004)	(1.329.280)	(30.141)	(34.574)	(1.393.995)
Perdas estimadas para redução ao valor recuperável das contas a receber (nota 4)	-	(1.011.896)	-	(1.011.896)	-	(1.037.677)	-	(1.037.677)
Depreciação e amortização (1)	(4.635.480)	(1.008.345)	(375.867)	(6.019.692)	(4.423.556)	(1.080.655)	(338.185)	(5.842.396)
Custo das mercadorias vendidas	(1.465.443)	-	-	(1.465.443)	(1.296.470)	-	-	(1.296.470)
Materiais e outros custos e despesas operacionais	(28.669)	(144.710)	(12.500)	(185.879)	(56.798)	(132.502)	(14.374)	(203.674)
Total	(14.439.206)	(8.992.970)	(1.816.451)	(25.248.627)	(14.327.557)	(9.643.209)	(1.805.889)	(25.776.655)

Consolidado								
Períodos de três meses findos em								
	30.09.18				30.09.17			
	Custo dos serviços prestados e mercadorias vendidas	Despesas com comercialização	Despesas gerais e administrativas	Total	Custo dos serviços prestados e mercadorias vendidas	Despesas com comercialização	Despesas gerais e administrativas	Total
Pessoal	(211.665)	(622.594)	(103.965)	(938.224)	(217.235)	(597.099)	(134.091)	(948.425)
Serviços de terceiros	(1.346.307)	(1.517.128)	(320.139)	(3.183.574)	(1.426.850)	(1.614.254)	(315.096)	(3.356.200)
Interconexão e uso de rede	(317.734)	-	-	(317.734)	(351.916)	-	-	(351.916)
Publicidade e propaganda	-	(224.670)	-	(224.670)	-	(276.337)	-	(276.337)
Aluguéis, seguros, condomínios e meios de conexão	(696.897)	(30.791)	(48.202)	(775.890)	(667.173)	(34.491)	(45.117)	(746.781)
Impostos, taxas e contribuições	(372.828)	(7.158)	(7.911)	(387.897)	(448.191)	(9.235)	(14.101)	(471.527)
Perdas estimadas para redução ao valor recuperável das contas a receber (nota 4)	-	(402.214)	-	(402.214)	-	(380.400)	-	(380.400)
Depreciação e amortização (1)	(1.559.900)	(338.214)	(136.652)	(2.034.766)	(1.487.827)	(360.443)	(113.704)	(1.961.974)
Custo das mercadorias vendidas	(595.329)	-	-	(595.329)	(483.882)	-	-	(483.882)
Materiais e outros custos e despesas operacionais	(1.647)	(20.071)	(7.869)	(29.587)	(12.644)	(52.239)	(3.930)	(68.813)
Total	(5.102.307)	(3.162.840)	(624.738)	(8.889.885)	(5.095.718)	(3.324.498)	(626.039)	(9.046.255)

	Consolidado							
	Períodos de nove meses findos em							
	30.09.18				30.09.17			
	Custo dos serviços prestados e mercadorias vendidas	Despesas com comercialização	Despesas gerais e administrativas	Total	Custo dos serviços prestados e mercadorias vendidas	Despesas com comercialização	Despesas gerais e administrativas	Total
Pessoal	(669.227)	(1.922.923)	(369.584)	(2.961.734)	(628.791)	(1.762.514)	(385.099)	(2.776.404)
Serviços de terceiros	(4.042.634)	(4.616.066)	(936.303)	(9.595.003)	(4.230.763)	(4.846.822)	(923.959)	(10.001.544)
Interconexão e uso de rede	(992.971)	-	-	(992.971)	(1.069.564)	-	-	(1.069.564)
Publicidade e propaganda	-	(661.776)	-	(661.776)	-	(734.299)	-	(734.299)
Aluguéis, seguros, condomínios e meios de conexão	(2.152.727)	(106.479)	(154.447)	(2.413.653)	(1.964.316)	(111.494)	(135.857)	(2.211.667)
Impostos, taxas e contribuições	(1.214.808)	(22.051)	(27.663)	(1.264.522)	(1.355.184)	(30.143)	(35.758)	(1.421.085)
Perdas estimadas para redução ao valor recuperável das contas a receber (nota 4)	-	(1.168.936)	-	(1.168.936)	-	(1.108.925)	-	(1.108.925)
Depreciação e amortização (1)	(4.652.088)	(1.008.771)	(385.057)	(6.045.916)	(4.442.631)	(1.080.683)	(339.494)	(5.862.808)
Custo das mercadorias vendidas	(1.670.801)	-	-	(1.670.801)	(1.421.308)	-	-	(1.421.308)
Materiais e outros custos e despesas operacionais	(31.697)	(146.226)	(23.336)	(201.259)	(59.990)	(137.467)	(14.829)	(212.286)
Total	(15.426.953)	(9.653.228)	(1.896.390)	(26.976.571)	(15.172.547)	(9.812.347)	(1.834.996)	(26.819.890)

(1) Inclui os créditos de PIS e COFINS não cumulativos nos montantes de R\$1.267 para o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2017.

25) OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS

	Controladora			
	Períodos de três meses findos em		Períodos de nove meses findos em	
	30.09.18	30.09.17	30.09.18	30.09.17
Multas e despesas recuperadas (1)	1.498.993	87.729	3.682.924	267.286
Provisões trabalhistas, tributárias, cíveis, regulatórias e passivo contingente (nota 18) (2)	(528.191)	(191.878)	(1.144.391)	(640.383)
Resultado líquido na alienação/perdas de ativos	39.764	(2.373)	31.163	(19.310)
Outras receitas (despesas) operacionais	104.664	(15.672)	624.737	(104.970)
Total	1.115.230	(122.194)	3.194.433	(497.377)
Outras receitas operacionais	1.643.421	87.729	4.338.824	267.286
Outras despesas operacionais	(528.191)	(209.923)	(1.144.391)	(764.663)
Total	1.115.230	(122.194)	3.194.433	(497.377)

	Consolidado			
	Períodos de três meses findos em		Períodos de nove meses findos em	
	30.09.18	30.09.17	30.09.18	30.09.17
Multas e despesas recuperadas (1)	1.513.503	88.450	3.748.283	270.572
Provisões trabalhistas, tributárias, cíveis, regulatórias e passivo contingente (nota 18) (2)	(532.523)	(190.160)	(1.156.410)	(650.654)
Resultado líquido na alienação/perdas de ativos	40.652	(3.331)	32.100	(22.921)
Outras receitas (despesas) operacionais	(150.720)	(19.705)	(292.021)	(93.975)
Total	870.912	(124.746)	2.331.952	(496.978)
Outras receitas operacionais	1.554.155	88.450	3.780.383	270.572
Outras despesas operacionais	(683.243)	(213.196)	(1.448.431)	(767.550)
Total	870.912	(124.746)	2.331.952	(496.978)

(1) Para o período de nove meses findos em 30 de setembro de 2018, incluem os créditos fiscais, nos montantes de R\$3.356.687 (controladora) e R\$3.386.433 (consolidado), oriundos dos processos judiciais transitados em julgado a favor da Companhia e sua controlada TData, que reconheceu o direito da exclusão do ICMS da base de cálculo das contribuições ao PIS e COFINS para os períodos compreendidos entre setembro de 2003 e junho de 2017 e julho de 2004 a junho de 2013 (notas 7 e 26).

(2) Para o período de nove meses findos em 30 de setembro de 2018, incluem as baixas de depósitos judiciais no montante de R\$160.715.

26) RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS

	Controladora			
	Períodos de três meses findos em		Períodos de nove meses findos em	
	30.09.18	30.09.17	30.09.18	30.09.17
Receitas Financeiras				
Receitas de aplicações financeiras	52.154	160.306	161.154	491.371
Juros ativos (clientes, tributos e outros)	22.615	30.865	85.646	102.226
Ganhos com instrumentos financeiros derivativos (nota 30)	88.676	85.437	212.435	294.446
Variações cambiais de empréstimos e financiamentos (nota 20)	12.294	46.026	21.753	108.950
Outras receitas com variações cambiais e monetárias (1)	1.167.816	96.958	3.111.753	323.932
Outras receitas financeiras	59	32.215	(1.656)	107.949
Total	1.343.614	451.807	3.591.085	1.428.874

Despesas Financeiras				
Encargos de empréstimos, financiamentos, debêntures, arrendamento financeiro e contraprestação contingente (nota 20)	(115.268)	(240.733)	(380.371)	(775.434)
Variações cambiais de empréstimos e financiamentos (nota 20)	(18.867)	(8.839)	(55.815)	(88.817)
Perdas com instrumentos financeiros derivativos (nota 30)	(88.197)	(115.008)	(215.953)	(361.249)
Juros passivos (instituições financeiras, provisões, fornecedores, tributos e outros)	(47.586)	(34.684)	(109.775)	(110.720)
Outras despesas com variações cambiais e monetárias	(354.885)	(210.365)	(731.536)	(747.096)
IOF, Pis, Cofins e outras despesas financeiras (2)	(84.413)	(41.984)	(229.611)	(139.717)
Total	(709.216)	(651.613)	(1.723.061)	(2.223.033)

	Consolidado			
	Períodos de três meses findos em		Períodos de nove meses findos em	
	30.09.18	30.09.17	30.09.18	30.09.17
Receitas Financeiras				
Receitas de aplicações financeiras	59.225	173.724	189.024	543.878
Juros ativos (clientes, tributos e outros)	25.480	32.356	96.998	104.396
Ganhos com instrumentos financeiros derivativos (nota 30)	90.240	88.789	215.128	297.798
Variações cambiais de empréstimos e financiamentos (nota 20)	12.294	46.026	21.753	108.950
Outras receitas com variações cambiais e monetárias (1)	1.177.052	98.243	3.155.692	329.579
Outras receitas financeiras	7.673	39.303	20.916	128.752
Total	1.371.964	478.441	3.699.511	1.513.353

Despesas Financeiras				
Encargos de empréstimos, financiamentos, debêntures, arrendamento financeiro e contraprestação contingente (nota 20)	(115.268)	(240.733)	(380.371)	(775.434)
Variações cambiais de empréstimos e financiamentos (nota 20)	(18.867)	(8.839)	(55.815)	(88.817)
Perdas com instrumentos financeiros derivativos (nota 30)	(89.920)	(115.409)	(220.241)	(361.650)
Juros passivos (instituições financeiras, provisões, fornecedores, tributos e outros)	(48.147)	(35.382)	(111.986)	(112.799)
Outras despesas com variações cambiais e monetárias	(360.705)	(205.363)	(744.019)	(756.626)
IOF, Pis, Cofins e outras despesas financeiras (2)	(85.350)	(43.227)	(234.988)	(143.197)
Total	(718.257)	(648.953)	(1.747.420)	(2.238.523)

(1) Para o período de nove meses findos em 30 de setembro de 2018, incluem as atualizações monetárias, nos montantes de R\$2.856.198 (controladora) e R\$2.885.432 (consolidado), sobre os créditos fiscais oriundos dos processos judiciais transitados em julgado a favor da Companhia e sua controlada TData, que reconheceu o direito da exclusão do ICMS da base de cálculo das contribuições ao PIS e COFINS para os períodos compreendidos entre setembro de 2003 e junho de 2017 e julho de 2004 a junho de 2013 (notas 7 e 25).

(2) Para o período de nove meses findos em 30 de setembro de 2018, inclui R\$134.173 de PIS e COFINS, sobre os créditos descritos no item (1).

27) TRANSAÇÕES E SALDOS COM PARTES RELACIONADAS

a) Transações e Saldos com Partes Relacionadas

Os principais saldos com partes relacionadas decorrem de transações com empresas relacionadas com o grupo controlador, as quais foram realizadas em preços de mercado e demais condições comerciais acordadas em contrato entre as partes, e são como segue:

- a) Serviços de telefonia fixa e móvel, prestados as empresas do Grupo Telefónica;
- b) Serviços de TV digital, prestados pela Media Networks Latino América;
- c) Aluguel e manutenção de equipamento de segurança, prestados pela Telefônica Inteligência e Segurança Brasil;
- d) Serviços corporativos, repassados pelo custo efetivamente incorrido nesses serviços;
- e) Direito de uso de determinadas licenças de *softwares*, incluindo a manutenção e suporte, prestados pela Telefónica Global Technology;
- f) Infraestrutura de transmissão internacional para diversos circuitos de dados e serviços de conexão, prestados pela Telxius Cable Brasil, Telefónica International Wholesale Services Espanha, Telefónica USA e Media Net Br;
- g) Operações de compra de conteúdo de internet, veiculação de publicidade e serviços de auditoria de audiência prestados pelas empresas do Grupo Telefónica;
- h) Serviços de marketing prestados pelas empresas do Grupo Telefónica;
- i) Serviços de acesso à informação através da rede de comunicações eletrônicas, prestados pela Telefonica de Espanha;
- j) Serviços de comunicação de dados e soluções integradas, prestados para Telefónica International Wholesale Services Espanha e Telefónica USA;
- k) Serviços de chamada de longa distância e de *roaming* internacional, prestados por empresas do Grupo Telefónica;
- l) Reembolso de despesas e gastos diversos pela Companhia a serem reembolsados pelas empresas do Grupo Telefónica;
- m) *Brand Fee*, pela cessão de uso de direitos da marca pagos à Telefónica;
- n) Planos de ações aos empregados da Telefônica Brasil e controladas diretas e indiretas, vinculado a aquisição de ações Telefónica;
- o) *Cost Sharing Agreement* (CSA), reembolso de gastos referente ao negócio digital para Telefónica Digital;
- p) Aluguel de prédios a empresas do Grupo Telefônica;
- q) *Financial Clearing House Roaming*, ingressos de fundos para pagamentos e recebimentos derivados da operação de *roaming* entre empresas do Grupo Telefônica pela Telfisa;
- r) Soluções integrais de aprendizagem *on-line* para a Educação e Formação em modalidade *e-learning* prestados pela Telefônica Serviços de Ensino (anteriormente T. Learning Services Brasil);
- s) Operações de *factoring*, linha de financiamento para os serviços prestados pelos fornecedores do Grupo Telefônica;
- t) Investimento Social da Fundação Telefônica, utilizando tecnologias de forma inovadora para potencializar a aprendizagem e o conhecimento, contribuindo para o desenvolvimento pessoal e social;

- u) Contratos de cessão de direito de uso de rede de dutos, serviços de locação de dutos para fibra ótica, contratos de ocupação de faixa de domínio com diversas concessionárias de rodovias prestados pela Companhia AIX;
- v) Plataforma Adquira Sourcing, solução *on-line* para a negociação de compra e venda de todo tipo de bens e serviços prestado pela Telefónica Compras Electrónicas;
- w) Mídia digital serviços de comercialização e exploração de *marketing* digital *in-store* e *outdoor* prestados pela Telefónica On The Spot Soluções Digitais Brasil; e
- x) Operações de torres entre a Companhia e a Telxius Torres Brasil.

Conforme descrito na nota 29, a Companhia e controladas são patrocinadoras de planos de previdência e outros benefícios pós-emprego aos seus empregados junto à Visão Prev e Sistel.

A seguir, apresentamos um sumário dos saldos consolidados com partes relacionadas:

		Balanço Patrimonial - Ativo					
		30.09.18			31.12.17		
		Caixa e equivalentes de caixa	Contas a receber, líquidas	Outros ativos	Caixa e equivalentes de caixa	Contas a receber, líquidas	Outros ativos
Empresas	Natureza da transação						
Controladoras							
SP Telecomunicações Participações	d) / l)	-	-	9.584	-	531	46
Telefónica LatinoAmerica Holding	l)	-	-	58.271	-	-	135.486
Telefónica	l)	-	-	30.488	-	492	158
		-	-	98.343	-	1.023	135.690
Outras empresas do grupo							
Colombia Telecomunicaciones ESP	k)	-	1.232	5.786	-	1.210	4.505
Media Networks Brasil Soluções Digitais	a) / d)	-	1.345	169	-	1.017	2.106
T.O2 Germany GMBH CO. OHG	k)	-	20.868	-	-	22.315	-
Telefónica Venezolana (anteriormente Telcel Telecom. Celulares C. A.)	k)	-	5.899	2.196	-	6.067	-
Telefónica Digital España	g) / h) / l)	-	198	2.851	-	1.929	-
Telefónica Factoring do Brasil	a) / d) / l)	-	5.135	111	-	12.337	93
Telefónica Global Technology	l)	-	-	15.136	-	-	13.600
Telefónica Inteligência e Segurança Brasil	a) / d) / l)	-	806	1.030	-	271	1.013
Telefónica International Wholesale Services Espanha	j) / k)	-	73.107	-	-	69.087	-
Telefónica Serviços de Ensino (anteriormente Telefónica Learning Services Brasil)	a)	-	368	-	-	175	-
Telefónica Moviles Argentina	k)	-	4.386	-	-	7.194	-
Telefónica Moviles Del Espanha	k)	-	9.529	-	-	8.918	-
Telefónica USA	j)	-	8.908	-	-	6.248	-
Telfisa Global BV	q)	14.787	-	-	9.523	-	-
Telxius Cable Brasil	a) / d) / l) / p)	-	51.736	5.326	-	28.981	819
Telxius Torres Brasil	d) / p) / x)	-	10.358	5.406	-	14.666	5.106
Terra Networks Chile, Terra Networks México, Terra Networks Perú e Terra Networks Operation	g) / h)	-	4.691	-	-	8.159	-
Outras	a) / d) / g) / h) / k) / l) / p)	-	10.789	3.914	-	11.424	3.801
		14.787	209.355	41.925	9.523	199.998	31.043
Total		14.787	209.355	140.268	9.523	201.021	166.733
Circulante		14.787	209.355	138.993	9.523	201.021	164.249
Não circulante		-	-	1.275	-	-	2.484

		Balço Patrimonial - Passivo			
		30.09.18		31.12.17	
		Fornecedores e contas a pagar	Outros passivos	Fornecedores e contas a pagar	Outros passivos
Empresas	Natureza da transação				
Controladoras					
SP Telecomunicações Participações	l)	-	21.978	6.656	15.000
Telefónica LatinoAmerica Holding	l)	100	-	86	-
Telefónica	l) / m) / n)	450	109.925	1.205	99.950
		550	131.903	7.947	114.950
Outras empresas do grupo					
Colombia Telecomunicaciones S.A. ESP	k)	1.107	-	471	-
Fundação Telefónica	t)	-	141	-	137
Media Networks Latina America SAC	b)	10.047	-	4.248	-
Media Networks Brasil Soluções Digitais	f)	38.635	318	33.751	318
T.O2 Germany GMBH CO. OHG	k)	6.117	-	5.477	-
Telefónica Venezolana (anteriormente Telcel Telecom. Celulares C. A.)	k)	5.397	-	5.240	-
Telefónica Compras Electrónicas	v)	24.913	-	24.311	-
Telefónica Digital España	g) / h) / l) / o)	54.812	-	46.645	-
Telefónica Factoring do Brasil	l) / s)	-	468	-	146
Telefónica Global Technology	e) / l)	19.177	-	15.671	-
Telefónica Inteligência e Segurança Brasil	c) / l)	14.360	27	15.336	27
Telefónica International Wholesale Services Espanha	f) / k)	46.405	-	44.240	8
Telefónica Serviços de Ensino (anteriormente Telefónica Learning Services Brasil)	r)	18.286	-	37.931	-
Telefónica Mviles Argentina	k)	4.434	-	3.865	-
Telefónica Mviles Del Espanha	k)	7.032	-	3.589	-
Telefónica USA	f)	16.585	207	-	171
Telxius Cable Brasil	f) / l)	80.428	2.067	44.037	2.068
Telxius Torres Brasil	l) / x)	34.294	6.337	37.718	7.757
Terra Networks México, Terra Networks Perú e Terra Networks Operation	h)	1.060	-	7.633	-
Outras	g) / h) / i) / k) / l) / u) / w)	23.089	1.174	12.734	405
		406.178	10.739	342.897	11.037
Total		406.728	142.642	350.844	125.987
Circulante		406.728	130.702	350.844	124.749
Não circulante		-	11.940	-	1.238

Demonstração dos Resultados							
Período de nove meses findo em							
30.09.18				30.09.17			
Empresas	Natureza da transação	Receita operacional	Custos, despesas e outras despesas (receitas) operacionais	Resultado financeiro	Receita operacional	Custos, despesas e outras despesas (receitas) operacionais	Resultado financeiro
Controladoras							
SP Telecomunicações Participações	d) / l)	-	253	-	-	201	-
Telefônica LatinoAmerica Holding	l)	-	12.583	10.964	-	29.664	5.477
Telefônica	l) / m) / n)	-	(263.997)	(18.321)	(4)	(254.973)	4.436
		-	(251.161)	(7.357)	(4)	(225.108)	9.913
Outras empresas do grupo							
Colombia Telecomunicaciones S.A. ESP	k)	110	(471)	761	463	253	349
Companhia AIX de Participações	a) / u)	-	-	-	23	(16.994)	-
Fundação Telefônica	l) / t)	-	(9.778)	-	-	(9.514)	-
Media Networks Brasil Soluções Digitais	a) / d) / f)	1.588	(81.290)	-	252	(37.176)	-
Media Networks Latina America SAC	b)	-	(24.523)	(1.250)	-	(23.663)	(79)
Telefônica Serviços de Ensino (anteriormente Telefônica Learning Services Brasil)	a) / r)	947	(38.418)	-	224	(35.382)	-
T.O2 Germany GMBH CO. OHG	k)	137	(1.948)	-	(39)	(198)	-
Telefônica Compras Electrónicas	v)	-	(25.094)	-	-	(19.722)	-
Telefônica Digital España	g) / h) / l) / o)	-	(92.229)	512	-	(54.467)	(1.098)
Telefônica Factoring do Brasil	a) / d) / l) / s)	4.244	159	64	56	776	39
Telefônica Global Technology, S.A.U.	e) / l)	4	(37.746)	(1.368)	-	(23.208)	(9)
Telefônica Inteligência e Segurança Brasil	a) / c) / d) / l)	1.188	(23.817)	-	563	(23.106)	-
Telefônica International Wholesale Services Espanha	f) / j) / k)	41.397	(42.686)	6.696	48.723	(22.428)	(3.775)
Telefônica Moviles Argentina	k)	5.360	(2.975)	-	2.980	6.616	-
Telefônica Moviles Del Espanha	k)	(249)	(4.898)	-	675	(1.657)	-
Telefônica USA	f) / j)	1.299	(4.431)	281	2.104	(11.918)	(2.126)
Telxius Cable Brasil	a) / d) / f) / l) / p)	46.702	(150.227)	(7.453)	11.088	(154.767)	787
Telxius Torres Brasil	d) / l) / p) / x)	2.450	(88.062)	-	-	(78.398)	-
Terra Networks Chile, Terra Networks México, Terra Networks Perú e Terra Networks Operation	g) / h)	-	(3.259)	786	-	(4.747)	(290)
Outras	a) / d) / g) / h) / i) / k) / l) / p) / u) / w)	3.315	(42.037)	1.083	7.643	(28.636)	71
		108.492	(673.730)	112	74.755	(538.336)	(6.131)
Total		108.492	(924.891)	(7.245)	74.751	(763.444)	3.782

b) Remuneração dos Administradores

O montante de remuneração (consolidado) pago pela Companhia aos seus Conselheiros de Administração e Diretores Estatutários para os períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2018 e 2017 foi de R\$17.954 e R\$16.101, respectivamente. Destes montantes, R\$12.570 (R\$10.455 em 30 de setembro de 2017) correspondem a salários, benefícios e encargos sociais e R\$5.384 (R\$5.646 em 30 de setembro de 2017) a remuneração variável.

Estes montantes foram contabilizados como despesas de pessoal no grupo de Despesas Gerais e Administrativas (nota 24).

Para os períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2018 e 2017, nossos Conselheiros e Diretores não receberam quaisquer benefícios de pensão, aposentadoria ou similares.

28) PLANOS DE REMUNERAÇÃO BASEADOS EM AÇÕES

A controladora da Companhia, Telefônica, mantém diferentes planos de remuneração baseados no valor de cotação de suas ações, os quais foram oferecidos também a dirigentes e empregados de suas controladas, entre elas a Telefônica Brasil e controladas.

O valor justo das opções é estimado na data de concessão, com base em modelo binomial de precificação das opções que considera os prazos e condições da concessão dos instrumentos.

A Companhia e controladas reembolsam à Telefônica o valor justo do benefício entregue na data de concessão aos dirigentes e empregados.

Os detalhes destes planos são os mesmos divulgados na nota explicativa 29) Planos de Remuneração Baseados em Ações, divulgada nas demonstrações financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017.

Os principais planos em vigor em 30 de setembro de 2018 eram:

- Performance & Investment Plan ("PIP") para seus Diretivos em nível global: ciclo 2015-2018 (1º de outubro de 2015 a 30 de setembro de 2018): finalizado em setembro de 2018 e, como não houve o atingimento do TSR, não houve a entrega de ações da Telefônica aos executivos da Companhia.
- Talent for the Future Share Plan ("TFSP") para seus Executivos em nível global: ciclo 2015-2018 (1º de outubro de 2015 a 30 de setembro de 2018): finalizado em setembro de 2018 e, como não houve o atingimento do TSR, não houve a entrega de ações da Telefônica aos executivos da Companhia.

Ciclo 2018-2020 (1º de janeiro de 2018 a 31 de dezembro de 2020): tendo o direito potencial de receber 123.250 ações da Telefônica (inclui quantidades iniciais). A entrega das ações está condicionada a: (i) manter uma relação de trabalho ativa no Grupo Telefônica na data de consolidação do ciclo; e (ii) ao atingimento de resultados que representem o cumprimento dos objetivos estabelecidos para o plano.

- Performance Share Plan ("PSP") para seus Executivos em nível global: ciclo 2018-2020 (1º de janeiro de 2018 a 31 de dezembro de 2020): com 116 executivos ativos (incluindo 3 executivos nomeados nos termos do Estatuto) da Companhia, tendo o direito potencial de receber 990.660 ações da Telefônica. A entrega das ações está condicionada a: (i) manter uma relação de trabalho ativa no Grupo Telefônica na data de consolidação do ciclo; e (ii) ao atingimento de resultados que representem o cumprimento dos objetivos estabelecidos para o plano.

Em 28 de setembro de 2018 o valor da cotação das ações da Telefônica era de 6,8180 euros.

As despesas da Companhia e controladas com os planos de remuneração baseados em ações, quando aplicável, são registradas como gastos com pessoal, segregados nos grupos de Custos dos Serviços Prestados, Despesas com Comercialização e Despesas Gerais e Administrativas (nota 24) e correspondem a R\$11.196 e R\$5.540 para os períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2018 e 2017.

29) PLANOS DE PREVIDÊNCIA E OUTROS BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO

A tabela a seguir descreve os planos que a Companhia patrocina com os devidos tipos de benefícios.

Plano	Tipo	Administrador	Patrocinador
PBS-A	Benefício Definido (BD)	Sistel	Telefônica Brasil, solidariamente com as demais empresas de Telecomunicações originadas da privatização do Sistema Telebrás
PAMA / PCE	Benefício Definido (BD)	Sistel	Telefônica Brasil, solidariamente com as demais empresas de Telecomunicações originadas da privatização do Sistema Telebrás
Assistência médica - Lei 9.656/98	Benefício Definido (BD)	Telefônica Brasil	Telefônica Brasil, TData, Terra Networks e TGLog
CTB	Benefício Definido (BD)	Telefônica Brasil	Telefônica Brasil
Telefônica BD	Benefício Definido (BD)	VisãoPrev	Telefônica Brasil
TCOPREV	Híbrido	VisãoPrev	Telefônica Brasil
VISÃO	Contribuição Definida (CD) / Híbrido	VisãoPrev	Telefônica Brasil, TData, Terra Networks e TGLog

Os detalhes sobre os planos informados acima, são os mesmos divulgados na nota 30) Planos de Previdência e Outros Benefícios Pós-Emprego, divulgada nas demonstrações financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017.

A seguir, demonstramos a movimentação e saldos consolidados dos planos *superavitários* e *deficitários*:

	Consolidado		
	Planos superavitários	Planos deficitários	Total
Saldos em 31.12.16	9.041	(327.670)	(318.629)
Custo do serviço corrente	(2.362)	(5.754)	(8.116)
Juros líquidos sobre o valor de ativo/passivo de benefício definido	884	(26.805)	(25.921)
Contribuições e benefícios pagos pelos empregadores	2.096	8.241	10.337
Combinação de negócios (nota 1.c)	13	(680)	(667)
Saldos em 30.09.17	9.672	(352.668)	(342.996)
Custo do serviço corrente	(295)	(2.239)	(2.534)
Juros líquidos sobre o valor de ativo/passivo de benefício definido	259	(8.921)	(8.662)
Contribuições e benefícios pagos pelos empregadores	(358)	3.741	3.383
Efeitos em resultados abrangentes	555	(171.851)	(171.296)
Saldos em 31.12.17	9.833	(531.938)	(522.105)
Custo do serviço corrente	(1.834)	(10.656)	(12.490)
Juros líquidos sobre o valor de ativo/passivo de benefício definido	767	(39.741)	(38.974)
Contribuições e benefícios pagos pelos empregadores	1.476	13.128	14.604
Saldos em 30.09.18	10.242	(569.207)	(558.965)

Dos montantes de planos superavitários apresentados no quadro acima, a Companhia tem registrado os montantes consolidados de R\$10.242 e R\$9.833 em 30 de setembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017, respectivamente, nota 10.

30) INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE CAPITAL E RISCOS

a) Instrumentos Financeiros Derivativos

As contratações de instrumentos financeiros derivativos na Companhia têm principalmente o objetivo de proteção de risco cambial decorrentes de ativos e passivos em moeda estrangeira, proteção ao risco de variação da inflação de sua debênture e de arrendamento mercantil indexados ao IPCA e proteção ao risco de variação da TJLP de uma parcela da dívida com o BNDES. Não há, instrumentos financeiros derivativos com propósitos de especulação e os possíveis riscos cambiais estão protegidos (*hedged*).

A Companhia mantém controles internos com relação aos seus instrumentos financeiros derivativos que, na opinião da Administração, são adequados para controlar os riscos associados a cada estratégia de atuação no mercado. Os resultados obtidos pela Companhia em relação a seus instrumentos financeiros derivativos demonstram que o gerenciamento dos riscos por parte da Administração vem sendo realizado de maneira apropriada.

Desde que estes contratos de instrumentos financeiros derivativos sejam qualificados como contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*), o risco coberto pode também ser ajustado a valor justo, compensando o resultado dos instrumentos financeiros derivativos, conforme as regras de *hedge accounting*. Essa contabilidade de *hedge* se aplica tanto a passivos financeiros quanto aos fluxos de caixa prováveis em moeda estrangeira.

Em 30 de setembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017, a Companhia não possuía contratos de instrumentos financeiros derivativos embutidos.

Os contratos de instrumentos financeiros derivativos possuem cláusulas específicas para penalidade em caso de quebra de contrato. A quebra de contrato prevista nos acordos efetuados com as instituições financeiras é caracterizada por descumprimento de cláusula contratual, resultando na liquidação antecipada do contrato.

a.1) Valores justos dos instrumentos financeiros

O método de valoração utilizado para o cálculo do valor justo dos passivos financeiros (quando aplicável) e instrumentos financeiros derivativos foi o fluxo de caixa descontado considerando expectativas de liquidação ou realização de passivos e ativos às taxas de mercado vigentes na data do balanço.

Os valores justos das posições em reais são calculados projetando os fluxos futuros das operações, utilizando as curvas da B3 e trazendo a valor presente utilizando as taxas de DI de mercado para *swaps*, divulgadas pela B3.

Os valores de mercado dos instrumentos financeiros derivativos cambiais foram obtidos utilizando as taxas de câmbio de mercado vigentes na data do balanço e as taxas projetadas pelo mercado obtidas de curvas de cupom da moeda. Para a apuração do cupom das posições indexadas em moeda estrangeira foi adotada a convenção linear 360 dias corridos e para a apuração do cupom das posições indexadas ao CDI foi adotada a convenção exponencial 252 dias úteis.

Os instrumentos financeiros derivativos consolidados abaixo estão registrados na B3, sendo classificados como *swaps*, usualmente, não requerendo depósitos de margem.

	Consolidado			
			Efeito acumulado do valor justo	
	Valor de referência		Valor a receber (a pagar)	
Descrição	30.09.18	31.12.17	30.09.18	31.12.17
Contratos de swaps				
Ponta Ativa	1.140.593	1.181.056	132.830	164.405
Moeda estrangeira	300.991	326.149	84.164	102.876
US\$ (1) (2)	188.953	201.445	38.534	49.110
EUR (2)	52.194	11.000	6.219	449
LIBOR US\$ (1)	59.844	113.704	39.411	53.317
Taxa pós	686.135	657.868	20.394	28.263
CDI (1) (2)	478.603	263.518	9.029	82
TJLP (4)	207.532	394.350	11.365	28.181
Índices de inflação	153.467	197.039	28.272	33.266
IPCA (3) (5)	153.467	166.775	28.272	33.266
IGPM (6)	-	30.264	-	-
Ponta Passiva	(1.140.593)	(1.181.056)	(21.627)	(20.651)
Taxa pós	(632.068)	(860.686)	(21.627)	(20.651)
CDI (1) (2) (3) (4) (5) (6)	(632.068)	(860.686)	(21.627)	(20.651)
Moeda estrangeira	(508.525)	(320.370)	-	-
US\$ (2)	(352.097)	(183.824)	-	-
EUR (1) (2)	(126.506)	(79.694)	-	-
LIBOR US\$ (1)	(29.922)	(56.852)	-	-
Ponta ativa			132.830	164.405
Circulante			105.785	87.643
Não Circulante			27.045	76.762
Ponta passiva			(21.627)	(20.651)
Circulante			(3.005)	(5.239)
Não Circulante			(18.622)	(15.412)
Valores a receber, líquidos			111.203	143.754

(1) *Swap* de moeda estrangeira (dólar e libor) x CDI (R\$145.968) – operações de *swap* contratadas com vencimentos variados, de acordo com os vencimentos da dívida, com o objetivo de proteger risco de variação cambial da operação de empréstimos em dólar da Companhia (valor contábil de R\$142.631).

(2) *Swap* de moeda estrangeira (euro e CDI x euro) (R\$67.940) e (dólar e CDI x dólar) (R\$194.189) – operações de *swap* contratadas com vencimentos até 13 de novembro de 2018, com o objetivo de proteger contra riscos de variação cambial de valores líquidos a receber (valor contábil de R\$67.984 em euro) e (valor contábil de R\$194.173 em dólar).

- (3) *Swap* IPCA x percentual do CDI (R\$41.745) – operações de *swap* contratadas com vencimentos anuais até 2019 com o objetivo de proteger o fluxo idêntico ao das debêntures (4ª emissão – 3ª série) indexadas ao IPCA (saldo contábil de R\$42.236).
- (4) *Swap* TJLP x CDI (R\$217.915) – operações de *swap* contratadas com vencimentos até 2019 com o objetivo de proteger o risco de variação da TJLP da operação de empréstimo com o BNDES (valor contábil de R\$228.605).
- (5) *Swap* IPCA x CDI (R\$226.421) – operações de *swap* contratadas com vencimentos em 2033 com o objetivo de proteger o risco de variação do IPCA de arrendamento financeiro (valor contábil de R\$227.154).
- (6) As informações de 31 de dezembro de 2017 referem-se ao *swap* IGPM x CDI, operações de *swap* contratadas com o objetivo de proteger o risco de variação do IGPM em compromissos regulatórios vinculados a licença 4G. O compromisso da licença 4G foi quitado junto à EAD em 31 de janeiro de 2018 por R\$42.842 (nota 21) e as respectivas operações de *swap* foram finalizadas nesta mesma data.

A seguir, apresentamos a distribuição dos vencimentos dos contratos de *swap* e opções em 30 de setembro de 2018:

	Controladora / Consolidado				
	Vencimento em				Valor a receber (pagar) em 30.09.18
Contrato de swap	2018	2019	2020	2021 em diante	
Moeda Estrangeira x CDI	23.330	53.576	-	-	76.906
CDI x Moeda Estrangeira	13.511	(223)	-	-	13.288
TJLP x CDI	4.317	7.048	-	-	11.365
IPCA x CDI	232	10.574	1.457	(2.619)	9.644
Total	41.390	70.975	1.457	(2.619)	111.203

Para fins de preparação destas demonstrações financeiras, a Companhia adotou a metodologia de contabilidade de *hedge* de valor justo para os seus *swaps* de moeda estrangeira x CDI, IPCA x CDI e TJLP x CDI destinados à cobertura de dívida financeira. Nessa sistemática, tanto o derivativo quanto o risco coberto são valorados pelo seu valor justo.

A ineficácia em 30 de setembro de 2018 foi de R\$955 (R\$1.289 em 31 de dezembro de 2017).

Em 30 de setembro de 2018 e 2017, os instrumentos financeiros derivativos geraram resultados consolidados líquidos negativos de R\$5.113 e R\$63.852, respectivamente (nota 26).

a.2) Análise de sensibilidade às variáveis de risco da Companhia

A Deliberação CVM 604/09 estabelece que as companhias abertas, em complemento ao disposto no CPC 40 (R1) Instrumentos Financeiros: Evidenciação (IFRS 7) devem divulgar quadro demonstrativo de análise de sensibilidade para cada tipo de risco de mercado considerado relevante pela Administração, originado por instrumentos financeiros, ao qual a entidade esteja exposta na data de encerramento de cada período, incluídas todas as operações com instrumentos financeiros derivativos.

Em cumprimento ao disposto acima, cada uma das operações com instrumentos financeiros derivativos foi avaliada considerando um cenário de realização provável e dois cenários que possam gerar resultados adversos para a Companhia.

No cenário provável foi considerada a premissa de se manter, nas datas de vencimento de cada uma das operações, o que o mercado vem sinalizando através das curvas de mercado (moedas e juros) da B3, assim como dados disponíveis no IBGE, Banco Central, FGV, entre outras. Desta maneira, no cenário provável, não há impacto sobre o valor justo dos instrumentos financeiros derivativos já apresentados anteriormente. Para os cenários II e III, considerou-se, conforme instrução da CVM, uma deterioração de 25% e 50%, respectivamente, nas variáveis de risco.

Como a Companhia possui somente instrumentos financeiros derivativos para proteção de seus ativos e passivos em moeda estrangeira, as variações dos cenários são acompanhadas dos respectivos objetos de proteção, mostrando assim que os efeitos são praticamente nulos. Para estas operações, a Companhia divulga a seguir a exposição líquida consolidada em cada um dos três cenários mencionados em 30 de setembro de 2018.

Consolidado				
Operação	Fatores de Risco	Provável	Deterioração 25%	Deterioração 50%
Hedge (ponta passiva)	Derivativos (Risco desvalorização EUR)	(67.940)	(84.925)	(101.909)
Contas a pagar em EUR	Dívida (Risco valorização EUR)	(26.266)	(32.833)	(39.399)
Contas a receber em EUR	Dívida (Risco desvalorização EUR)	94.250	117.812	141.375
	Exposição Líquida	44	54	67
Hedge (ponta passiva)	Derivativos (Risco desvalorização US\$)	(194.189)	(242.736)	(291.284)
Contas a pagar em US\$	Dívida (Risco valorização US\$)	(210.130)	(262.662)	(315.195)
Contas a receber em US\$	Dívida (Risco desvalorização US\$)	404.303	505.378	606.454
	Exposição Líquida	(16)	(20)	(25)
Hedge (ponta ativa)	Derivativos (Risco queda IPCA)	268.168	248.125	230.790
Dívida em IPCA	Dívidas (Risco aumento IPCA)	(348.141)	(328.098)	(310.763)
	Exposição Líquida	(79.973)	(79.973)	(79.973)
Hedge (ponta ativa)	Derivativos (Risco queda UMBND)	145.968	181.977	217.802
Dívida em UMBND	Dívidas (Risco aumento UMBND)	(142.631)	(178.431)	(213.742)
	Exposição Líquida	3.337	3.546	4.060
Hedge (ponta ativa)	Derivativos (Risco queda TJLP)	217.915	216.622	215.358
Dívida em TJLP	Dívidas (Risco aumento TJLP)	(1.098.823)	(1.097.469)	(1.096.146)
	Exposição Líquida	(880.908)	(880.847)	(880.788)
Hedge (ponta CDI)				
Hedge US\$ e EUR (ponta ativa)	Derivativos (Risco queda CDI)	(274.096)	(273.787)	(273.483)
Hedge IPCA (ponta passiva)	Derivativos (Risco aumento CDI)	(268.168)	(248.125)	(230.790)
Hedge UMBND (ponta passiva)	Derivativos (Risco aumento CDI)	(145.968)	(181.977)	(217.802)
Hedge TJLP (ponta passiva)	Derivativos (Risco aumento CDI)	(217.915)	(216.622)	(215.358)
	Exposição líquida	(906.147)	(920.511)	(937.433)
Exposição líquida total em cada cenário		(1.863.663)	(1.877.751)	(1.894.092)
Efeito líquido na variação do valor justo atual		-	(14.088)	(30.429)

As premissas utilizadas pela Companhia para a análise de sensibilidade em 30 de setembro de 2018 foram as seguintes:

Variável de Risco	Provável	Deterioração 25%	Deterioração 50%
US\$	4,0039	5,0049	6,0059
EUR	4,6375	5,7969	6,9563
JPY	0,0353	0,0441	0,0529
IPCA	4,44%	5,55%	6,66%
IGPM	10,04%	12,54%	15,05%
IGP-DI	10,04%	12,55%	15,07%
UMBND	0,0782	0,0977	0,1172
TJLP	0,0656	0,0820	0,0984
CDI	6,39%	7,99%	9,59%

Para cálculo da exposição líquida da análise de sensibilidade, todos os instrumentos financeiros derivativos foram considerados a valor de mercado e apenas os elementos protegidos designados sob a metodologia de contabilidade de *hedge* de valor justo também foram considerados pelo seu valor justo.

Os valores justos, demonstrados no quadro acima, partem de uma posição da carteira em 30 de setembro de 2018, porém não refletem uma previsão de realização devido ao dinamismo do mercado, constantemente monitorado pela Companhia. A utilização de diferentes premissas pode afetar significativamente as estimativas.

b) Valor Justo

A Companhia e controladas avaliaram seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, tanto as interpretações dos dados de mercado quanto a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e razoáveis estimativas para se produzir o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias pode ter um efeito relevante nos valores de realização estimados. Em 30 de setembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017, a Companhia ou controladas não identificaram reduções significantes e prolongadas no valor recuperável de seus instrumentos financeiros.

O valor justo para todos os ativos e passivos é categorizado dentro da hierarquia de valor justo descrita a seguir, com base na informação de nível mais baixo que seja significativa à mensuração do valor justo como um todo:

Nível 1: preços de mercado cotados (não ajustados) nos mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;

Nível 2: técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável; e

Nível 3: técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível.

Os quadros a seguir apresentam a composição e classificação dos ativos e passivos financeiros em 30 de setembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017, considerando as premissas da IFRS 9. No decorrer dos períodos demonstrados nos quadros a seguir, não ocorreram transferências entre avaliações de valor justo de nível 3 e níveis 1 e 2.

Controladora						
	Classificação por categoria	Hierarquia de valor justo	Saldo contábil		Valor justo	
			30.09.18	31.12.17	30.09.18	31.12.17
Ativos Financeiros						
Circulante						
Caixa e equivalentes de caixa - Caixa e contas bancárias (nota 3)	Custo amortizado		113.099	114.556	113.099	114.556
Caixa e equivalentes de caixa - Aplicações financeiras (nota 3)	Mensurado a valor justo por meio do resultado	Nível 2	3.236.593	3.566.617	3.236.593	3.566.617
Contas a receber (nota 4)	Custo amortizado		8.566.785	8.413.403	8.566.785	8.413.403
Instrumentos financeiros derivativos (nota 30)	Mensurado a valor justo por meio do resultado	Nível 2	15.470	2.480	15.470	2.480
Instrumentos financeiros derivativos (nota 30)	Mensurado a valor justo através do resultado abrangente	Nível 2	89.698	85.163	89.698	85.163
Não Circulante						
Aplicações financeiras em garantia	Mensurado a valor justo por meio do resultado	Nível 2	79.686	81.472	79.686	81.472
Contas a receber (nota 4)	Custo amortizado		173.797	167.682	173.797	167.682
Instrumentos financeiros derivativos (nota 30)	Mensurado a valor justo através do resultado abrangente	Nível 2	27.045	76.762	27.045	76.762
Total de ativos financeiros			12.302.173	12.508.135	12.302.173	12.508.135
Passivos Financeiros						
Circulante						
Fornecedores (nota 15)	Custo amortizado		9.054.673	8.560.844	9.054.673	8.560.844
Empréstimos e financiamentos (nota 20)	Custo amortizado		1.079.900	1.316.034	1.203.861	1.463.609
Empréstimos e financiamentos (nota 20)	Mensurado a valor justo por meio do resultado	Nível 2	361.899	304.921	302.068	317.231
Debêntures (nota 20)	Custo amortizado		66.811	1.412.174	247.288	1.532.427
Debêntures (nota 20)	Mensurado a valor justo por meio do resultado	Nível 2	1.537	312	1.576	1.490
Instrumentos financeiros derivativos (nota 30)	Mensurado a valor justo por meio do resultado	Nível 2	2.632	4.372	2.632	4.372
Instrumentos financeiros derivativos (nota 30)	Mensurado a valor justo através do resultado abrangente	Nível 2	373	735	373	735
Não Circulante						
Empréstimos e financiamentos (nota 20)	Custo amortizado		924.017	1.353.582	870.909	1.291.974
Empréstimos e financiamentos (nota 20)	Mensurado a valor justo por meio do resultado	Nível 2	320.149	520.421	318.276	505.422
Contraprestação contingente (nota 20)	Mensurado a valor justo por meio do resultado	Nível 2	461.026	446.144	461.026	446.144
Debêntures (nota 20)	Custo amortizado		3.049.599	3.068.243	2.878.927	2.866.372
Debêntures (nota 20)	Mensurado a valor justo por meio do resultado	Nível 2	40.699	40.010	39.980	37.717
Instrumentos financeiros derivativos (nota 30)	Mensurado a valor justo através do resultado abrangente	Nível 2	18.622	15.412	18.622	15.412
Total de passivos financeiros			15.381.937	17.043.204	15.400.211	17.043.749

Consolidado						
	Classificação por categoria	Hierarquia de valor justo	Saldo contábil		Valor justo	
			30.09.18	31.12.17	30.09.18	31.12.17
Ativos Financeiros						
Circulante						
Caixa e equivalentes de caixa - Caixa e contas bancárias (nota 3)	Custo amortizado		113.070	117.799	113.070	117.799
Caixa e equivalentes de caixa - Aplicações financeiras (nota 3)	Mensurado a valor justo por meio do resultado	Nível 2	3.600.684	3.932.539	3.600.684	3.932.539
Contas a receber (nota 4)	Custo amortizado		8.670.107	8.588.466	8.670.107	8.588.466
Instrumentos financeiros derivativos (nota 30)	Mensurado a valor justo por meio do resultado	Nível 2	16.087	2.480	16.087	2.480
Instrumentos financeiros derivativos (nota 30)	Mensurado a valor justo através do resultado abrangente	Nível 2	89.698	85.163	89.698	85.163
Não Circulante						
Aplicações financeiras em garantia	Mensurado a valor justo por meio do resultado	Nível 2	79.953	81.486	79.953	81.486
Contas a receber (nota 4)	Custo amortizado		331.481	273.888	331.481	273.888
Instrumentos financeiros derivativos (nota 30)	Mensurado a valor justo através do resultado abrangente	Nível 2	27.045	76.762	27.045	76.762
Total de ativos financeiros			12.928.125	13.158.583	12.928.125	13.158.583
Passivos Financeiros						
Circulante						
Fornecedores (nota 15)	Custo amortizado		8.109.680	7.447.100	8.109.680	7.447.100
Empréstimos e financiamentos (nota 20)	Custo amortizado		1.079.900	1.316.034	1.203.861	1.463.609
Empréstimos e financiamentos (nota 20)	Mensurado a valor justo por meio do resultado	Nível 2	361.899	304.921	302.068	317.231
Debêntures (nota 20)	Custo amortizado		66.811	1.412.174	247.288	1.532.427
Debêntures (nota 20)	Mensurado a valor justo por meio do resultado	Nível 2	1.537	312	1.576	1.490
Instrumentos financeiros derivativos (nota 30)	Mensurado a valor justo por meio do resultado	Nível 2	2.632	4.504	2.632	4.504
Instrumentos financeiros derivativos (nota 30)	Mensurado a valor justo através do resultado abrangente	Nível 2	373	735	373	735
Não Circulante						
Empréstimos e financiamentos (nota 20)	Custo amortizado		924.017	1.353.582	870.909	1.291.974
Empréstimos e financiamentos (nota 20)	Mensurado a valor justo por meio do resultado	Nível 2	320.149	520.421	318.276	505.422
Contraprestação contingente (nota 20)	Mensurado a valor justo por meio do resultado	Nível 2	461.026	446.144	461.026	446.144
Debêntures (nota 20)	Custo amortizado		3.049.599	3.068.243	2.878.927	2.866.372
Debêntures (nota 20)	Mensurado a valor justo por meio do resultado	Nível 2	40.699	40.010	39.980	37.717
Instrumentos financeiros derivativos (nota 30)	Mensurado a valor justo através do resultado abrangente	Nível 2	18.622	15.412	18.622	15.412
Total de passivos financeiros			14.436.944	15.929.592	14.455.218	15.930.137

c) Gestão de Capital

O objetivo da gestão de capital da Companhia é assegurar que se mantenha um *rating* de crédito forte perante as instituições e uma relação de capital ótima, a fim de suportar os negócios da Companhia e maximizar o valor aos acionistas.

A Companhia administra sua estrutura de capital fazendo ajustes e adequando às condições econômicas atuais. Com esse objetivo, a Companhia pode efetuar pagamentos de dividendos, captação de novos empréstimos, emissão de debêntures e a contratação de instrumentos financeiros derivativos. Para o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2018, não houve mudança nos objetivos, políticas ou processos de estrutura de capital.

A Companhia inclui na estrutura de dívida líquida os saldos de: empréstimos, financiamentos, debêntures, arrendamento financeiro, contraprestação contingente e instrumentos financeiros derivativos, deduzidos de caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras em garantia ao financiamento do BNB e ativo garantidor do passivo de contraprestação contingente.

Os índices de endividamento líquido consolidado sobre o patrimônio líquido da Companhia são compostos das seguintes formas:

	Consolidado	
	30.09.18	31.12.17
Caixa e equivalentes de caixa	3.713.754	4.050.338
Empréstimos, financiamentos, debêntures, arrendamento financeiro e contraprestação contingente	(6.305.637)	(8.461.841)
Instrumentos financeiros derivativos, líquidos	111.203	143.754
Aplicações financeiras em garantia à dívida	12.285	11.722
Ativo garantidor da contraprestação contingente	461.026	446.144
Endividamento líquido	2.007.369	3.809.883
Patrimônio líquido	71.461.496	69.461.358
Índice de endividamento líquido	2,81%	5,48%

d) Política de Gestão de Riscos

A Companhia e controladas estão expostas a diversos riscos de mercado, como consequência das suas operações comerciais, de dívidas contraídas para financiar seus negócios e instrumentos financeiros relacionados ao seu endividamento.

d.1) Risco de Taxa de Câmbio

Há o risco decorrente da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de câmbio, que aumentem as despesas decorrentes de seu passivo de empréstimo em moeda estrangeira.

Em 30 de setembro de 2018, 2,3% da dívida financeira eram denominadas em moeda estrangeira (2,7% em 31 de dezembro de 2017). A Companhia contrata instrumentos financeiros derivativos (*hedge* cambial) junto a instituições financeiras para proteger-se da variação cambial decorrente da totalidade de seu endividamento financeiro em moeda estrangeira (R\$142.631 e R\$225.254 em 30 de setembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017, respectivamente). Desta forma, a totalidade do endividamento nestas datas era coberta por posições ativas de operações de *hedge* cambial com *swap* para CDI.

Há também o risco cambial associado aos ativos e passivos não financeiros denominados em moeda estrangeira, que podem gerar um menor valor a receber ou um maior valor a pagar, de acordo com a variação cambial do período.

Foram contratadas operações de cobertura para minimizar o risco associado à variação cambial de seus ativos e passivos não financeiros em moeda estrangeira. Este saldo sofre alterações diárias devido à dinâmica do negócio, no entanto a Companhia visa cobrir o saldo líquido destes direitos e obrigações (US\$48.496 mil e €14.660 mil a receber em 30 de setembro de 2018 e US\$16.953 mil e €17.535 mil a receber em 31 de dezembro de 2017) para minimizar seus riscos cambiais.

d.2) Risco de Taxa de Juros e Inflação

Este risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas caso ocorra um movimento desfavorável nas taxas de juros internas, que podem afetar negativamente as despesas financeiras decorrentes da parcela das debêntures referenciadas ao CDI e das posições passivas de instrumentos financeiros derivativos (*hedge cambial*, IPCA e TJLP) contratados a taxas de juros flutuantes (CDI).

A dívida com o BNDES tem como indexador a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), fixada trimestralmente pelo Conselho Monetário Nacional. No primeiro trimestre de 2017, a TJLP era de 7,5%. A partir do segundo trimestre de 2017, a TJLP manteve-se em 7,0% até o final do ano. No primeiro trimestre de 2018, a TJLP era de 6,75%, passando para 6,60% no segundo trimestre de 2018, passando para 6,56% no terceiro trimestre de 2018.

O risco de taxa de inflação decorre das debêntures da 1ª Emissão – Minas Comunica, indexadas ao IPCA, que pode afetar negativamente as despesas financeiras caso ocorra um movimento desfavorável neste indexador.

Para reduzir a exposição à taxa de juros variável local (CDI), a Companhia e controladas investem o excesso de disponibilidade de R\$3.600.684 e R\$3.932.539 em 30 de setembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017, respectivamente, principalmente em aplicações financeiras (Certificados de Depósitos Bancários) de curto prazo baseadas na variação do CDI. Os valores contábeis desses instrumentos aproximam-se dos valores de mercado, em razão de serem resgatáveis a curto prazo.

d.3) Risco de Liquidez

O risco de liquidez consiste na eventualidade da Companhia ou controladas não disporem de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função das diferentes moedas e prazos de realização / liquidação de seus direitos e obrigações.

A Companhia estrutura os vencimentos dos instrumentos financeiros não derivativos, conforme demonstrado na nota 20, e de seus respectivos instrumentos financeiros derivativos conforme demonstrado no cronograma de pagamentos divulgado nesta nota, de modo a não afetar a sua liquidez.

O gerenciamento da liquidez e do fluxo de caixa da Companhia é efetuado diariamente por sua área de gestão, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos, não gerando riscos de liquidez.

A seguir, apresentamos um sumário do perfil de vencimento dos passivos financeiros consolidados, previstos em contratos:

Em 30.09.18	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos	Total
Fornecedores (nota 15)	8.109.680	-	-	-	8.109.680
Empréstimos, financiamentos e arrendamento financeiro (nota 20)	1.441.799	454.743	613.938	175.485	2.685.965
Contraprestação contingente (nota 20)	-	-	-	461.026	461.026
Debêntures (nota 20)	68.348	66.948	3.023.350	-	3.158.646
Instrumentos financeiros derivativos (nota 30)	3.005	-	-	18.622	21.627
Total	9.622.832	521.691	3.637.288	655.133	14.436.944

Em 31.12.17	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos	Total
Fornecedores (nota 15)	7.447.100	-	-	-	7.447.100
Empréstimos, financiamentos e arrendamento financeiro (nota 20)	1.620.955	780.904	885.411	207.688	3.494.958
Contraprestação contingente (nota 20)	-	-	-	446.144	446.144
Debêntures (nota 20)	1.412.486	66.252	3.042.001	-	4.520.739
Instrumentos financeiros derivativos (nota 30)	5.239	93	-	15.319	20.651
Total	10.485.780	847.249	3.927.412	669.151	15.929.592

d.4) Risco de Crédito

O risco surge da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes e das vendas de aparelhos e cartões pré-pagos pré-ativados para a rede de distribuidores.

O risco de crédito com as contas a receber é diversificado e minimizado por um controle estrito da base de clientes. A Companhia monitora constantemente o nível de contas a receber de serviços pós-pagos e limitam o risco de contas indêbitas cortando o acesso à linha telefônica se a fatura está vencida. A base de clientes móveis é predominantemente na modalidade pré-pago, a qual requer o carregamento antecipado e, portanto, não representa risco de crédito. São feitas exceções aos serviços de emergência que devem ser mantidos por razões de segurança ou defesa nacional.

O risco de crédito na venda de aparelhos e cartões pré-pagos pré-ativados é administrado por uma política conservadora na concessão de crédito, por meio de métodos modernos de gestão, que envolvem a aplicação de técnicas de *credit scoring*, análise de demonstrações e informações financeiras e consulta as bases de dados comerciais, além da solicitação de garantias.

A Companhia e controladas também estão sujeitas a risco de crédito oriundo de suas aplicações financeiras, de cartas fiança recebidas como garantia de algumas operações e valores a receber de instrumentos financeiros derivativos. A Companhia e controladas atuam controlando o limite de crédito concedido a cada contraparte e diversificando esta exposição entre instituições financeiras de primeira linha, conforme política de crédito de contrapartes financeiras vigente.

d.5) Riscos Socioambientais

Nossas operações e propriedades estão sujeitas a diversas leis e regulamentos ambientais que, entre outras coisas, regem licenças e registros ambientais, proteção à fauna e à flora, emissões atmosféricas, gestão de resíduos e remediação de áreas contaminadas, entre outros. Se não conseguirmos cumprir requisitos presentes e futuros, ou identificar e gerenciar contaminações novas ou já existentes, teremos de incorrer em custos significativos, os quais incluem custos de limpeza, indenizações, compensações, multas, suspensão das atividades e outras penalidades, investimentos para melhorar nossas instalações ou alterar nossos processos, ou interrupção das operações. A identificação de condições ambientais atualmente não identificadas, fiscalizações mais rigorosas por parte de agências reguladoras, a entrada em vigor de leis e regulamentos mais severos ou outros eventos não previstos pode vir a ocorrer e, em última análise, resultar em passivos ambientais significativos e seus respectivos custos. A ocorrência de algum dos fatores acima poderia ter um efeito adverso material sobre nosso negócio, o resultado de nossas operações e de nossa situação financeira e patrimonial. De acordo com o artigo 75 da Lei nº 9.605, de 1998, o valor máximo de multa por descumprimento da lei ambiental é de R\$50.000.

Do ponto de vista social, estamos expostos a passivos contingentes em decorrência do fato de nossa estrutura prever a contratação de prestadores de serviços terceirizados. Esses passivos potenciais podem envolver reclamações trabalhistas por parte de funcionários das prestadoras de serviços que, em demandas em face da prestadora de serviços e da Companhia, pedem a condenação da Companhia de forma subsidiária, ou seja, podemos ser compelidos a pagar caso a prestadora não arque com essas obrigações. Existe ainda uma possibilidade mais remota de que esses funcionários sejam tratados como diretos por parte da Companhia, o que geraria o risco de uma condenação solidária. As demandas que são de conhecimento da Companhia já estão devidamente provisionadas.

d.6) Seguros

A política da Companhia e controladas, bem como do Grupo Telefónica, inclui a manutenção de cobertura de seguros para todos os ativos e responsabilidades de valores relevantes de alto risco, de acordo com o julgamento da Administração, seguindo orientações do programa corporativo da Telefónica.

Em 30 de setembro de 2018, os limites máximos de indenização (estabelecidos conforme os contratos de cada sociedade consolidada pela Companhia) para os principais ativos, responsabilidades ou interesses cobertos por seguros e os respectivos montantes eram de R\$850.000 para riscos operacionais (com lucros cessantes) e R\$75.000 para responsabilidade civil geral (RCG).

d.7) Outros Riscos

A Companhia está sujeita ao cumprimento da legislação nacional relacionada ao combate à corrupção, assim como à legislação estrangeira relativa ao mesmo tema nas jurisdições em que atua como emissora de títulos e valores mobiliários. Em particular, a Companhia está sujeita ao cumprimento, no Brasil, da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, bem como do *US Foreign Corrupt Practices Act* de 1977, nos Estados Unidos da América.

Apesar de a Companhia possuir políticas e procedimentos internos concebidos para garantir o cumprimento dessas legislações, não é possível assegurar que tais políticas e procedimentos serão suficientes ou que funcionários, conselheiros, diretores, sócios, representantes ou prestadores de serviço da Companhia não adotarão algum tipo de ação em violação a tais políticas e procedimentos (ou em violação às legislações voltadas ao combate à corrupção) que possa gerar, em última instância, responsabilidade para eles ou para a Companhia. Violações às legislações voltadas ao combate à corrupção podem ocasionar penalidades financeiras, danos à reputação da Companhia, ou outras consequências legais que podem afetar negativamente as atividades da Companhia, os resultados de suas operações ou sua condição financeira.

Em relação às mencionadas políticas e procedimentos, a Companhia está presentemente conduzindo uma apuração interna – a qual é parte de uma apuração mais ampla conduzida pela Telefônica, S.A., acionista controladora da Companhia - relacionada a possíveis violações às legislações supramencionadas. A Companhia está em contato com autoridades governamentais acerca dessa matéria e pretende cooperar com as autoridades à medida em que a apuração continue. Não é possível, no atual momento, determinar o escopo, a duração ou as possíveis consequências de referida apuração.

31) COMPROMISSOS E GARANTIAS (ALUGUÉIS)

A Companhia e controladas alugam equipamentos, instalações e lojas, prédios administrativos e *sites* (estações rádio base e torres instaladas), por meio de vários contratos operacionais não canceláveis que vencem em datas diferentes, cujos pagamentos são mensais.

Em 30 de setembro de 2018, os valores totais equivalentes ao período integral dos contratos, eram:

	Controladora	Consolidado
Até um ano	2.517.801	2.518.350
Um ano até cinco anos	7.535.620	7.537.853
Mais de cinco anos	4.091.974	4.092.705
Total	14.145.395	14.148.908

32) INFORMAÇÕES ADICIONAIS AOS FLUXOS DE CAIXA

a) Reconciliação das atividades de financiamento dos fluxos de caixa

A seguir, apresentamos a reconciliação das atividades de financiamento dos fluxos de caixa consolidados para os períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2018 e 2017.

	Fluxos de caixa nas atividades de financiamento		Fluxos de caixa nas atividades operacionais	Atividades de financiamento que não envolvem caixa e equivalentes de caixa				
	Saldos em 31.12.16	Ingressos	Liquidações	Liquidações	Encargos financeiros e atualizações monetárias e cambiais	Ingressos de arrendamento financeiro e financiamento a fornecedores	Deliberações e prescrições relacionadas a remunerações a acionistas	Saldos em 30.09.17
Dividendos e juros sobre o capital próprio	2.195.031	-	(1.304.161)	-	-	-	2.634.585	3.525.455
Empréstimos e financiamentos	4.880.606	39.878	(1.523.798)	(240.508)	269.747	280.019	-	3.705.944
Arrendamentos financeiros	374.428	-	(27.667)	(8.985)	41.355	9.061	-	388.192
Debêntures	3.554.307	2.000.000	(2.000.000)	(446.309)	414.093	-	-	3.522.091
Instrumentos financeiros derivativos	(28.377)	-	(55.316)	980	63.876	-	-	(18.837)
Contraprestação contingente	414.733	-	-	-	25.663	-	-	440.396
Total	11.390.728	2.039.878	(4.910.942)	(694.822)	814.734	289.080	2.634.585	11.563.241

	Fluxos de caixa nas atividades de financiamento		Fluxos de caixa nas atividades operacionais	Atividades de financiamento que não envolvem caixa e equivalentes de caixa				
	Saldos em 31.12.17	Ingressos	Liquidações	Liquidações	Encargos financeiros e atualizações monetárias e cambiais	Ingressos de arrendamento financeiro e financiamento a fornecedores	Deliberações e prescrições relacionadas a remunerações a acionistas	Saldos em 30.09.18
Dividendos e juros sobre o capital próprio	2.396.116	-	(2.003.224)	-	-	-	4.837.702	5.230.594
Empréstimos e financiamentos	3.109.498	-	(1.172.354)	(168.458)	191.045	349.715	-	2.309.446
Arrendamentos financeiros	385.460	-	(27.224)	(10.425)	15.255	13.453	-	376.519
Debêntures	4.520.739	-	(1.324.723)	(231.702)	194.332	-	-	3.158.646
Instrumentos financeiros derivativos	(143.754)	-	25.517	-	7.034	-	-	(111.203)
Contraprestação contingente	446.144	-	-	-	14.882	-	-	461.026
Total	10.714.203	-	(4.502.008)	(410.585)	422.548	363.168	4.837.702	11.425.028

b) Principais transações de não envolvem caixa

As principais transações que não envolvem caixa da Companhia referem-se à aquisição de ativos por meio de arrendamentos financeiros e ingressos de financiamentos com fornecedores, conforme apresentado a seguir:

	Controladora / Consolidado	
	Período de nove meses findo em	
	30.09.18	30.09.17
Ingressos de financiamentos com fornecedores	349.715	280.019
Aquisição de ativos por meio de arrendamentos financeiros	13.453	9.061
Total	363.168	289.080

33) INFORMAÇÕES ADICIONAIS DA DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS CONSOLIDADOS – IFRS 15

As demonstrações dos resultados para o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2018 contemplam os efeitos da adoção da IFRS 15. Para facilitar o entendimento e a comparabilidade das informações, apresentamos a seguir as demonstrações dos resultados consolidados para os períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2018 e 2017, excluindo os efeitos da adoção da IFRS 15 em 2018.

	Período de nove meses findo em 30.09.18			Período de nove meses findo em 30.09.17
	DRE (IFRS 15)	Ajustes IFRS 15	DRE (IAS 18)	DRE (IAS 18)
Receita operacional líquida	32.377.261	(23.077)	32.354.184	32.173.292
Custos dos serviços prestados e mercadorias vendidas	(15.426.953)	-	(15.426.953)	(15.172.547)
Lucro bruto	16.950.308	(23.077)	16.927.231	17.000.745
Receitas (despesas) operacionais	(9.217.666)	(40.399)	(9.258.065)	(12.144.321)
Despesas com comercialização	(9.653.228)	(40.399)	(9.693.627)	(9.812.347)
Despesas gerais e administrativas	(1.896.390)	-	(1.896.390)	(1.834.996)
Outras receitas operacionais	3.780.383	-	3.780.383	270.572
Outras despesas operacionais	(1.448.431)	-	(1.448.431)	(767.550)
Lucro operacional	7.732.642	(63.476)	7.669.166	4.856.424
Receitas financeiras	3.699.511	-	3.699.511	1.513.353
Despesas financeiras	(1.747.420)	-	(1.747.420)	(2.238.523)
Resultado de equivalência patrimonial	(4.914)	-	(4.914)	1.362
Lucro antes dos tributos	9.679.819	(63.476)	9.616.343	4.132.616
Imposto de renda e contribuição social	(2.238.239)	21.582	(2.216.657)	(1.040.781)
Lucro líquido do período	7.441.580	(41.894)	7.399.686	3.091.835